

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

MARINA CAETANO

**ATUAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA ÁREA SOCIOAMBIENTAL: SUBSÍDIOS PARA
O TRABALHO PROFISSIONAL**

Porto Alegre
2021

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

MARINA CAETANO

**ATUAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA ÁREA SOCIOAMBIENTAL:
SUBSÍDIOS PARA O TRABALHO PROFISSIONAL**

Tese apresentada como requisito para obtenção do grau de Doutora pelo Programa de Pós-Graduação do Curso de Serviço Social, Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Gleny Terezinha Duro Guimarães

Porto Alegre

2021

Ficha Catalográfica

C128a Caetano, Marina

Atuação de assistentes sociais na área socioambiental : subsídios para o trabalho profissional / Marina Caetano. – 2021.

181 f.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Gleny Terezinha Duro Guimarães.

1. questão socioambiental. 2. processos de trabalho. 3. educação socioambiental. 4. serviço social. 5. subsídios profissionais. I. Guimarães, Gleny Terezinha Duro. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

MARINA CAETANO

**ATUAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA ÁREA SOCIOAMBIENTAL:
SUBSÍDIOS PARA O TRABALHO PROFISSIONAL**

Tese apresentada como requisito para obtenção do grau de Doutora pelo Programa de Pós-Graduação do Curso de Serviço Social, Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em ____ de _____ de 2021.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Guillermo Foladori – UAZ

Prof.^a Dr.^a Nailsa Maria Souza Araújo – UFS

Prof.^a Dr.^a Mónica de La Fare – PUCRS

Dedico esta tese a todos animais que morreram pela ingestão de plásticos e outros resíduos, àqueles que foram asfixiados pelo derramamento de óleo, a todos os que foram caçados pelo prazer humano. A todas as águas contaminadas. A todas as árvores derrubadas, a todos os *habitats* naturais destruídos e a tantas outras atrocidades feitas pela humanidade-capitalista ao meio ambiente.

AGRADECIMENTOS

O primeiro agradecimento é a Deus, Ser onipotente e supremo. Agradeço à minha mãe, Marli, minha inspiração de mulher forte e perseverante, sempre me impulsionando ao alcance das metas da vida. Um agradecimento mais do que especial ao meu querido amor, Luís Carlos, que por muitos momentos aguardou com paciência e silêncio pela minha companhia. Um obrigada às minhas famílias Caetano e Schneider, pela compreensão da ausência neste período.

Agradeço carinhosamente a três professores e amigos que me inspiraram a trilhar o caminho acadêmico e chegar a esta etapa: Marilene Maia, José Luiz Bica de Mélo e, especialmente, a Sônia Maria de Almeida.

Um agradecimento fraterno à professora Gleny, orientadora acadêmica que cumpre muitos outros papéis ao longo da caminhada de quatro anos. Amiga para almoçar, tomar café e um bom bate-papo, tornando o pesar dos estudos mais leve.

Agradeço carinhosamente aos queridos colegas da turma de doutorado 2017/1, pelos momentos de aprendizado, de modo especial a Andressa e Vanelise, que tão me acolheram.

Às colegas do núcleo Grupo de Pesquisa sobre Cotidiano, Trabalho e Território, pelas inúmeras trocas de saberes que realizamos nestes anos. Um agradecimento especial às colegas Alene, Cleide e Vanessa, com as quais muito aprendi.

Agradecimento muito carinhoso à colega e amiga Marlene Fioroti, ser humano repleto de simplicidade e ternura, com quem tive o prazer de participar e aprender mais sobre vigilância socioassistencial, além de lições da vida. Nosso cafezinho estava sempre de pé.

À colega Cássia, amiga querida e parceira de reflexões teóricas nas diversas áreas do conhecimento, desde a produção acadêmica até a produção culinária. Colega com quem pude compartilhar dúvidas, chegar a conclusões e voltar ao ponto inicial.

Um agradecimento muito caloroso às amigas Aninha, Luci e Lelê, sempre preocupadas comigo; levo-as da infância para vida. Também às amigas que sempre me incentivaram a seguir: Raquel, Valdirene e Luisa e ao querido grupo de Comadres.

Um agradecimento a todos os colegas e amigos da Secretaria Municipal da Família, Cidadania e Assistência Social e da Fundação Municipal do Meio Ambiente, que acreditam no meu trabalho de cunho socioambiental e junto comigo abraçam a causa.

Agradeço aos membros da banca examinadora por aceitarem meu convite e por colaborar em meu aprendizado. Ao professor Foladori, muito solícito desde o início. À professora Mônica, com quem pude aprender por um semestre sobre o universo da educação. E à professora Nailsa, que aceitou o convite em compartilhar seu aprendizado comigo.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

*Humanidade: pequena
diante da grandeza da Mãe Natureza.*

RESUMO

Nesta tese faz-se uma reflexão crítica acerca da temática socioambiental e sua articulação com o Serviço Social, profissão que atua a partir das contradições do sistema de produção capitalista manifestadas pelas expressões da questão socioambiental. Aborda a degradação do meio ambiente, profundamente vinculada a tal sistema de produção, que se utiliza dos recursos naturais para produção de mercadorias. A relação entre humanidade e natureza se dá a partir da compreensão de que esta se constitui de natureza, sobre a qual processa seu trabalho por meio de uma atividade de trabalho, do objeto de trabalho e dos meios de trabalho necessários para tal fim. A partir da década de 1960 e, principalmente na década seguinte, organizações de todo o mundo passaram a olhar o meio ambiente de outra forma, com maior atenção e cuidado, mesmo ainda com algumas contradições. Eventos e debates voltados à questão ambiental começaram a ser realizados em vários países, em que autoridades refletiram e pactuaram acordos por meio de documentos sobre a redução da degradação ambiental. Movimentos vinculados à prevenção e proteção ambiental também ocuparam cenários mundo afora. A tese justifica-se pela necessidade de abordar questões socioambientais e a relação com o Serviço Social no cenário capitalista, com foco na elaboração de subsídios interventivos na área frente às expressões da questão socioambiental. Diante à importância da aproximação de assistentes sociais com as questões relacionadas ao meio ambiente, considera-se este estudo relevante para o Serviço Social, ampliando o debate profissional. É nesse sentido que a pesquisa pretende responder ao problema: Quais são os subsídios necessários para a atuação profissional de assistentes sociais diante das expressões da questão socioambiental? O objetivo geral foi elaborar subsídios interventivos que possam nortear o trabalho de assistentes sociais na área socioambiental, a fim de contribuir para a produção do conhecimento no Serviço Social. Portanto, buscou-se problematizar a atuação de assistentes sociais vislumbrando a formulação de tais subsídios. A tese tem como base o método do materialismo histórico-dialético. É uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e descritiva. Para a coleta de dados, a técnica utilizada foi a de entrevistas semiestruturadas. Os sujeitos da pesquisa somam um total de sete profissionais, sendo cinco de Serviço Social que atuam nas políticas sociais, e dois profissionais de outras áreas representantes de entidades socioambientais. Para o

tratamento de análise dos dados utilizou-se a análise de conteúdo. Conclui-se que o Serviço Social atua de maneira interdisciplinar na área socioambiental, tendo como subsídio norteador para a atuação profissional a educação socioambiental, com vistas a apontar horizontes interventivos para a categoria na área socioambiental.

Palavras-chave: questão socioambiental; processos de trabalho; educação socioambiental; Serviço Social; subsídios profissionais.

ABSTRACT

In this doctoral dissertation, we reflect upon the socio-environmental topic and its articulation to Social Work, a profession based contradictions of capitalist production system expressed by manifestations of the socio-environmental issue. We address the environment degradation, which is deeply bound to such production system that uses natural resources to produce goods. The relationship between humanity and nature takes place based on an understanding that man is constituted of nature, about which he does his work via work activity, work object, and the means of work. From the 1960s and 1970, organizations from around the world started looking differently to the environment, with greater attention and care, surrounded by some contradictions, though. Events and discussions directed to the environmental issue started in several countries, where authorities have reflected and came into terms through documents on a reduction of the environmental degradation. Movements related to the environmental prevention and protection occupied the world stage. This dissertation is justified by the need of addressing some socio-environmental issues and the relationship to Social Work in the capitalist scenario, focused on the elaboration of interventional subsidies in the field in face of socio-environmental issue manifestations. In face of the approximation of social workers to issues related to environment, we consider this study relevant to Social Work, amplifying the discussion in the professional category. It is in this sense that the present research aims to answer the following problem: What are the necessary subsidies to the profession work of social workers in face of manifestations of the socio-environmental issue? The general objective is to elaborate interventional subsidies capable of guiding the work of social workers in the socio-environmental field, in order to contribute to the production of knowledge in Social Work. Therefore, we seek to problematize the social worker's work at the elaboration of these subsidies. The dissertation is based on the method of historical-dialectical materialism. It is qualitative research, and exploratory and descriptive in nature. To collect data, we used semi-structured interviews. Seven is the number of subjects involved in the study, five of them work on Social Work and in social policies, and two of them are professionals of other areas and represent social-environmental organizations. To analyze data, we have conducted a content analysis. One of the conclusions achieved is that Social Work works in an interdisciplinary way in the socio-

environmental field, aiming to point interventional horizons for these professionals in the socio-environmental field.

Keywords: socio-environmental issue; work processes; socio-environmental education; Social Work; professional subsidies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Problema e objetivos da pesquisa.....	23
Quadro 1 –	Sujeitos da pesquisa.....	25
Quadro 2 –	Categorização.....	28
Figura 2 –	Processo de trabalho marxista.....	44
Quadro 3 –	Categoria questão socioambiental.....	46
Figura 3 –	Socioambiental.....	72
Figura 4 –	Expressões da questão socioambiental.....	88
Figura 5 –	Educação socioambiental.....	114
Quadro 4 –	Descrição das categorias I.....	115
Quadro 5 –	Categoria processos de trabalho.....	116
Quadro 6 –	Comparação dos parâmetros de atuação profissional.....	126
Figura 6 –	Competências profissionais e atribuições privativas.....	145
Figura 7 –	Trabalho profissional.....	147
Quadro 7 –	Descrição das categorias II.....	148
Quadro 8 –	Atuação de assistentes sociais na área socioambiental.....	154

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
ANA	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
ANUIES	Associação Nacional de Universidades e Instituições de Ensino Superior
APNVG	Associação de Preservação da Natureza do Vale do Gravataí
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CEDEPSS	Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CERI	Centro para Investigação e Inovação do Ensino
CFCs	Clorofluocarbonos
CFE	Conselho Federal de Educação
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CMMAD	Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
CO ₂	gás carbônico
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CORSAN	Companhia Riograndense de Saneamento
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
FLD	Fundação Luterana de Diaconia
GEPsT	Grupo de Pesquisa sobre Cotidiano, Trabalho e Território

GRANPAL	Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre
GT	Grupo de Trabalho
IPCC	Grupo Intergovernamental de Estudos sobre Climas
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDL	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
MNRC	Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PEP	Projeto Ético-político
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPGSS	Programa de Pós-graduação em Serviço Social
PROEX	Programa de Excelência Acadêmica
PRONEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
PTTS	Projeto de Trabalho Técnico Social
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
SDOs	Substâncias Destruidoras da Camada de Ozônio
SEMA	Secretaria Especial de Meio Ambiente
SEMAE	Secretaria Municipal de Água e Esgoto de São Leopoldo
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SMFCAS	Secretaria Municipal da Família, Cidadania e Assistência Social de Gravataí
SMH	Secretaria Municipal de Habitação, Saneamento e Projetos Especiais de Gravataí
SMS/DGVS	Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre/Diretoria Geral de Vigilância em Saúde
SNVS	Sistema Nacional de Vigilância Sanitária
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUASA	Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária

TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos

SUMÁRIO

1	A SEMENTE CAIU NA TERRA E GERMINOU	18
1.1	A SEMENTE DA ÁRVORE	19
1.2	DESENVOLVIMENTO DA SEMENTE E QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL ...	20
1.3	A RAIZ DA ÁRVORE: BASES METODOLÓGICAS DA PESQUISA	22
2	TRABALHO E PROCESSO DE TRABALHO: UM BOSQUE A SER PERCORRIDO	31
2.1	A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E NATUREZA NA PERSPECTIVA MARXISTA	32
2.2	PROCESSO DE TRABALHO: UMA COMPREENSÃO MARXISTA.....	39
3	QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL E SERVIÇO SOCIAL	45
3.1	A CONTRADIÇÃO NO BOSQUE: AS MEDIDAS DE PREVENÇÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL	47
3.1.1	A face verde do desenvolvimento sustentável	54
3.2	O MOTOR DA DEGRADAÇÃO AMBIENTAL: ALGUMAS CLAREIRAS NO BOSQUE E A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL	58
3.2.1	O socioambiental para assistentes sociais no bosque.....	67
3.2.2	Expressões da questão socioambiental: toras das árvores para assistentes sociais.....	72
3.2.3	Desfrutando a sombra verde da árvore: conversando sobre educação socioambiental.....	88
3.2.3.1	<i>Educação socioambiental: o novo húmus para base legal</i>	96
4	PROCESSOS DE TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL	116
4.1	A BASE LEGAL DO BOSQUE PARA ASSISTENTES SOCIAIS.....	117
4.2	PROCESSOS DE TRABALHO.....	128
4.2.1	Trabalho profissional: trabalho interventivo, competências profissionais, atribuições privativas e demandas institucionais	131
4.3	EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL: SUBSÍDIOS PARA O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA ÁREA SOCIOAMBIENTAL	149
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	156
	REFERÊNCIAS	161
	APÊNDICE A – RELAÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES.....	175
	APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	178

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	179
--	------------

1 A SEMENTE CAIU NA TERRA E GERMINOU

A presente tese é vinculada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). A área de concentração do programa é Serviço Social, Políticas e Processos Sociais e possui quatro linhas de pesquisa¹. Esta produção acadêmica vincula-se à linha de pesquisa Serviço Social, Trabalho e Processos Sociais, desenvolvida no núcleo Grupo de Pesquisa sobre Cotidiano, Trabalho e Território (GEPsT). O estudo busca responder ao problema, verificando quais são os subsídios necessários para a atuação profissional de assistentes sociais diante das expressões da questão socioambiental. Justifica-se pela necessidade de abordar questões socioambientais e a relação com o Serviço Social, com foco na elaboração de tais subsídios. Considera-se importante a aproximação de assistentes sociais com as questões relacionadas ao meio ambiente, sendo este um estudo relevante para área do Serviço Social. A presente pesquisa entende que o meio ambiente “[...] não é apenas o lugar onde vivemos” (PEARSON, 2011, p. 5). Ele abrange “[...] o próprio ser humano e os demais organismos vivos, bem como as circunstâncias que tornam possível a vida no planeta” (PEARSON, 2011, p. 5). Para Pearson, “O prefixo latino *ambi*, presente em *ambiente*, pode ser traduzido como *ao redor*, sentido ainda realçado pela palavra meio” (2011, p. 5) logo o meio ambiente compreende tudo que está ao redor dos seres humanos, o que os inclui dentro deste meio.

Com vistas a adentrar na tese, terra, semente e a humanidade² fazem parte do meio ambiente e é por esse caminho que o capítulo 1, intitulado “A semente caiu na terra e germinou”, inicia-se com uma história vivida, momento em que a semente da árvore caiu na terra e germinou, despertando olhares para o meio ambiente. Na sequência, registram-se a importância e a necessidade de debater a questão socioambiental, bem como a relevância das bases metodológicas e científicas da pesquisa. Este capítulo finaliza com uma breve descrição dos próximos capítulos da tese.

¹ As linhas de pesquisa são as seguintes: Serviço Social, Direitos Humanos, Desigualdades e Resistências; Serviço Social, Ensino e Formação; Serviço Social, Seguridade Social e Políticas Sociais; e Serviço Social, Trabalho e Processos Sociais.

² Esta tese utiliza-se de uma linguagem inclusiva. Desta forma serão utilizadas palavras como “ser humano”, “humanidade”, “pessoas” entre outras que substituam o emprego de palavras sexistas.

1.1 A SEMENTE DA ÁRVORE

A admiração àquelas folhas verdes, galhos, troncos, algumas somente com frutas, outras somente com flores, outras ainda com frutas e flores, sempre esteve nos olhares da criança. Não importavam o tamanho, a intensidade da cor do verde, nem mesmo onde ela estava enraizada, o importante era a serenidade que a árvore passava. Certo dia, com aproximadamente sete ou oito anos de idade, uma cena marcante ficou registrada na memória da menina: pessoas cortaram uma árvore linda, robusta, cheia de folhas, com galhos compridos e tronco espesso e alto, o qual parecia alcançar o céu. A árvore, chamada popularmente de mamica-de-cadela³, foi ao chão caindo devagar, da mesma forma que as inúmeras lágrimas rolaram no rosto daquela criança. O que não era claro naquele momento tornou-se claro anos depois. Os anos se foram e o olhar de ternura da menina para com as árvores passou a carregar também sentimento de indignação e proteção para com um dos grandes símbolos da natureza.

Como toda criança inocente, a menina soube que o arrancar uma folha de uma árvore equivaleria arrancar o dedo de um ser humano. Ao sair de casa para brincar com as amigas na rua, a menina estava sempre cuidando para ninguém puxar as folhas das árvores, pois elas iriam chorar.

Pouco tempo depois, foi lançada uma campanha em nível nacional para a preservação ambiental com direcionamento às crianças, tornando estas pequenas cidadãs defensoras da natureza. Na época, a moeda oficial já era o real, custava o valor de R\$ 10,00, a solicitação era feita via Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e, posteriormente, vinha um cartão às crianças que o solicitavam. O pai da menina, estava com ela no momento em que a árvore foi cortada, sem hesitar, levou-a a uma agência dos Correios. A felicidade era tanta, que claramente a criança se recorda daqueles instantes ao chegar na agência: não havia espaço no rosto para o tamanho do sorriso. Ao fazer a solicitação, alguns dados eram necessários, como nome completo e, principalmente, a escolha do animal que estaria na imagem ao fundo do cartão. Os animais a serem escolhidos estavam em extinção, a escolha da garota foi pelo boto-rosa⁴. Além do nome da criança, da

³ Também conhecida como mama-cadela e com nome científico: *brosimum gaudichaudu* (MAMA-CADELA, 2020).

⁴ Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Boto-cor-de-rosa> (BOTO-ROSA, 2020).

imagem do animal escolhido, também estava neste cartão um número 0800, para que as crianças ligassem e denunciassem algum crime ambiental.

Entendendo um pouco mais da vida, a menina, já adolescente, tinha o discernimento de que nem todas as pessoas tinham apreço pelo meio ambiente e aquele olhar para com as gigantes verdes da mãe natureza foi transformando-se aos poucos. Introduziu no seu vocabulário e, principalmente, na sua consciência a luta e defesa para com o meio ambiente, agora de forma mais madura e crítica.

1.2 DESENVOLVIMENTO DA SEMENTE E QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Ainda dentro da terra, a casca que protege a semente se quebrou e passou a alimentar-se dos nutrientes do solo, como a água e sais minerais. Com o passar do tempo, suas partes foram se desenvolvendo, crescendo tanto para cima quanto para baixo da terra, originando então as raízes e o tronco da árvore.

Assim como o desenvolvimento da semente, aconteceu com a moça. Ao ingressar na universidade em 2004, no curso de Serviço Social, a jovem não sabia ao certo por onde iria percorrer, a única certeza que levava consigo era a proteção ambiental. Após quatro anos, apresentou o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que teve como título “Famílias catadoras de materiais recicláveis: uma nova demanda social face às repercussões no mundo do trabalho”. Tal estudo deteve-se na relação entre famílias em situação de vulnerabilidade social e a questão ambiental. O segundo estudo realizado se deu com a conclusão do curso de especialização em Gestão do Social e culminou na monografia intitulada “O processo de trabalho do assistente social: uma visão a partir da gestão de um Centro de Referência de Assistência Social”. Esta pesquisa estudou a gestão de profissional de Serviço Social em um equipamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS)⁵ e focou-se no trabalho de assistentes sociais enquanto coordenação técnica. A próxima base científica realizou-se por meio do mestrado em Ciências Sociais, que resultou na dissertação “Coletoras de materiais: uma nova perspectiva de renda a partir da resignificação do material”. Neste estudo, houve uma aproximação entre as políticas públicas e as mulheres coletoras de materiais recicláveis.

⁵ No decorrer e término do curso *lato sensu*, a autora já era servidora municipal em uma cidade da região metropolitana de Porto Alegre.

Em todos esses três estudos, o trabalho de assistentes sociais baseou-se cientificamente. Com destaque para o TCC e a dissertação, evidenciou-se uma interface maior entre assistentes sociais e o meio ambiente. Por esse motivo, justifica-se a importância da continuidade dos trabalhos anteriores.

Outro destaque necessário para debater a questão socioambiental é a inexistência de parâmetros e subsídios para atuação de assistentes sociais nesta área. Elaborados pelo Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais de Serviço Social (CFESS-CRESS), identificou-se a existência de parâmetros de atuação de assistentes sociais nas políticas de saúde e assistência social, subsídios para a atuação na política de educação e subsídios reflexivos para o trabalho profissional na política urbana e na área⁶ sociojurídica. É nesse sentido que aprofundar a referida temática e propor subsídios de atuação profissional na área socioambiental é extremamente relevante para a categoria de assistentes sociais.

Atualmente, essa área tem sido trabalhada em espaços que perpassam a inclusão produtiva, gestão de resíduos sólidos, gestão ambiental, educação ambiental, sociedade e consumo, processo de reciclagem, cooperativas e associações de catadores, conquista de direitos coletivos, cidadania, entre outras temáticas. Gerir a questão ambiental tem sido pauta de diversos “[...] segmentos da sociedade brasileira – empresariado, ONGs, organizações ambientalistas e poder público [...]” (SILVA, 2010, p. 123). A realidade na qual se vive de cuidar de todo o ecossistema⁷ do planeta, inclusive dos seres humanos é um tema que deve ser cada vez mais relevante para ser discutido e estudado.

Assim como a árvore germinou suas raízes e troncos, pode-se observar que a jovem moça desenvolveu pesquisas na área socioambiental, alimentando-se de aportes teóricos e empíricos, os quais seguem com a presente tese de doutorado.

O estudo percorre referenciais teóricos que tratam de algumas temáticas, como: trabalho e natureza, processo e processos de trabalho, legislação do Serviço Social, questão social e questão socioambiental; educação socioambiental, políticas

⁶ O entendimento de área se dá a partir de Yamamoto (2012, p. 39), que diz que “A área refere-se ao campo ou âmbito de atuação do assistente social [...]”.

⁷ “Transley propôs, em 1935, a utilização do termo **ecossistema** (ou **sistema ecológico**), uma unidade composta pela comunidade biótica existente em um local e que, ao interagir com o ambiente físico, faz o fluxo de energia conduzir as estruturas bióticas e estimula a ciclagem de materiais entre os componentes bióticos e abióticos” (GODEFROID apud ODUM, 2016, p. 29). Não foi possível ter acesso à fonte original, motivo por que se utilizou *apud*. O original é: ODUM, E.P. **Fundamentos de ecologia**. São Paulo: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

sociais, e interdisciplinaridade. Os autores e autoras referenciados nesta tese seguem a base teórica do materialismo histórico.

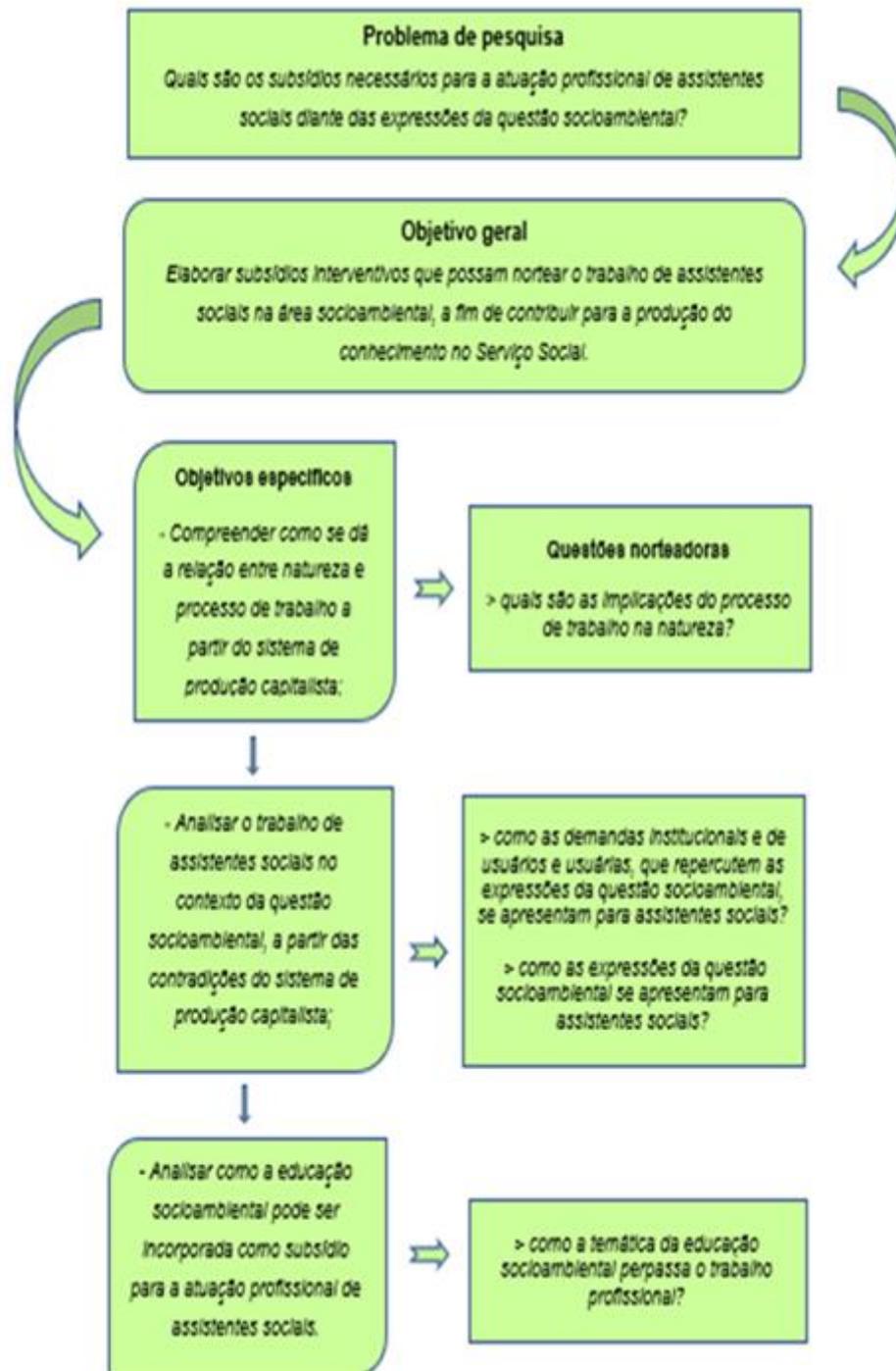
A seguir é apresentada a relevância metodológica e científica da pesquisa e os caminhos até então percorridos.

1.3 A RAIZ DA ÁRVORE: BASES METODOLÓGICAS DA PESQUISA

Como se sabe, a raiz da árvore tem a função de fixá-la no solo, sustentando sua estrutura, além de alimentá-la ao longo da vida. As bases metodológicas da pesquisa têm o mesmo papel que a raiz, servem como alicerce do estudo.

Há necessidade de buscar por respostas mais claras para a degradação que o meio ambiente está sofrendo. Com isso, busca-se arriscar em estudar o seguinte **problema**: Quais são os subsídios necessários para a atuação profissional de assistentes sociais diante das expressões da questão socioambiental? O estudo teve como **objetivo geral**: Elaborar subsídios interventivos que possam nortear o trabalho de assistentes sociais na área socioambiental, a fim de contribuir para a produção do conhecimento no Serviço Social. Seus **objetivos específicos** foram: compreender como se dá a relação entre natureza e processo de trabalho a partir do sistema de produção capitalista; analisar o trabalho de assistentes sociais no contexto da questão socioambiental a partir das contradições do sistema de produção capitalista; e analisar como a educação socioambiental pode ser incorporada como subsídio para a atuação profissional de assistentes sociais. Para colaborar no processo de análise, algumas questões norteadoras foram postas: Quais são as implicações do processo de trabalho na natureza? Como as demandas institucionais e de usuários e usuárias, que repercutem as expressões da questão socioambiental, se apresentam para assistentes sociais? Como as expressões da questão socioambiental se apresentam para assistentes sociais? Como a temática da educação socioambiental perpassa o trabalho profissional? Encontra-se, a seguir, o esquema referente à metodologia deste estudo.

Figura 2 – Problema e objetivos da pesquisa



Fonte: a autora (2021).

A presente pesquisa é qualitativa, de natureza exploratória e descritiva. Escolheu-se a pesquisa qualitativa, pois “Sua matéria-prima é composta por um conjunto de substantivos cujos sentidos se complementam: experiência, vivência, senso comum e ação. [...] abordagem ou análise se baseia em três verbos: compreender, interpretar e dialetizar” (MINAYO, 2012, p. 622). Minayo (1993, p. 245)

ainda aponta que, nas ciências sociais, a pesquisa qualitativa tem como objeto de sua abordagem “[...] o nível dos significados, motivos, aspirações, atitudes, crenças e valores, que se expressa pela linguagem comum e na vida cotidiana”. Entende-se a pesquisa qualitativa como necessária, visto a importância do relato para a compreensão das experiências das pessoas.

Enquanto natureza exploratória, Gil (2002, p. 79) aponta que esta abordagem se direciona para o desenvolvimento, esclarecimento e modificação de conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de outros problemas mais necessários. Optou-se pela natureza da pesquisa descritiva, pois esta busca descrever características de uma população, de um fenômeno ou mesmo de uma experiência. Essas pesquisas possibilitam, por meio da precisão de detalhes, servir de base para outros estudos (DESLAURIERS; KERISIT, 2012).

Esta tese inclui também a realização de um levantamento de dados bibliográfico. Segundo Gil (2002, p. 44), a pesquisa bibliográfica:

[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas.

O levantamento da produção na área se deu a partir da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), base científica, e utilizou-se a busca avançada sendo empregados os seguintes descritores: parâmetros para atuação AND assistentes sociais; subsídios para atuação AND assistentes sociais; atuação de assistentes sociais AND socioambiental; questão socioambiental AND serviço social. Localizaram-se 84 teses e dissertações, das quais, após leitura dos resumos, destacam-se 23 (Apêndice A).

A delimitação temporal da busca foi entre os anos de 2007 e 2017. O período temporal final corresponde ao ano de ingresso no Programa de Pós-Graduação e o ano inicial corresponde a dez anos antes.

Os critérios de inclusão das pessoas para a técnica das entrevistas semiestruturadas foram: ser assistente social com tempo mínimo de três anos de

formação em Serviço Social, atuar nas políticas sociais públicas da esfera municipal e estadual (assistência social; saúde, especificamente o setor de vigilância em saúde; saneamento básico; e habitação); e profissionais de outras áreas representantes de entidades da área socioambiental, com tempo mínimo de três anos de existência e tempo mínimo de três anos de formação na área.

A coleta de dados foi realizada através da técnica de entrevistas semiestruturadas, a qual seguiu um roteiro (Apêndice B). Entrevistados e entrevistadas da pesquisa, totalizaram sete profissionais, sendo estes: cinco assistentes sociais atuantes nas políticas sociais públicas da esfera municipal e estadual (assistência social; saúde, especificamente o setor de vigilância em saúde; saneamento básico; e habitação), e dois profissionais de outras áreas representantes (profissional da geologia e da biologia) de entidades relacionadas à questão socioambiental. Antes de iniciar as entrevistas, as pessoas leram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice C) e concordaram, assinando-o, da mesma forma que a pesquisadora o fez.

O lócus da pesquisa de campo envolveu um total de três municípios, a saber: Porto Alegre, Gravataí e São Leopoldo. Estes dois últimos localizam-se na região metropolitana da capital gaúcha e compreendem entre 200 mil e 300 mil habitantes cada.

Quadro 1 – Sujeitos da pesquisa

SUJEITOS	QUANTIDADE	ESPECIFICIDADE
Assistentes Sociais atuantes nas políticas sociais públicas governamental	5	<ul style="list-style-type: none"> - Secretaria Municipal de Água e Esgoto de São Leopoldo (SEMAE) - Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre/Diretoria Geral de Vigilância em Saúde (SMS/DGVS) - Secretaria Municipal de Habitação, Saneamento e Projetos Especiais de Gravataí (SMH) - Secretaria Municipal da Família, Cidadania e Assistência Social de Gravataí (SMFCAS) - Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN)
Atores sociais representantes de entidades da área socioambiental	2	<ul style="list-style-type: none"> - Associação de Preservação da Natureza do Vale do Gravataí (APNVG) - Pró Bioma Serviços Ambientais

Fonte: a autora (2021).

Para analisar os dados coletados na pesquisa, parte-se da análise de conteúdo conforme entendido por Moraes (1999, p. 9), que diz que a análise de conteúdo

[...] constitui uma metodologia de pesquisa utilizada para descrever e interpretar o conteúdo de toda a classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum.

O referido tipo de análise possibilita uma busca entre teoria e prática, com destaque especial para o campo das investigações sociais (MORAES, 1999). A análise de conteúdo começa com um processo de construção de fundamentos teóricos para a pesquisa. Este processo tem quatro partes: “(1) unitarização; (2) categorização; (3) descrição; (4) interpretação” (MORAES, 1998, p. 115). O autor afirma que este processo aproxima o pesquisador dos conteúdos, o que facilita as etapas posteriores, especialmente as de análise e interpretação de dados.

Com o embasamento em Moraes (1998), a pesquisa percorre a seguinte forma: após a transcrição, realizou-se a codificação do *corpus*⁸ de pesquisa, a qual se dá pela identificação de letras ou números, para cada entrevista. A codificação possibilita ao pesquisador ou pesquisadora retornar ao texto original sempre que necessário. Dessa forma, os códigos das entrevistas estão identificados com letras e números, sendo que os números representam o ano em que as entrevistas foram realizadas: ESAS (2020), ESAF (2020), PASN (2020), PSVSM (2020), SAEF (2020), SASBA (2020) e PHI (2021).

Após esta etapa, realizou-se a definição das unidades de análise, unidades de registro ou, como também são chamadas, unitarização do *corpus*. Moraes (1998, p. 120) aponta que as unidades de análise são “[...] fragmentos de conteúdos posteriormente categorizados [...]” são definidos como conjuntos mais amplo de conteúdo. Podem ser apresentados por palavras e frases, temas e até mesmo documentos formais. Como prática da análise de conteúdo, também se utilizou da unidade de contexto, que, segundo o autor, possibilita ter significados mais completos das unidades de análise. As unidades de análise podem perder seus significados. Com isso, justificam-se as unidades de contexto, as quais o

⁸ Moraes e Galiazzi (2007) apresentam a denominação *corpus* a partir de Laurence Barbin de 1977.

pesquisador pode retornar sempre quando necessário, para compreender de forma mais completa o significado das unitarizações (MOARES, 1999).

Seguindo Moraes (1998), ainda nesta etapa e após a definição das unitarizações, realizou-se a organização delas, resultando na categorização das unitarizações. Esta categorização se dá por agrupar dados considerando a parte comum entre estes e pode ser classificada por “[...] semelhança ou analogia, segundo critérios previamente estabelecidos ou definidos no processo” (MORAES, 1999, p. 18). Ressalta-se que esta pesquisa construiu as categorias a partir das entrevistas e ao longo do processo de análise.

A partir da leitura das unidades de registro, buscou-se identificar as que se aproximaram do significado das quais se trabalhou até então, e deu-se um título, tendo as chamadas categorias iniciais. Continuou-se o processo de categorização. A cada momento em que se percebia a aproximação das categorias iniciais, foi realizado um reagrupamento, assim chamado por Moraes (1998), o que resultou nas categorias intermediárias. Este trabalho culminou em 124 unitarizações⁹, que foram organizadas em onze categorias iniciais: área socioambiental, relações socioambientais, demandas de usuários e usuárias, políticas sociais, interdisciplinaridade, processo educativo, potências de transição socioeducativas, trabalho interventivo, competências profissionais, atribuições privativas e demandas institucionais. Estas foram reagrupadas em quatro categorias intermediárias: socioambiental, expressões da questão socioambiental, educação socioambiental e trabalho profissional. A partir delas, delimitaram-se duas categorias finais: questão socioambiental e processos de trabalho. Para melhor facilitar a sistematização da categorização, o resultado está apresentado no quadro abaixo:

⁹ Estas são analisadas nos capítulos 3 e 4.

Quadro 2 – Categorização

Categorias finais	Categorias intermediárias	Categorias iniciais
Questão socioambiental	Socioambiental	Área socioambiental
	Expressões da questão socioambiental	Relações socioambientais
		Demandas de usuários e usuárias
		Políticas sociais
	Educação socioambiental	Interdisciplinaridade
		Processo educativo
		Potências de transição socioeducativas
Processos de trabalho	Trabalho profissional	Trabalho interventivo
		Competências profissionais
		Atribuições privativas
		Demandas institucionais

Fonte: a autora (2021).

A descrição é outra etapa fundamental para a análise de conteúdo. Esta etapa significa produzir um texto-síntese, apresentando um conjunto de significados presentes nas variadas unidades de análise. Procurou-se identificar os principais elementos categorizados, organizando-os em um texto descritivo, no qual utilizou-se de citações diretas das entrevistas, iniciando-se então o processo de descrição¹⁰. Moraes (1998, p. 124) destaca que “[...] esse momento de categorização de materiais e a descrição das categorias resultantes constituem características essenciais da Análise de Conteúdo”. Os critérios de criação das categorias seguiram uma única dimensão de análise, tendo categorias homogêneas (MORAES, 1999).

A próxima parte da análise de conteúdo é a interpretação. Moraes (1999, p. 11) refere que a “[...] análise de conteúdo é uma interpretação pessoal por parte do pesquisador com relação à percepção que tem dos dados. Não é possível uma leitura neutra. Toda leitura se constitui uma interpretação”. A interpretação desta pesquisa foi realizada pela fundamentação teórica por meio de uma exploração dos significados apresentados pelas categorias de análise, verificando as diferenças e semelhanças entre elas e a teoria.

¹⁰ O processo de descrição é apresentado nos capítulos 3 e 4, seções voltadas à análise dos dados.

Dando sequência à tese, o capítulo 2 apresenta os conceitos de trabalho, natureza e processo de trabalho a partir de uma visão marxista. A natureza é entendida como parte humanidade, ou seja, todo o meio que envolve os seres humanos, faz parte natural de si e de todo entorno. O trabalho é a atividade realizada exclusivamente pelo ser humano, unicamente por alguém e é a atividade fundamental deste, pois através dela as necessidades humanas são saciadas. O processo de trabalho é apresentado como uma atividade direcionada a um único fim, o qual apresenta três componentes fundamentais: atividade que é o próprio trabalho; o objeto de trabalho, natureza; e os instrumentos de trabalho.

Os capítulos 3 e 4 apresentam a análise da pesquisa, juntamente com os apontamentos teóricos e analíticos. Especificamente, o capítulo terceiro realiza o debate da categoria inicial, questão socioambiental e a relação com o Serviço Social. A problematização das degradações socioambientais também é apresentada ao leitor e à leitora, neste capítulo como forma de contextualizar as crises socioambientais. Medidas de prevenção e proteção ambiental passaram a fazer parte das agendas mundiais, e o desenvolvimento sustentável entrou em cena, para tentar combinar interesses econômicos e sustentabilidade ambiental. O desenvolvimento sustentável é trazido como forma inconsistente de manutenção de um sistema econômico e socioambiental. Essas medidas de prevenção e proteção ambiental iniciadas na metade do século XX, em que países desenvolvidos e em desenvolvimento criaram agendas globais para o cuidado do meio ambiente, possibilitaram um conjunto de atitudes e debates, tanto para a ocasião quanto para anos futuros. Destaque-se que neste capítulo o objeto de pesquisa é identificado, o qual será tratado no subitem 4.3. Em meio aos inúmeros eventos destinados ao trato com a degradação socioambiental, surgiu a educação ambiental, temática que percorre diversas áreas de atuação e viabiliza o trabalho interdisciplinar de profissionais que atuam na área socioambiental. As categorias intermediárias – socioambiental, expressões da questão socioambiental e educação socioambiental – são apresentadas aos profissionais de Serviço Social de formas distintas, embora categorizam-se pela questão socioambiental.

O capítulo 4 traz como categoria inicial processos de trabalho, nos quais inserem-se assistentes sociais, estando estes nos espaços sócio-ocupacionais. Aqui são apresentadas as dimensões da profissão: teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-político. Sendo este capítulo também empírico e analítico, a

pesquisa apresenta a dimensão técnico-operativa como destaque neste estudo. O trabalho interventivo de assistentes sociais se dá pelas dimensões profissionais, aqui destacadas pela competência técnico-operativa para atuação na realidade socioambiental. A categoria intermediária deste capítulo é o trabalho profissional, e as categorias iniciais que a compõem são: trabalho interventivo, competências profissionais, atribuições privativas e demandas institucionais. Especificamente, o subitem 4.3 apresenta os subsídios interventivos necessários que podem nortear o trabalho de assistentes sociais na área socioambiental.

No último capítulo estão as considerações finais. Nele, identificou-se que a relação entre natureza e processo de trabalho se dá por meio da relação do trabalho mediado pelo ser humano na natureza, a partir do sistema de produção capitalista. O processo de trabalho, direcionado a um fim, está intrinsecamente relacionado com o trabalho interventivo de assistentes sociais, quando estes analisam as expressões da questão socioambiental a partir das contradições do sistema de produção capitalista. Por fim, o objetivo geral foi atingido através dos subsídios necessários ao trabalho de assistente sociais na área socioambiental contribuindo para a produção do conhecimento no Serviço Social.

2 TRABALHO E PROCESSO DE TRABALHO: UM BOSQUE A SER PERCORRIDO

Com vistas a seguir a história vivida, este capítulo apresenta o trabalho dos seres humanos em um bosque repleto de árvores, as quais encontram-se em diferentes estágios de vida. Algumas delas recém nascendo e apresentando novas folhas, outras com folhas aparentemente adultas, e ainda outras, já velhas, com caules e folhas ressecadas. Neste bosque, também há troncos de árvores espalhados e empilhados pelo chão, que ora se encontra úmido, ora seco, devido a poda deste belo vegetal lenhoso.

Ao longo do árduo ofício do ser humano no bosque, este age sobre as árvores via instrumentos de trabalho, cortando-as. A todo instante o movimento da atividade humana sobre a natureza se finda e se inicia novamente, formando uma constante e ininterrupta ação.

O lenhador ou a lenhadora, ao executarem sua atividade de corte, a faz com um propósito, com uma finalidade sendo esta a venda da madeira. Mas o ser humano precisa percorrer o bosque, necessita seguir a trilha das folhas pelo chão, pois é no e do bosque que se encontra os elementos necessários para sua existência e sobrevivência através do trabalho.

O subitem 2.1 percorre os conceitos de **trabalho** e **natureza** a partir de uma visão marxista. Para debater a relação entre ambos, buscaram-se nas obras de Karl Marx e Friedrich Engels os elementos necessários, além de considerar importantes teóricos marxistas, incluindo os que compõem o leque de autores e autoras do Serviço Social. A relação entre trabalho e natureza está apresentada de modo que se compreenda que a natureza é a base fundamental para esta relação.

No subitem 2.2, é apresentado o conceito de **processo de trabalho** a partir de Marx e outros autores e autoras marxistas, que são referências da profissão. Este conceito mostra a compreensão da relação entre trabalho e natureza adensada no subitem 2.1, sendo fundamental para o processo de trabalho.

2.1 A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E NATUREZA NA PERSPECTIVA MARXISTA

Na obra *A dialética da natureza*, de Friedrich Engels, publicada pela primeira vez em 1935, Engels (1979), ao estudar a relação entre o macaco e o ser humano, reflete sobre o aperfeiçoamento da mão humana, a partir da mão animal, sendo ela um dos órgãos¹¹ do trabalho. Para ele, “O domínio da Natureza, iniciado com o aperfeiçoamento da mão, com o trabalho, ampliava o raio de percepções do homem, a cada novo progresso.” (ENGELS, 1979, p. 217). Com isso, o pensador destaca que o **trabalho**:

[...] é a fonte de toda riqueza, afirmam os economistas. E o é, de fato, ao lado na Natureza, que lhe fornece a matéria por ele transformada em riqueza. Mas é infinitamente mais do que isso. É a condição fundamental de toda a vida humana; e o é num grau tão elevado que, num certo sentido, pode-se dizer: o trabalho, por si mesmo, criou o homem. (ENGELS, 1979, p. 215).

Em *O capital: crítica da economia política*, publicada em 1867, Marx (2017b, p. 255) escreve que o **trabalho** “[...] é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza.”. Este trecho é interpretado como a existência de algo que antecede o trabalho, sendo isto uma relação entre o ser humano e a natureza. Marx (2017b, p. 255-256) ressalta que:

Não se trata, aqui, das primeiras formas instintivas animais [tierartig], do trabalho. [...] Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma abelha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, ou seja, um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, a finalidade pretendida. [...] Os momentos simples do processo de trabalho são, em primeiro lugar, a atividade orientada a um fim, ou o trabalho

¹¹ Além da mão, o autor observa que outros órgãos também foram se aprimorando, como a laringe dos macacos e os órgãos da boca, os quais foram aos poucos pronunciando as palavras, dando origem à linguagem. Nesta tese, essas evoluções não são problematizadas.

propriamente dito; em segundo lugar, seu objeto e, em terceiro, seus meios.

Para o filósofo, o **trabalho** é uma atividade realizada exclusivamente pelo ser humano. Exemplifica, através da comparação de uma abelha e um arquiteto ou uma arquiteta, que o inseto constrói sua colmeia por vezes melhores do que o ser humano, mas a diferença entre ambos é de que o arquiteto ou a arquiteta utilizam a mente para projetar sua obra, enquanto a abelha não. Entende-se que, para Marx (2017b), o trabalho é realizado apenas pelo ser humano, que não existe trabalho executado por outra espécie além da humana. O autor ainda ressalta que a humanidade, pelo fato de já ter em sua mente a idealização de sua obra, chega ao final do processo de trabalho com a finalidade que estava quando iniciou o referido processo. Percebe-se que a mente humana possibilitou idealizar uma obra a ser trabalhada pela humanidade, facilitando chegar a um objetivo final por meio de um processo de trabalho¹².

Em outra obra de Marx (2017a, p. 193), *Manuscritos econômicos-filosóficos*, de 1844, publicada pela primeira vez em 1932, o intelectual traz que “O trabalhador nada pode criar sem a natureza [...]”. Ele destaca que:

O homem vive da natureza, isto é: a natureza é o seu *corpo*, com o qual ele deve estar em contato permanente para não morrer. Que a vida física e espiritual do homem esteja ligada com a natureza, não tem outro sentido senão que a natureza está ligada a si mesma, pois o homem é parte da natureza. (MARX, 2017a, p. 199, grifo do autor).

Aqui, Marx (2017b) percebe que o ser humano se constitui de natureza, sendo ela o seu próprio corpo. Evidencia também que sem a natureza a humanidade não se alimenta, não se veste, não se reproduz, logo, não existe.

Por sua vez, Antunes (1997) aponta que a ação de produção e reprodução da vida humana realiza-se pelo **trabalho**. “É a partir do trabalho, em sua cotidianidade, que o homem torna-se ser social, distinguindo-se de todas as formas não humanas” (ANTUNES, 1997, p. 121). O autor sustenta que o trabalho é o ponto inicial para condição de existência e humanização do ser social¹³.

¹² O conceito de processo de trabalho é abordado no próximo subitem.

¹³ Considerando que este conceito não é adensado na tese, vale destacá-lo a partir de Lukács ([2012], p. 199), que diz: “[...] o ser social pressupõe, em seu conjunto e em cada um dos seus processos singulares, o ser da natureza inorgânica e da natureza orgânica. Não se pode considerar o ser social como independente do ser da natureza, como antítese que o exclui, o que

Seguindo essa linha, Netto e Braz (2012) apontam que o objeto da Economia Política são as relações sociais específicas à atividade econômica, estando o trabalho na base desta atividade. Além dos autores abordarem a categoria trabalho como indispensável para a compreensão da atividade econômica no sentido teórico da Economia Política, também a tratam como uma categoria que “[...] faz referência ao próprio modo de ser dos homens e da sociedade.” (NETTO; BRAZ, 2021, p. 41). Para eles, o **trabalho**

[...] se especifica por uma *relação mediada* entre o sujeito (aqueles que o executam, homens em sociedade) e o seu objeto (as várias formas da natureza, orgânica e inorgânica). Seja um machado de pedra lascada ou uma perfuradora de poços de petróleo com comando eletrônico, entre o sujeito e a matéria natural há sempre um meio de trabalho, um *instrumento* (ou um conjunto de instrumentos) que torna *mediada* a relação entre ambos. E a natureza não cria instrumentos: estes são produtos, mais ou menos elaborados, do próprio sujeito que trabalha. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 44).

Ao refletir sobre o **trabalho**, lamamoto (2015, p. 60, grifo da autora) salienta que:

O trabalho é uma atividade fundamental do homem, pois mediatiza a satisfação de suas necessidades diante da natureza e de outros homens. Pelo trabalho o homem se afirma como um ser social e, portanto, distinto da natureza. O trabalho é a atividade própria do ser humano, seja ela material, intelectual ou artística. É por meio do trabalho que o homem se afirma como *um ser que dá respostas* prático-conscientes aos seus carecimentos, às suas necessidades.

A partir dos autores e do conhecimento adquirido sobre a categoria trabalho na perspectiva marxista, entende-se que o **trabalho** é uma ação humana estabelecida a partir da relação entre ser humano e natureza, por meio da apropriação e transformação do mundo natural. Essa modificação do meio natural se

é feito por grande parte da filosofia burguesa quando se refere aos chamados ‘domínios do espírito’. De modo igualmente enérgico, a ontologia marxiana do ser social exclui a transposição simplista, materialista vulgar, das leis naturais para a sociedade, como era moda, por exemplo, na época do ‘darwinismo social’. As formas de objetividade do ser social se desenvolvem à medida que a práxis social surge e se explicita a partir do ser natural, tornando-se cada vez mais claramente sociais. Esse desenvolvimento, todavia, é um processo dialético, que começa com um salto, com o pôr teleológico no trabalho, para o qual não pode haver nenhuma analogia na natureza. A existência do salto ontológico não é anulada pelo fato de esse processo, na realidade, ter sido bastante longo, com inúmeras formas de transição. Com o ato do pôr teleológico no trabalho está presente o ser social em si”.

dá mediante a necessidade de satisfação de necessidades humanas, como, por exemplo, saciar a fome, tornando o trabalho uma atividade fundamental para a vida.

Vale destacar que, na perspectiva do materialismo histórico, os seres humanos também são natureza, seus corpos fazem parte dela, logo, ao transformarem o meio natural, também se transformam.

Marx (2017a, p. 193), ao refletir sobre a **natureza**, entende-a como “[...] matéria na qual o seu trabalho se realiza, na qual ele está ativo, da qual e por meio da qual ele produz.”. Ele escreve que, da mesma forma que a natureza oferece o meio de vida do trabalho, a natureza também oferece o meio de vida no sentido de subsistência física da classe trabalhadora. Sendo assim, esse trabalhador ou trabalhadora é, antes de tudo, um ser humano e a compreensão de ser humano, para Marx (2017a), é que este é um ser corpóreo, um ser genérico, dotado de forças naturais, vitais, essenciais, que tem necessidades. E, justamente, por ser um “[...] ser natural *humano* [...]” (2017a, p. 271), ele precisa satisfazer suas carências humanas e “A fome é uma necessidade natural, logo, ela precisa de uma natureza fora de si, de um objeto fora de si, para se satisfazer, para se saciar.” (MARX, 2017a, p. 270).

Engels (1979), ao referir-se à **natureza**, traz de maneira indissociada as leis da dialética¹⁴, as quais foram estabelecidas por Hegel, de acordo com sua concepção idealista, pela lei de seu pensamento. As leis são:

[...] extraídas da história da Natureza, assim como da história da sociedade humana. Não são elas outras senão as leis mais gerais de ambas essas fases do desenvolvimento histórico, bem como do pensamento humano. Reduzem-se elas, principalmente, a três:

- 1) A lei da transformação da quantidade em qualidade e vice-versa;
- 2) A lei da interpenetração dos contrários;
- 3) A lei da negação da negação. (ENGELS, 1979, p. 34).

¹⁴ Ao delimitar as leis da dialética, Hegel as conceituou a partir de uma visão idealista. Engels (1979), por sua vez, aborda-as a partir de um olhar materialista. Estas são apresentadas ao leitor e as leitoras com vistas que sejam entendidas como um movimento que a natureza realiza. Optou-se em não aprofundá-las no presente estudo. Contudo, para um aprofundamento dessas leis, ver: Konder (2008). Esse autor destaca que a dialética tem origem “[...] na Grécia antiga, a arte do diálogo. Aos poucos, passou a ser a arte de, no diálogo, demonstrar uma tese por meio de uma argumentação capaz de definir e distinguir claramente os conceitos envolvidos na discussão. [...] Na concepção moderna, entretanto, dialética significa outra coisa: é o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação” (KONDER, 2008, p. 7).

O autor entendeu que as três leis criadas por Hegel partem de ideias e isso não estava condizendo com seu entendimento e compreensão a respeito desta categoria. Engels (1979), por sua vez, compreendeu a dialética a partir do real da natureza e da história. Contudo, menciona que não busca “[...] redigir um tratado de dialética, mas apenas ressaltar que as leis da dialética são as leis reais de desenvolvimento da Natureza [...]” (ENGELS, 1979, p. 35).

Segundo Konder (2008, p. 55), Engels tinha muita preocupação em defender “[...] o caráter materialista da dialética [...]”, entendido assim por ele e Marx. Duménil, Löwy e Renault (2015, p. 52) trazem que:

Engels foi o primeiro a propor uma teoria da dialética materialista, buscando em Hegel certo número de “leis dialéticas” (transformação de quantidade em qualidade; interpenetração e inversão de contrários; e desenvolvimento da contradição como negação da negação) e interpretando-as como leis da matéria. [...] De maneira geral, o marxismo tendeu a fazer da ideia de dialética um operador teórico fundamental, distinguindo o materialismo dialético (filosofia marxista) e o materialismo histórico (ciência marxista).

Engels (1979) procura na física e na química uma constatação para a sua lógica de entendimento, que consiste em analisar e desenvolver a dialética a partir do real. Mesmo considerando que Hegel criou as leis a partir do pensamento, Engels (1979) passou a compreendê-las a partir do real. A primeira lei – a transformação da quantidade em qualidade e vice-versa – é, assim, trazida pelo autor:

Na Natureza, tôdas as diferenças qualitativas se baseiam, seja em uma composição química diferente ou em diferentes quantidades ou formas de movimento (energia) ou, coisa que acontece quase sempre, em ambas. Torna-se, portanto, impossível modificar a qualidade de um corpo, sem fornecer-lhe ou tirar-lhe matéria ou movimento, isto é, sem provocar uma mudança quantitativa no corpo em questão. Dessa forma, o misterioso princípio hegeliano se torna, ao mesmo tempo, inteiramente racional e perfeitamente evidente. (ENGELS, 1979, p. 35).

Como exemplo desta primeira lei, Engels (1979) analisou as mudanças de estado (líquido, gasoso, sólido) da água, exemplificando a mudança de quantidade e qualidade, e ao contrário.

A segunda lei da dialética – a interpenetração dos contrários – é interpretada por Konder (2008, p. 56) como:

[...] aquela que nos lembra que tudo tem a ver com tudo, os diversos aspectos da realidade se entrelaçam e, em diferentes níveis, dependem uns dos outros, de modo que as coisas não podem ser compreendidas isoladamente, uma por uma, sem levarmos em conta a conexão que cada uma delas mantém com coisas diferentes.

Nesta segunda lei é possível compreender que a dialética é inerente ao contrário, ou seja, toda transformação ocorrida em algum corpo sofre mudança nos seus extremos, isso causa um movimento contrário no mesmo corpo. Segundo Egrý (2006), esta lei manifesta-se nas ligações mais fundamentais entre os aspectos, elementos e propriedades nos objetos ou entre objetos:

A dialética considera a contradição como inerente à realidade das coisas. A contradição é a força motriz que provoca o movimento e a transformação. A contradição é o atrito, a luta que surge entre os contrários. Mas os dois pólos são também inseparáveis e a isso chama-se unidade dos contrários pois, mesmo em oposição, estão em relação recíproca. Por estarem em luta, há geração do novo. (EGRY, 2006, p. 4).

Para Chaves e Perna (2008), as situações não podem ser compreendidas isoladamente sem levar em conta a conexão que cada uma delas mantém consigo mesmas e com diferentes situações.

E a terceira lei, a da negação da negação:

[...] dá conta do fato de que o movimento geral da realidade faz sentido, quer dizer, não é absurdo, não se esgota em contradições irracionais, ininteligíveis, nem se perde na eterna repetição do conflito entre teses e antíteses, entre afirmações e negações. A afirmação engendra necessariamente a sua negação, porém a negação não prevalece como tal: tanto a afirmação como a negação são superadas e o que acaba por prevalecer é uma síntese, é a negação da negação. (KONDER, 2008, p. 57).

Engels (1979), nesta terceira lei, analisa o conflito entre afirmação e negação. No momento em que uma determinada situação é negada imediatamente, já há a superação desta negação. Por isso a lei é chamada de negação da negação. Desse modo, o movimento segue, a negação será superada por outra negação através da afirmação. Para Queiroz e Egrý (1988), ao produzir transformações é negada a

realidade anterior, projetando novos horizontes que serão também negados em fase posterior.

A lei da negação da negação explica principalmente a etapa da realidade objetiva, onde já pelo desenvolvimento das etapas anteriores, a realidade objetiva foi “construída” e aproximada do consciente, e que houve tomada de decisão em como proceder a intervenção, sucedida da própria intervenção e que, ao ser assim posto, ela organiza de forma diferenciada os dados da realidade objetiva, portanto, ao retomá-la, nega-a. (QUEIROZ; EGRY, 1988, p. 30).

Chaves e Perna (2008) percebem que a transformação qualitativa do fenômeno se caracteriza uma nova realidade objetiva; nega-se, então, a realidade anterior e coloca-se um novo horizonte. Segundo Negretti (2006), a contradição entre a tese (afirmação) e a antítese (negação) é superada por uma síntese (negação da negação), gerando novas contradições e promovendo o movimento, a transformação, o devir.

Engels (1979) compreende que na **natureza** não tem como haver mudança sem haver movimento. Para ele, o movimento é “[...] concebido como forma de existência, como atributo inerente à matéria, compreende tôdas as transformações e processos que se produzem no Universo [...]” (ENGELS, 1979, p. 41). Dessa forma, percebe-se que para entrar no debate sobre a natureza, é essencial que esta seja entendida enquanto movimento, enquanto processo de mudança. Nesse sentido, “Todo movimento está ligado a alguma mudança de lugar: mudança de lugar de corpos celestes, de massas terrestres, de moléculas, de átomos ou partículas de éter.” (ENGELS, 1979, p. 41).

Ainda segundo o autor, a **natureza** pode ser um conjunto de corpos que atuam uns sobre os outros, sendo isso a constituição do movimento. No instante que os corpos trocam de lugar, ocorre uma aproximação e um distanciamento entre eles, chamado de retração e repulsão. Importante ter esse conhecimento para entender que “[...] a dialética estabeleceu, de acôrdo com os resultados conseguidos até agora pela investigação da Natureza, que tôdas as oposições polares são condicionadas, necessàriamente, pelo jôgo alternante de um sôbre o outro de ambos os pólos opostos [...]” (ENGELS, 1979, p. 43). Para ele:

A dialética, a chamada dialética **objetiva**, impera em toda a Natureza; e a dialética chamada subjetiva (o pensamento dialético) são unicamente o reflexo do movimento através de contradições que aparecem em todas as partes da Natureza e que (num contínuo conflito entre opostos e sua fusão final, formas superiores), condiciona a vida da Natureza. (ENGELS, 1979, p. 162, grifo do autor).

O ponto de reflexão aqui é que, para tratar o conceito de natureza é indispensável a compreensão da dialética. Esta é entendida, nesta tese, como parte inseparável da natureza, a qual, por meio de movimentos dos corpos naturais, ocasiona transformações. Tais movimentos partem do real, da matéria e são incessantes, podendo ser compreendidos como o formato de uma espiral. Logo, a dialética é um movimento permanente proveniente da natureza, apresentada a partir do concreto.

Para Schmied-Kowarzik (2019, p. 62), a “Natureza não é apenas aquilo que precede e se opõe a toda atividade humana, senão também aquilo que continua agindo de forma viva nela mesma.”. Ainda, para Netto e Braz (2012, p. 47), a **natureza** é “[...] o conjunto dos seres que conhecemos no nosso universo, seres que precederam o surgimento dos primeiros grupos humanos e continuaram a existir e a se desenvolver depois desse surgimento.”.

Este subitem apresentou a compreensão de que **trabalho** é *atividade humana realizada sobre a natureza que, por sua vez, é um conjunto de seres que compõem o universo, os quais estão em constante movimento e contradição. Logo, a relação que estabelecem se dá pelo ser humano (natureza) através do trabalho sobre a natureza*. Este tem a natureza no seu corpo e age sobre a natureza através do trabalho. Considerando esta relação, o próximo subitem apresenta o processo de trabalho a partir de linha marxista, apresentando ao leitor e as leitoras os conceitos de trabalho e natureza, fundamentais para realização do processo de trabalho.

2.2 PROCESSO DE TRABALHO: UMA COMPREENSÃO MARXISTA

Após a relação entre natureza e trabalho, é relevante considerar o conceito de processo de trabalho a partir de uma visão marxista também. Considerando que o ser humano exerce uma atividade sobre a natureza, o lenhador ou a lenhadora tem como direção final de seu trabalho cortar as árvores e empilhá-las para sua

comercialização. Conforme mencionado acima, Marx (2017b) ressalta que a humanidade já tem em sua mente a idealização de sua obra e isso possibilita alcançar um determinado objetivo final, por meio de um processo de trabalho.

Para Marx (2017b), o **processo de trabalho** é uma atividade orientada a um fim, sendo composta por três momentos distintos: o primeiro refere-se a uma atividade direcionada a alcançar determinado objetivo, também entendida como uso da força de trabalho; o segundo é o objeto de trabalho; e o terceiro são os meios de trabalho a serem utilizados para realização da atividade.

Vale interpretar estes componentes do processo de trabalho por meio de outras palavras e entendimentos. O primeiro é a atividade, ou seja, o próprio trabalho. Ao realizá-lo, pessoas movimentam-se utilizando seu próprio corpo, como braços, pernas, cabeça e mãos, transformando, assim, a natureza. O segundo componente é o objeto Marx (2017b) escreve que toda matéria-prima é objeto de trabalho e pode se constituir como o principal componente de um produto ou ser apenas uma matéria auxiliar na produção de um novo produto. Ressalta que “[...] nem todo objeto de trabalho é matéria-prima. O objeto de trabalho só é matéria-prima quando já sofreu uma modificação mediada pelo trabalho.” (MARX, 2017b, p. 256). Mesmo que o produto esteja pronto, a matéria-prima original sempre vai passar por um novo **processo de trabalho**, até se transformar e se tornar meio acabado de trabalho. Marx (2017b) faz referência à terra como sendo a matéria-prima da agricultura. Exemplifica que a uva é a matéria-prima do vinho, o algodão matéria-prima do fio que, por sua vez, é matéria-prima para confecção de roupas. As matérias-primas provenientes da natureza são transformadas por meio do trabalho humano e estão dentro do modo de produção capitalista¹⁵ e tornam-se

¹⁵ O modo de produção capitalista, a partir das lentes marxistas, é “[...] tanto um processo de produção das condições materiais da vida humana, quanto um processo que se desenvolve sob relações sociais – histórico-econômicas – de produção específicas. Em sua dinâmica produz e reproduz seus expoentes: suas condições materiais de existência, as relações sociais contraditórias e formas sociais através das quais se expressam” (IAMAMOTO, 2001, p. 11). O modo de produção capitalista, abreviado por Netto e Braz (2012) em MPC, “[...] é dominante em todos os quadrantes do mundo, configurando-se como um *sistema planetário*” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 108, grifo dos autores). Considerando que se vive no modo de produção capitalista, em que as relações se dão por meio desse sistema, o processo de trabalho está imbricado neste, da mesma forma que os processos de trabalho, apresentados no capítulo 4. Ao tratar da questão social no capítulo 4, o modo de produção capitalista também é revisitado. Segundo Mészáros (2011, p. 777), a expansão global do sistema do capital partiu de países capitalistas avançados da Europa, os quais tornaram-se hegemônicos para todo mundo.

mercadorias¹⁶. O terceiro e último componente do processo de trabalho são os meios de trabalho, que, segundo Marx (2017b), é um complexo de coisas que a classe trabalhadora intercala entre si e o objeto de trabalho. Os meios de trabalho servem como norte para a atividade a ser realizada no objeto.

O uso e a criação de meios de trabalho, embora já existam em germe em certas espécies de animais, é uma característica específica do processo de trabalho humano, razão pela qual Franklin define o homem como ‘a *toolmaking animal*’, um animal que faz ferramentas. (MARX, 2017b, p. 257).

A partir do exposto até aqui, é possível fazer a seguinte leitura sobre a categoria trabalho: o **processo de trabalho** constitui-se de três momentos distintos, porém, ao mesmo tempo, são indissociáveis. O primeiro é o próprio trabalho, a atividade em si, o segundo refere-se ao objeto de trabalho e o terceiro aos meios de trabalho. Logo, o trabalho possibilita a mediação entre pessoa e objeto, e esta *relação mediada*, assim trazida por Netto e Braz (2012), se dá por meio dos instrumentos a serem utilizados pelo ser humano com o objeto de trabalho. Nesse sentido,

[...] sua atividade parte de uma finalidade que é antecipada idealmente, é sublinhar que sua atividade tem como ponto de partida uma intencionalidade prévia – mais exatamente, é importante ressaltar que o trabalho é uma atividade projetada, *teologicamente direcionada*, ou seja: conduzida a partir do fim proposto pelo sujeito. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 44, grifo do autor).

Partindo do entendimento de que o processo de trabalho se inicia na mente dos seres humanos, sendo chamado de trabalho teleológico¹⁷, para depois percorrer

¹⁶ Nesta tese, o conceito de mercadoria não será adensado. Para tal, ver: Marx (2017a), obra que ressalta que os produtos criados pelas pessoas acabam tornando-se necessidade dos próprios seres humanos, havendo então a capacidade de troca destes produtos na sociedade. “Cada homem especula em como criar uma *nova* necessidade para o outro, a fim de obrigá-lo a tornar-se uma nova vítima, para colocá-lo em uma nova dependência, para induzi-lo a um novo modo de *fruição* e, com isso, à ruína econômica. Cada um procura criar uma força essencial *alienada* sobre o outro para encontrar aí a satisfação de sua própria necessidade egoísta. Com a massa dos objetos cresce, portanto, o império do ser alienado, ao qual o homem está subjugado, e cada novo produto é uma nova *potência* do engano recíproco e da pilhagem recíproca” (MARX, 2017a, p. 289).

¹⁷ Considerando que este debate não será aprofundado, vale destacar que, para Netto e Braz (2012), trabalho teleológico implica em dois movimentos: um está no plano subjetivo, o outro no plano objetivo. Respectivamente, o primeiro está na mente da própria pessoa, e o segundo na matéria, pois na medida em que há a transformação do material da natureza, há uma ação material. Assim, a realização do trabalho “constitui uma objetivação do sujeito que o efetua” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 44). Vale destacar que o processo de trabalho se funda no real, no

os três elementos subsequentes, o trabalho é de fato realizado quando o ser humano age sob a matéria-prima, a qual é proveniente da natureza, que é por sua vez objeto de trabalho que será transformado por meio dos instrumentos.

O processo de trabalho (previamente idealizado: trabalho teleológico) se finda quando este resulta em um produto, que irá saciar as necessidades humanas. “Seu produto é um valor de uso, um material natural adaptado às necessidades humanas por meio da modificação de sua forma.” (MARX, 2017b, p. 258). Este produto acabado torna-se mercadoria e recebe um valor de uso¹⁸ (MARX, 2017b).

Com relação ao processo de trabalho, Iamamoto (2015, p. 62, grifo do autor) declara que:

Qualquer processo de trabalho implica uma matéria-prima ou objeto sobre o qual incide a ação do sujeito, ou seja, o próprio trabalho que requer meios ou instrumentos para que possa ser efetivado. Em outros termos, todo o processo de trabalho implica uma matéria-prima ou objeto sobre o qual incide a ação; meios ou instrumentos de trabalho que potenciam a ação do sujeito sobre o objeto; e a própria atividade, ou seja, o trabalho direcionado a um fim, que resulta em um produto. Tais elementos estão presentes na análise de qualquer processo de trabalho.

Já para Netto e Braz (2012, p. 70, grifo do autor), autores marxistas:

[...] a produção de bens, qualquer que seja ela, realiza-se através do **processo de trabalho**, que envolve os seguintes elementos:

- a) *os meios de trabalho* – tudo aquilo de que se vale o homem para trabalhar (instrumentos, ferramentas, instalações etc.), bem como a terra, que é um meio universal de trabalho;
- b) *os objetos de trabalho* – tudo aquilo (matérias naturais brutas ou matérias naturais já modificadas pela ação do trabalho) sobre que incide o trabalho humano;
- c) *a força de trabalho* – trata-se da energia humana que, no processo de trabalho, é utilizada para, valendo-se dos meios de trabalho, transformar os objetos de trabalho em bens úteis à satisfação de necessidades.

Por sua vez, Antunes (2013, p. 35) escreve que “No processo de trabalho, a atividade do homem efetua, portanto, mediante o meio de trabalho, uma

concreto, no que é apresentado enquanto concretude. Logo, para Marx, as ideias que compõem a teleologia do trabalho partem da realidade (PETO; VERISSIMO, 2018).

¹⁸ Segundo Marx (2017b), quando estão prontos, os produtos tornam-se mercadorias e recebem um valor, chamado valor de uso. Esse debate não é aprofundado nesta tese. Para adentrar no conceito, ver: Marx (2017b), especificamente o capítulo 1.

transformação do objeto de trabalho, pretendida desde o princípio. O processo extingue-se no produto”. Para Foladori, Melazzi e Kilpp (2016, p. 15), “O trabalho como atividade consciente da transformação da natureza requer o uso de meios de trabalho e se aplica sobre um objeto.”.

Diante do conceito de Marx (2017b) sobre **processo de trabalho**, e diante da compreensão de autores e autoras marxistas sobre o tema, entende-se que o processo de trabalho parte da premissa do conceito de trabalho. Conforme já apresentado, este é entendido, nesta tese, como atividade fundamental humana, essencial para reprodução da vida, como forma de dar condições materiais para as necessidades de sobrevivência humana. Mas não basta apenas o trabalho, a atividade em si, ser realizado, para que o processo de trabalho se constitua. É fundamental que o ser humano tenha ferramentas para executar sua prática, bem como é indispensável que tenha algo/algum objeto para agir sobre.

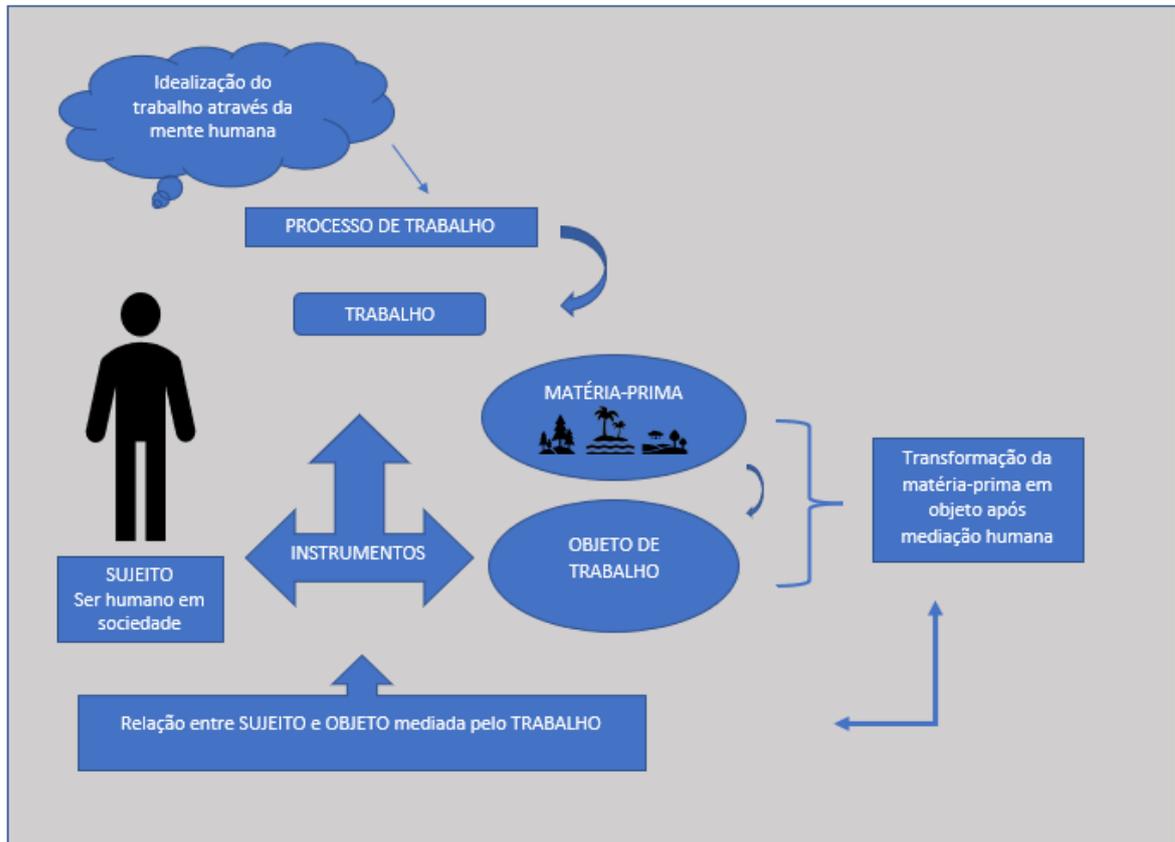
E aqui a **natureza** se apresenta como matéria-prima a ser transformada, sendo que o trabalho não pode ser exercido sem o meio natural. A natureza é compreendida como um conjunto de seres que estão no universo, incluindo o ser humano. Ao transformar a matéria-prima, a natureza, a humanidade também transforma a si mesmo, dado que ele é parte integrante dela. Assim, fica evidente que os seres humanos só produzem e reproduzem a vida por meio da natureza, sem ela nada se faz.

Dessa maneira, o entendimento sobre o **processo de trabalho marxista** *compreende-se por uma atividade direcionada a um fim, dirigida a um propósito*. Esta atividade tem o trabalho como premissa para a sua realização. O processo de trabalho compreende um conjunto de momentos pelos quais são necessários perpassar: a atividade em si (trabalho), os instrumentos para o ser humano trabalhar, e o objeto (matéria-prima) a ser transformado.

Como forma de sistematização deste capítulo, segue-se a seguinte lógica de entendimento: o corpo do ser humano é natureza, para que este possa existir e se reproduzir, há a necessidade de realizar uma ação sobre a natureza, mantendo assim sua subsistência; para a realização desta ação, faz-se necessário realizar esta atividade direcionada a algo determinado; e para isso se faz necessário realizar tal atividade, ter a matéria-prima e as ferramentas de trabalho, conjunto de elementos do processo de trabalho. E todo esse processo se dá através do

movimento constante e contraditório, a dialética. Como forma de exemplificar tal compreensão, elaborou-se a Figura 2 adiante.

Figura 3 – Processo de trabalho marxista



Fonte: a autora (2021).

Este mesmo ser humano que no bosque trabalha, pode estar representando inúmeras profissões, incluindo o profissional de Serviço Social, que vivencia decorrentes transformações estruturais advindas das mudanças sócio-históricas e que incidem diretamente no ser e fazer profissional.

3 QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL E SERVIÇO SOCIAL

Ao longo dos anos, o bosque foi sendo modificado através do processo de trabalho. A paisagem natural foi dando lugar a um cenário devastador, em que o aumento de lenhas para venda elevou-se consideravelmente, conforme domínio e comando do capital. Com isso, a extração deste recurso natural, passou a ser observada por países ao redor do mundo, e medidas de prevenção e proteção ao meio ambiente passaram a ter espaço na agenda política e econômica de governos, entidades socioambientais e sociedade civil.

Para aprofundar a relação entre a questão socioambiental, de assistentes sociais e o bosque, este capítulo apresenta a análise de conteúdo realizada a partir das entrevistas com as pessoas participantes da pesquisa.

O subitem 3.1 inicia a reflexão a partir de um histórico de medidas internacionais e nacionais de preservação e proteção ambiental, delimitando o século XX até a primeira década do século XXI. Algumas dessas medidas tiveram maior repercussão, principalmente a partir da década de 1970. Destaca-se a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano realizada em Estocolmo, em 1972. Já em 1987, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento escreveu o Relatório de Brundtland, que ampliou o debate sobre as questões ambientais, incluindo aspectos econômicos, políticos e sociais. O referido relatório subsidiou outro importante evento, a ECO-92, em 1992, realizada na cidade do Rio de Janeiro. Neste encontro, os 179 países participantes acordaram e assinaram uma medida ambiental chamada de Agenda 21 Global, com vistas a mudanças de desenvolvimento para o século XXI. Mas olhar criticamente para estes eventos, considerando o avanço do capital, é relevante para a leitura do cenário de interesses e disputas políticas e econômicas. Com esta mesma lente crítica, a problematização perpassa pelo desenvolvimento sustentável.

Por sua vez, o subitem 3.2 debate a questão ambiental, refletindo sobre a extração de recursos naturais pelo sistema capitalista, o que causa repercussões negativas ao meio ambiente. Impactos ambientais se acentuam com o domínio capitalista que se volta para sua lucratividade e produção acelerada. É apresentado que a devastação ambiental se manifesta de várias formas, como a poluição das águas e o aquecimento global. Ainda nesta seção se faz a reflexão e distinção entre

questão ambiental e questão socioambiental, sendo esta última a primeira categoria final da técnica de análise de conteúdo utilizada nesta tese.

Na sequência, o estudo aprofunda as categorias intermediárias e iniciais. Especificamente no subitem 3.2.1 analisa-se a **categoria intermediária socioambiental**, juntamente com a **categoria inicial área socioambiental**. A segunda **categoria intermediária expressões da questão socioambiental** é trabalhada no subitem 3.2.2. Estas são apresentadas como manifestações socioambientais que refletem a questão social, objeto de trabalho de assistentes sociais. Como **categorias iniciais** correspondentes a esta categoria intermediária são apresentadas: **relações socioambientais, demandas de usuários e usuárias e políticas sociais**. Um destaque especial nesta discussão é o conceito de educação abordado nesta tese a partir de uma perspectiva crítica, da mesma forma que a educação ambiental, debatida no subitem 3.2.3. Seguindo o método de análise, a terceira e última **categoria intermediária é educação socioambiental**, analisada com as categorias iniciais emergentes: **interdisciplinaridade, processo educativo e potências de transição socioeducativas**, apresentadas no subitem 3.2.3.1.

O quadro 3 demonstra a classificação do processo de categorização.

Quadro 3 – Categoria questão socioambiental

Categorias finais	Categorias intermediárias	Categorias iniciais
Questão socioambiental	Socioambiental	Área socioambiental
	Expressões da questão socioambiental	Relações socioambientais
		Demandas de usuários e usuárias
		Políticas sociais
	Educação socioambiental	Interdisciplinaridade
		Processo educativo
		Potências de transição socioeducativas

Fonte: a autora (2021).

3.1 A CONTRADIÇÃO NO BOSQUE: AS MEDIDAS DE PREVENÇÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL

Este subitem apresenta o contexto histórico da questão ambiental, o qual está relacionado com medidas internacionais e nacionais de prevenção e proteção do meio ambiente. Essas medidas são analisadas a partir das contradições entre tais acordos e a realidade ambiental.

Em 1905, no Chile, inaugurou-se a primeira Reserva de Vida Natural em Malleco, na região da Araucária. Após quatro anos, em 1909, criou-se o Refúgio Nacional da Fauna e da Flora Selvagens da ilha Culebra, em Porto Rico. Em 1916, no Uruguai, estabeleceu-se o Parque Roosevelt. Em 1948, criou-se uma organização não governamental (ONG) que engloba estados e organizações não governamentais e científicas. A entidade procura formular estratégias para a conservação da natureza. Nas décadas de 1960 e 1970, movimentos ambientalistas expandem-se, tais como o Greenpeace, o Verdes da Alemanha, os Amigos da Terra e o Earth First (FOLADORI, 2001). Silva (2009) considera que a ideologia e a atitude politicamente correta dos movimentos ambientalistas, criados na década de 1970, influenciaram o pensamento de países e partidos políticos voltados ao meio ambiente. Preocupações por parte da sociedade civil também apareceram no cenário ambiental, mesmo ainda tímidas e com pouca força.

Ainda na década de 1960, empresas passaram a preocupar-se com as questões ambientais devido ao elevado índice de poluição emitido por elas, as quais localizam-se em diversas partes do mundo (CALDAS, 2015). Em 1965, no Reino Unido, em um evento promovido pela Universidade de Keele, adotou-se o termo educação ambiental pela primeira vez (LOUREIRO, 2012b).

Especificamente no Brasil, embora a defesa do meio ambiente não foi prioridade dos agentes sociais de elite na década de 1970, incorporaram-se bandeiras ambientais na luta dos movimentos sociais como elemento estratégico para explicitar, por meio das lutas populares, os conflitos ambientais que estavam acontecendo. O debate ambiental no Brasil, na referida época, estava sob o regime militar (LOUREIRO, 2012a, 2012b).

Em 1971, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano realizada na Suíça. Em 1972, em Estocolmo, Suécia, realizou-se uma nova conferência, conhecida como Conferência de Estocolmo, sendo este o momento de

maior destaque mundial sobre a preocupação ambiental e sobre os impactos da industrialização, avançando nas discussões sobre aspectos econômicos e políticos a respeito do meio ambiente. Neste evento participaram 113 países (CALDAS, 2015). Para Dias (2012), o evento também foi palco de divergência e polêmicas. A delegação brasileira identificou que as medidas de proteção ambiental defendidas pelos países desenvolvidos restringiam o desenvolvimento econômico do Brasil.

Segundo Foladori (2001), nessa conferência proclamaram-se o direito dos seres humanos a um meio ambiente saudável e o dever de protegê-lo e melhorá-lo para as futuras gerações. Criou-se também o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) para organizar as questões ambientais.

O espírito geral da declaração partia da idéia de que, com tecnologias limpas nos países desenvolvidos e transferência de recursos financeiros e técnicos para o Terceiro Mundo, junto com políticas de controle da população, poderiam ser solucionados os problemas. De qualquer forma, vislumbraram-se contradições entre os países ricos, que pretendiam controlar a produção e a explosão demográfica, e os pobres, que viam a necessidade de desenvolvimento. (FOLADORI, 2001, p. 116).

No contexto histórico, a conferência de Estocolmo tornou-se um marco para o debate ambiental. Nela, buscou-se aprofundar a melhoria da relação entre a humanidade e o meio ambiente e o equilíbrio econômico. Mas evidenciou-se a divisão entre os países que compuseram este encontro. De um lado, havia os países desenvolvidos que queriam manipular os países em desenvolvimento através do controle populacional e apoio financeiro para solucionar os problemas ambientais. Os EUA faziam parte dos países desenvolvidos, pois o objetivo real era expandir sua própria economia e, para isso, era necessário defender a preservação ambiental. Por outro lado, os países em desenvolvimento, incluindo o Brasil, vislumbravam a ampliação econômica, não se importando com as questões ambientais. Enquanto contexto político brasileiro, vale destacar que o país vivenciava o chamado milagre econômico¹⁹. E o contexto político norte-americano era a Guerra Fria²⁰.

¹⁹ O período entre os anos de 1968 e 1973 ficou conhecido como milagre econômico brasileiro, devido às altas taxas de crescimento do PIB. (GIAMBIAGI; VELOSO; VILLELA, 2008).

²⁰ Guerra disputada pelos Estados Unidos e União Soviética entre os anos de 1947 e 1991. “A URSS controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência – [...] Os EUA exerciam o controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos, assumindo o que restava da velha hegemonia imperialista das antigas potências coloniais” (HOBSBAWM, 1995, p. 224).

Neste mesmo ano de 1972, o Clube de Roma, formado por um grupo de trinta representantes empresariais, os quais, a partir de suas análises sobre a questão mundial, publicaram um relatório chamado *Limits to Growth*, ou Limites do Crescimento. Seu texto apresenta a incompatibilidade do crescimento ilimitado dentro de um sistema que depende da existência de recursos naturais finitos (SILVA, 2010). Segundo Reigota (2006), este relatório originou um livro, publicado em 1972, que foi alvo de inúmeras críticas, principalmente de intelectuais latino-americanos. Estes tinham a interpretação de que, nas entrelinhas do relatório, os países industrializados deveriam manter seu padrão de consumo e que os países pobres deveriam controlar o crescimento populacional. De acordo com Foladori (2001), o relatório é uma crítica oriunda no interior do sistema capitalista, o qual tinha como alternativa tornar um estado com baixo crescimento ou crescimento zero.

O relatório Limites do Crescimento teve como premissa projetar o futuro, considerando os limites necessários quanto ao crescimento populacional, tendo em vista a limitação dos recursos naturais. A crítica que se faz é: Por que não limitar o crescimento econômico em vez do crescimento da população? Afinal, com a redução econômica do capital, haverá menos extração de recursos naturais, o que repercute na diminuição da produção de bens.

Foladori (2001) ainda destaca que, em meados da década de 1970, a Comissão de Bariloche²¹ fez pesquisas sobre as alternativas de desenvolvimento, mas de fato não discutiu o cerne do problema. A comissão posicionava-se defendendo que o desenvolvimento deveria ter como objetivo a qualidade de vida, mas não procede, pois o que estava em vigor era o lucro.

Em 1975, em Belgrado, na então Iugoslávia, atual capital da Sérvia, ocorreu uma reunião com especialistas em diversas áreas afins, tais como educação, biologia, geografia, história, entre outras. Nessa reunião, definiram-se os objetivos da educação ambiental, o que culminou na chamada Carta de Belgrado (REIGOTA, 2006). Evidencia-se que a interdisciplinaridade dos especialistas deste evento possibilitou que o processo educativo ampliasse as dimensões políticas, culturais e sociais em consonância com o meio ambiente, reforçando a educação ambiental

²¹ Esta questão também é debatida por Baud, Martínez-Alier e Sejenovich (2015), os quais denominam de Fundação Bariloche. A fundação era composta de especialistas na área ambiental, que rejeitavam a ideia de escassez de recursos naturais. Publicaram em 1976 um relatório chamado “Catástrofe o Nueva Sociedad? Modelo Mundial Latinoamericano”, que abordava essa ideia.

como área fundamental a todas disciplinas, seja na educação formal e/ou não formal. Neste horizonte, pode-se avaliar que a carta viabiliza uma direção educativa para a população por meio do diálogo e participação social no que tange os assuntos relacionados ao meio ambiente.

No Brasil, em 1981, promulgou-se a Política Nacional de Meio Ambiente, pela lei n.º 6.938, que estabelece no artigo 2º “[...] a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana [...]” (BRASIL, 1981).

A Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) foi criada em 1983, tendo como foco principal debater a produção de resíduos, a diminuição da extração de compostos naturais e a poluição gerada pelos países ricos, comparando com os países em desenvolvimento (CALDAS, 2015). Anos depois, em 1987, essa mesma comissão publicou o Relatório de Brundtland, que possibilitou a ampliação do debate sobre as questões ambientais e deteve-se em aspectos econômicos e políticos como até então estava sendo tratado, expandindo o diálogo sobre problemas sociais, incluindo assuntos como a pobreza. Neste momento, o termo desenvolvimento sustentável²² passou a fazer parte da agenda ambiental e três pilares compuseram a questão ambiental: equilíbrio ambiental, igualdade social e crescimento econômico (CALDAS, 2015). Para James (1997), o Relatório de Brundtland não consegue separar o sistema de produção capitalista das questões ambientais e sociais. Esse relatório (RELATÓRIO DE BRUNDTLAND. UNITED NATIONS, 1987) foi outro relevante marco para a agenda ambiental mundial.

No mesmo ano, na Califórnia, aprovou-se uma rigorosa lei sobre poluição, chamada Proposition 65. Essa legislação buscou reduzir a ameaça à saúde provenientes de pesticidas, resíduos tóxicos e outros materiais perigosos (JAMES, 1997).

Caldas (2015) ainda traz que, entre 1985 e 1987, realizaram-se outros momentos destinados à discussão sobre o meio ambiente ao redor do mundo como, por exemplo, os protocolos de Viena e Montreal, que tiveram como tema central de

²² Aprofundado no subitem 3.1.1.

discussão a camada de ozônio²³. Especificamente sobre o Protocolo de Montreal, Silva (2009, p. 157) destaca que:

No auge da era da sociedade de consumo do pós-guerra, sobretudo a americana, com o acesso de um contingente enorme de pessoas ao mercado de bens duráveis, e a expansão do uso de refrigeração, tanto doméstico quanto industrial, o emprego dos CFCs²⁴ aumentou consideravelmente. Esses gases contribuíram para moldar o padrão sócio-econômico do pós-guerra, permitindo o enorme crescimento do mercado de consumo.

Mesmo que estes protocolos tenham o objetivo de debater e buscar soluções para a diminuição do buraco da camada de ozônio, os EUA não deixaram de expandir a produção de mercadorias geradoras de substâncias que agridem a camada. Na prática, a atitude norte-americana se dá de forma contrária ao Protocolo de Montreal.

Em 1988, segundo Foladori (2001), houve a criação do Grupo Intergovernamental de Estudos sobre Climas (IPCC), vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU), com objetivo de avaliar estudos científicos referentes ao clima e ao papel do ser humano nele. Com o processo de redemocratização no Brasil, no mesmo ano promulgou-se a Constituição Federal, que apresenta no artigo nº 225 o seguinte:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1990).

Para Loureiro (2012a), o processo de redemocratização brasileiro viabilizou a atuação dos movimentos sociais emancipatórios e a atuação da educação popular e,

²³ “A camada de ozônio absorve a maior parte da radiação ultravioleta que atinge a superfície da terra. Essa radiação afeta o sistema imunológico do ser humano e dos animais, e debilita as plantas. Ela influi, ainda, na produção agrícola, podendo representar ameaça à oferta de alimentos” (DIAS, 2004, p. 1335). “A camada de ozônio é um cinturão de gases situado entre 10 e 50 km acima da superfície da terra. No nível do solo, o ozônio é um poluente, mas na atmosfera superior, a estratosfera, protege as pessoas, animais e plantas, filtrando os prejudiciais raios ultravioletas (UV) do Sol. “Nos anos 70, detectou-se o buraco na Camada de Ozônio sob a Antártica e em seguida no Pólo Norte. Em 1985 o buraco na Camada de Ozônio foi considerado um problema ambiental para a comunidade internacional. Embora aparecesse sobre uma área relativamente desabitada, a sua descoberta foi crucial para a percepção pública sobre os problemas ambientais, porque, pela primeira vez, a ciência e as observações confirmaram o que eram especulações” (SILVA, 2009, p. 156).

²⁴ Clorofluocarbonos (CFCs) é uma substância que compõe o conjunto de Substâncias Destruidoras da Camada de Ozônio (SDOs) (SILVA, 2009).

com isso, o movimento ambientalista levantou a bandeira do ecologicamente correto. Um ano depois, em 1989, ocorreu a Convenção de Beliseia que teve como pauta principal controlar a movimentação de resíduos perigosos entre países (CALDAS, 2015). Outro grupo formou-se em 1991, chamado Global Environmental Facility, também ligado à ONU e ao Banco Mundial, sendo este um fundo de proteção ao meio ambiente, destinado aos países em desenvolvimento com sérios problemas ambientais (FOLADORI, 2001).

No ano seguinte, em 1992, ocorreu no Rio de Janeiro a ECO-92. Neste momento, o debate esteve centrado na utilização de tecnologias que agredissem menos o meio ambiente e na criação da comissão sobre o desenvolvimento sustentável. O Relatório de Brundtland subsidiou a ECO-92 (CALDAS, 2015). Segundo dados do Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2020), a ONU foi a entidade responsável pela organização deste evento, oficialmente chamado de Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD). A ECO-92 também ficou conhecida como Rio-92, fazendo referência à cidade que a abrigou, e Cúpula da Terra por ter mediado acordos entre chefes de Estado. Foi um total de 179 países participantes, os quais acordaram e assinaram a Agenda 21 Global, sendo este um documento composto de 40 capítulos. O número 21 foi utilizado considerando a necessidade e o desejo de mudança de desenvolvimento para o século XXI. Embora debater e buscar soluções para a desigualdade mundial também estivesse em pauta, é evidente que este foi mais um evento no qual a economia dominante buscou espaço para apresentar ao mundo o falso equilíbrio de meio ambiente e crescimento econômico. No mesmo ano, 1992, na Alemanha, promulgou-se a primeira legislação sobre a reciclagem, a chamada Lei da Gestão dos Resíduos (CALDAS, 2015).

O próximo momento de discussão se deu em 1997 quando foi assinado o Protocolo de Kyoto, em que muitos países se comprometeram em reduzir a emissão de poluição entre os anos de 2008 e 2012. O buraco na camada de ozônio é provocado pela ação do ser humano, por meio principalmente do consumo de energia derivada do petróleo. Os Estados Unidos, país que se recusou a assinar o Protocolo de Kyoto, são os responsáveis pela emissão de 20% de todos os gases de efeito estufa emitidos na atmosfera. O desenvolvimento para a produção de energia elétrica é um grande diferencial para a redução da emissão de gás carbônico (CO₂) (LOUREIRO, 2012a). Os países que participaram deste encontro somaram um total

de 20, sendo estes os mais industrializados na época, logo os mais poluidores. Para que estas nações alcançassem suas metas para redução da emissão de gases, o protocolo flexibilizava uma forma de atingir tais objetivos. Essa medida consta no protocolo, é chamada de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), e foi proposta pelo Brasil durante a conferência. Na prática se tratava da implementação de projetos que reduzissem a emissão de gases na atmosfera sendo essa tecnologia investida pelos países desenvolvidos nos países em desenvolvimento (ANDRADE; COSTA, 2008). Observa-se que tal medida facilitou que os países desenvolvidos pudessem usufruir dos recursos naturais dos países em desenvolvimento e concomitantemente facilitou-lhes atingir suas próprias metas conforme protocolo, tratando assim de interesse e expansão da produção econômica no mundo.

Em contexto brasileiro, depois de muitos anos, destacou-se um movimento muito atuante na causa social. Tal iniciativa partiu dos catadores e catadoras que buscaram, junto aos órgãos públicos e à sociedade, um espaço de reconhecimento para trabalhar e viver. O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNRC) foi criado em 2001, no 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, realizado em Brasília. O movimento luta pela inclusão social por meio do reconhecimento do trabalho que exercem e pela importância da reciclagem dos resíduos sólidos, sendo este ciclo benéfico para a sociedade e o meio ambiente (CAETANO, 2009).

Enquanto limite temporal deste estudo²⁵, apresenta-se a Conferência de Copenhague, realizada em 2009. Somente neste evento é que pautas relacionadas à inserção de ações e políticas públicas e sua relação com o meio ambiente foram discutidas. Além disso, foi debatido que os países não dependeriam apenas da invenção de novas tecnologias para cuidar das questões ambientais (CALDAS, 2015).

Leff (2010, p. 134) trata dos eventos ocorridos:

²⁵ Devido ao limite estipulado por esta pesquisa, não são aprofundados outros eventos considerados importantes, como a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em junho de 2012, no Rio de Janeiro, chamada de Rio+20. Neste evento, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) passaram a ser planejados. A Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável foi outro evento relevante, realizado em Nova York, em setembro de 2015. Em ambos os casos, há o compromisso para o cumprimento da Agenda 2030, relacionada aos 17 ODS estabelecidos (NAÇÕES UNIDAS, 2015).

[...] como um conjunto de princípios, programas e acordos para enfrentar a deterioração ambiental do planeta [...]. Contudo, os acordos internacionais dali provenientes e os novos mecanismos reguladores e compensatórios da deterioração ambiental – as Convenções da Biodiversidade e da Mudança Climática, os Protocolos de Kyoto e de Cartagena, o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – foram incapazes de deter e menos ainda de reverter o crescente processo de destruição ecológica do planeta.

Ao longo da cronologia dos anos acima descritos, evidencia-se que, por detrás do bosque, houve movimentos de organizações empresariais e governos ao redor do mundo para discutir medidas de prevenção e proteção do meio ambiente, através de relatórios, convenções e eventos afins. Interesses econômicos e políticos ocultos se apresentam em forma de proteção ao meio ambiente, disfarçados por essas medidas paliativas. Há que se atentar criticamente para essas medidas, questionando quais são de fato as intenções dessas ações, sejam políticas, empresariais e governamentais, observando os interesses implicados nesta relação, que perpassam entre as vias da questão ambiental e carregam consigo o espírito lucrativo capitalista. Eis aqui a escolha de como a produção de bens e mercadorias deve seguir neste sistema e, justamente, este é ponto principal do debate.

3.1.1 A face verde do desenvolvimento sustentável

O termo desenvolvimento sustentável refere “[...] ‘aquele que responde às necessidades do presente de forma igualitária, mas sem comprometer as possibilidades de sobrevivência e prosperidade das gerações futuras’ [...]” (FOLADORI, 2001, p. 117). Tal termo foi introduzido no Relatório de Brundtland em 1987.

Em 2002, na cidade de Johannesburgo ocorreu a Rio+10 e foi criada a Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável para avaliar se as metas globais previamente pactuadas estavam em andamento. Neste mesmo Fórum Global para o Desenvolvimento Sustentável, foi proposta a Década Internacional de Educação para o Desenvolvimento Sustentável para um período de 2005 até 2014. Esta proposta foi feita à Assembleia Geral das Nações Unidas (LOUREIRO, 2012a). Silva (2010) destaca que entidades internacionais como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e o Banco Mundial desempenham um papel importante no campo

da questão ambiental e do desenvolvimento sustentável. E para refletir sobre o desenvolvimento sustentável, importa compreender cada conceito – desenvolvimento e sustentável – separadamente segundo alguns autores e autoras.

Conforme Furtado (2000), para entender o desenvolvimento, deve-se vê-lo como um processo de transformação da sociedade, não apenas em relação aos meios, mas também aos fins que compõem este processo.

Para Jacobs (2001), este conceito parte de uma sequência de três princípios: o primeiro diz respeito à compreensão de que o desenvolvimento é natural, emerge de generalidades, escalas de tempo e dimensão; o segundo é o de que as diferenciações (generalidades, tempo e dimensão) criam novas diversidades e complexidades, gerando, por sua vez, novas diferenças; e o terceiro princípio do desenvolvimento está na dependência do codesenvolvimento, ou seja, não adianta pensar o desenvolvimento de forma linear. Para haver o desenvolvimento, é necessário ter uma rede de codesenvolvimentos interdependentes. Conforme a autora, o desenvolvimento é um processo que produz coisas, tais como mercadorias.

Segundo Veiga (2010), o desenvolvimento promove a liberdade e a industrialização, o progresso tecnológico e a modernização, sendo estes meios que estimulam a expansão da liberdade. Para isso acontecer, as principais fontes que não permitem esse desenvolvimento devem ser combatidas, tais como pobreza, carência de oportunidades econômicas, negligência de serviços públicos como saúde (acesso à nutrição satisfatória e remédios), educação e saneamento básico e interferência de Estados repressivos. Para haver a superação deste quadro, países periféricos contam com o financiamento dos países de primeiro mundo e, com isso, os serviços sociais corroboram para o crescimento econômico.

Já o conceito de sustentável é tratado pelos autores e autoras como sustentabilidade. Para Bellen (2006, p. 33), “[...] as definições de sustentabilidade devem incorporar aspectos de sustentabilidade econômica e ecológica juntamente com o bem-estar humano”. Identifica-se que o conceito de sustentabilidade abarca um conjunto de elementos necessários para sua composição e organização dentro de um espaço maior no interior da sociedade.

O objetivo de seguir com o alcance das metas de sustentabilidade requer um planejamento de ações que envolvam indicadores quantitativos e qualitativos para monitorar e analisar os sistemas e fenômenos que compõem a sociedade. Poucos

sistemas foram elaborados com a finalidade de diagnosticar a real situação de sustentabilidade. Os sistemas que foram elaborados voltam-se especificamente para a leitura da realidade econômica, de saúde e social (BELLEN, 2006). Segundo Romeiro (2003), o desenvolvimento sustentável, além de ser visto pela perspectiva teórica, leva em consideração dimensões éticas e culturais.

Para Leff (2010), o desenvolvimento sustentável não oferece um modelo uniforme. Pelo contrário, oferece um vasto campo de debates e disputas entre as direções da própria sustentabilidade, em que neste cenário estão em jogo as formas de governar dos Estados e a justiça ambiental.

Silva (2010) acredita que o desenvolvimento sustentável teve muita influência das mobilizações sociais e lutas ambientalistas. Para a autora, a formulação do desenvolvimento sustentável:

[...] representa uma tentativa de oferecer respostas à problemática do meio ambiente a partir de uma crítica às teorias desenvolvimentistas, as hegemônicas no pós-guerra, sem, no entanto, inscrevê-las no contexto da crítica ao modo capitalista de produção; em outras palavras, trata-se de uma tentativa de articular expansão capitalista e utilização racional dos recursos naturais, crescimento econômico, respeito ao meio ambiente e redução da pobreza. (SILVA, 2010, p. 166).

Por outro lado, Bellen (2006) e Veiga (2010) defendem o entendimento que, da mesma forma que há distinção das palavras desenvolvimento e sustentável, embora haja uma complementaridade entre elas, faz-se necessário também distinguir os conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento sustentável. Para Veiga (2010), o crescimento é uma mudança quantitativa e o desenvolvimento é uma mudança qualitativa. Embora estejam intimamente ligadas, essas ideias não possuem o mesmo significado.

Ao relacionar crescimento econômico com a questão ambiental, Silva (2010, p. 164) escreve que:

[...] após um quarto de século de crescimento econômico acelerado persistem – e em muitos casos se agravam – a questão agrária, a depredação ambiental, a precária condição das minorias étnicas, dos imigrantes, entre outros, demonstrando a incapacidade do sistema capitalista de resolver problemas vitais para a humanidade.

Silva (2010) retrata que o desenvolvimento sustentável tem percorrido um enfoque majoritário, partindo de uma dimensão tridimensional de desenvolvimento, onde a aplicabilidade econômica deve estar de acordo com a justiça social e com o equilíbrio ecológico. Com esta posição, a autora reforça o debate, apontando a existência de dois entendimentos do desenvolvimento sustentável. Um deles está na lógica de defesa, conciliando acumulação privada e preservação ambiental. O outro encontra-se na ideia de princípio ético, o qual está comprometido mediante o caráter destrutivo do sistema capitalista, não havendo a possibilidade de efetivar a sustentabilidade entre sociedade e natureza.

Este estudo compreende que o desenvolvimento sustentável não corresponde a sua proposta em buscar o equilíbrio ambiental, econômico e social, afinal, a expansão da produção capitalista exploradora dos bens naturais, também mantém a sociedade subordinada a esta forma de exploração, dominação e produção econômica. Portanto, o desenvolvimento sustentável é uma forma de maquiagem a apropriação do capital sobre os recursos naturais, passando uma imagem de que os problemas ambientais não estão relacionados ao sistema de produção capitalista, nem mesmo às formas de reprodução da vida social. Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável é uma estratégia do capital para manter-se no poder da roda econômica mundial, não possibilitando o acesso igualitário aos recursos naturais e omitindo suas devastadoras consequências ambientais.

A noção da palavra verde neste subtítulo abarca a crítica na qual compreende-se o desenvolvimento sustentável. A cor verde, com seus mais variados tons, é facilmente encontrada na biodiversidade, podendo ser representada simbolicamente pelas árvores, recurso natural trazido na história vivida e na analogia nesta tese. Emprega-se a palavra verde para enfatizar tamanha contradição entre a proposta de desenvolvimento sustentável e seus efeitos reais, materializados pelo desequilíbrio ambiental, econômico e social.

Seguindo com a ampliação das atrocidades ao meio ambiente, o próximo subitem apresenta algumas degradações ambientais causadas pelo sistema de produção capitalista.

3.2 O MOTOR DA DEGRADAÇÃO AMBIENTAL: ALGUMAS CLAREIRAS NO BOSQUE E A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL

As medidas de prevenção e proteção ambiental tiveram ênfase a partir da década de 1960, conforme visto no subitem 3.1, com maior destaque a partir dos anos 70, momento em que se deu uma das crises²⁶ do capital. Foi nesse período que o capitalismo se reinventou e o neoliberalismo passou a inserir-se no bosque, ampliando as expressões da questão ambiental²⁷, degradando o meio ambiente. Segundo Feitosa e Oliveira (s.d.), mudanças ambientais acentuaram-se a partir do período industrial, ocasionando impactos à sociedade e ao meio ambiente. Caldas (2015, p. 4) destaca que a revolução industrial²⁸:

[...] intensificou os problemas ambientais, uma vez que a extração de recursos naturais foi acelerada. [...] A conseqüente industrialização da época (e que se estende até os dias de hoje) causou diferentes

²⁶ “Quando as épocas de baixa atividade econômica se prolongam em proporção fora do comum, fala-se de depressão ou de crise” (FOLADORI; MELAZZI; KILPP, 2016, p. 205). Para Mandel (1985, p. 412), a crise de superprodução é “Interrupções periódicas do processo de reprodução ampliada, ocorrendo classicamente a cada 7 ou 10 anos, ocasionadas por uma queda da taxa de lucro, o que determina uma baixa nos investimentos e no nível de emprego: durante essa crise, o capital empregado na produção de mercadorias não pode ser inteiramente recuperado, por que parte dessas mercadorias já não será vendida, ou só pode ser vendida com prejuízo. As crises de superprodução são uma fase necessária no padrão normal da produção capitalista, que passa sucessivamente por ascensão, *boom*, superaquecimento, crise e depressão industriais”. Conforme Braz (2012, p. 470) a crise “[...] é movida pela natureza contraditória do desenvolvimento capitalista que, ao potencializar seu processo de reprodução ampliada (sua própria acumulação de capital), reproduz os fatores que exponenciam suas contradições e acionam crises que, desde as últimas décadas do século XX, têm maior duração e se exprimem em períodos menos espaçados (e sem ondas longas expansivas), alternando períodos (espasmódicos) de crescimento, auge, crise, recessão/depressão, retomada... A contradição central (a produção social e a apropriação privada) e o caráter anárquico da produção potencializam e assentam o desdobramento das crises capitalistas que podem se expressar na tendência de queda da taxa média de lucro e/ou na combinação superprodução de mercadorias/subconsumo das massas trabalhadoras. E é o aumento da população sobrando (do exército industrial de reserva) e a massa de capitais excedentes que encontra dificuldades para se valorizar (a superacumulação) que têm tornado o metabolismo social do capital ainda mais sedento e voraz na busca de novos espaços de acumulação e de valorização do valor”.

²⁷ Os autores abordam o conceito com outras nomenclaturas, entre elas: crise ambiental, degradação ambiental, os quais são apresentados ao longo da tese.

²⁸ As revoluções industriais não são aprofundadas na tese. Para tal, ver: Perez (2004). A autora aponta que ocorreram, até o momento, cinco revoluções tecnológicas, sendo elas: a Revolução Industrial, ocorrida na Inglaterra em 1771, tendo como incentivador o algodão; a Era do vapor e das ferrovias, também ocorrida na Inglaterra, em 1829, sendo o motor a vapor o incentivador; a Era do aço, eletricidade e engenharia pesada, desenvolvida nos Estados Unidos e Alemanha, em 1875, sendo a usina de aço o incentivador da revolução; a Era do petróleo, do automóvel e da produção em massa, também desenvolvida nos Estados Unidos e Alemanha em 1908 – nesta revolução, o incentivador foi o primeiro modelo de automóvel; e Era da informática e telecomunicações, desta vez desenvolvida apenas nos Estados Unidos em 1971, e o microprocessador da Intel foi o incentivador da quinta revolução.

impactos negativos para o meio ambiente, porque os recursos naturais eram usados sem nenhum tipo de critério, já que o foco era o aumento da produtividade.

Hobsbawm (1995, p. 257) ao tratar da crescente economia mundial, da expansão da produção agrícola e do aumento da pesca mundial, entre as décadas de 1950 e 1970, indica que uma ameaça já podia ser notada: “[...] a poluição e a deterioração ecológica”. O acelerado crescimento econômico dos países desenvolvidos e a forma de produção capitalista expandiram-se de forma global. Segundo Hobsbawm (1995), o período do pós-segunda Guerra Mundial foi denominado de Era do Ouro do Capitalismo, também chamado de Anos Dourados e de Os trinta anos gloriosos²⁹. Neste período, entre os anos de 1950 e 1980, a renda per capita cresceu nos países em desenvolvimento, mas significativamente foi nos países desenvolvidos que o padrão ouro teve seu aumento exponencial, com o crescimento econômico e a forma de produção capitalista. Tal produção acarretou na problemática ambiental.

Conforme mencionado no subitem anterior, a questão ambiental emergiu nas décadas de 1960 e 1970, sendo a produção capitalista a principal responsável pela degradação ambiental, impactando nas condições sanitárias, social e econômica. Para o sistema capitalista manter sua forma de produção, é imprescindível que haja a destruição da natureza, aumentando suas forças produtivas. Assim, identifica-se a exploração da natureza por parte do capital, conforme já apontado por Marx (2017a; 2017b), no capítulo 2.

A partir da década de 1980, ocorre uma nova temporalidade histórica do capital³⁰ que acarreta efetivamente na forma de ser da precarização do trabalho, traço estrutural do modo de produção capitalista (ALVES, 2013). A relação existente é que esta nova forma de precarização do trabalho³¹ atinge diretamente a classe

²⁹ Era do Ouro do Capitalismo e/ou os Anos Dourados foram assim chamados pelos países anglo-americanos. Enquanto os trinta anos gloriosos foram assim denominados pelos franceses. Período que correspondeu entre os anos 50 até 80 do século XX (HOBBSAWM, 1995).

³⁰ Alves (2013) aponta duas determinações estruturais que constituem a nova forma de produção do capital: maquinofatura e o desenvolvimento da crise estrutural de valorização do valor. A primeira refere-se à manufatura e à grande indústria, as quais implicam em um “[...] modo de controle sociometabólico que emerge da civilização moderna do capital” (ALVES, 2013, p. 237), enquanto a segunda é entendida como uma nova condicionalidade objetiva da acumulação de capital.

³¹ A lógica do padrão de acumulação do capital neoliberal gera uma crescente substituição do trabalho humano por tecnologias, bem como a perda dos direitos contratuais. O novo modelo de exploração do trabalho, introduzido pelas corporações internacionais com o apoio do Estado, embasam-se no retrocesso e perdas trabalhistas (VALENCIA, 2010). Considera-se a problemática

trabalhadora, afetando ainda mais a questão ambiental, como, por exemplo, submetendo estas pessoas a trabalhar informalmente para algumas corporações que destroem o ecossistema. A precarização do trabalho dominada em escala global³² (empresas dominadas por países desenvolvidos, instaladas em países em desenvolvimento) modifica diretamente o meio ambiente e aumenta a degradação ambiental, o que está intrinsecamente relacionado à extração insana de recursos naturais pelo sistema de produção capitalista, que não mede suas consequências ambientais.

A destruição em massa e sem prudência do meio ambiente está implícita no neoliberalismo, afinal este “É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida.” (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 7)³³. Na alteração destas mudanças de relações sociais, o trabalho foi atingido diretamente e, conseqüentemente, a relação entre a humanidade e o meio ambiente.

O avanço do capital através da sua crescente produtividade impactou na destruição do meio ambiente. A produção é o cerne do sistema capitalista sendo tal processo produtivo a fonte de vida para a manutenção e prosperidade do sistema capitalista. Identifica-se que tal processo produtivo relaciona-se intrinsecamente com o atual modelo funcional de trabalho, conforme apontado por Pastorini (2010), o qual se dá pelas vias legais do direito em um mercado legal de trabalho, sendo que isto

da precarização do trabalho de extrema relevância, mas esta tese não se atém neste foco, e sim na degradação direta ao meio ambiente.

³² Conforme Iamamoto (2007, p. 108), “A mundialização da economia está ancorada nos grupos industriais transnacionais, resultantes dos processos de fusões e aquisições de empresas em um contexto de desregulamentação e liberação da economia. Esses grupos assumem formas cada vez mais concentradas e centralizadas do capital industrial e se encontram no centro da acumulação. As empresas industriais associam-se às instituições financeiras (bancos, companhias de seguro, fundos de pensão, sociedades financeiras de investimentos coletivos e fundos mútuos) que passam a comandar o conjunto da acumulação, configurando um modo específico de dominação social e política do capitalismo, com o suporte dos Estados Nacionais”.

³³ Dardot e Laval (2016, p. 8) apontam que o neoliberalismo “[...] é instaurado por forças e poderes que se apoiam uns nos outros em nível nacional internacional. Oligarquias burocráticas e políticas, multinacionais, atores financeiros e grandes organismos econômicos internacionais formam uma coalizão de poderes concretos que exercem certa função política em escala mundial. Hoje, a relação de forças pende inegavelmente a favor desse bloco oligárquico”. O sistema neoliberal “[...] é em primeiro lugar e fundamentalmente uma *racionalidade* e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. A racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação. [...] O neoliberalismo é a *razão do capitalismo contemporâneo*, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e norma geral de vida. O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17).

se convencionou chamar de trabalho formal. Mas o mercado restringe o trabalho e muitos setores da economia e precarizam as condições de trabalho (PASTORINI, 2010).

Nesse sentido, pode-se dizer que:

De mãos dadas com a destruição da natureza, o crescimento do capitalismo produziu efeitos sobre a própria espécie humana. Substituiu o antigo trabalho servil e de produtores independentes pelo trabalho assalariado, com o surgimento de um modo de vida de aglomerações, sobre-exploração, enfermidades profissionais e novas epidemias. Criou, pela primeira vez na história, uma população excedente à produção, como modalidade de regular e que o sistema auto-reproduzia. (FOLADORI, 2001, p. 110).

A degradação³⁴ ambiental se dá através dos:

[...] processos resultantes dos danos ao meio ambiente – qualquer lesão ao meio ambiente causada por ação de pessoa, seja ela física ou jurídica, de direito público ou privado, pelos quais se perdem ou se reduzem algumas de suas propriedades, tais como a qualidade ou a capacidade produtiva dos recursos ambientais. (LIMA; RONCAGLIO, 2001, p. 55).

Conforme Leff (2007, p. 309), a questão ambiental emergiu no final da década de 1960 e início da década seguinte:

[...] como problemáticas contemporâneas, compartilhando o sintoma de uma crise de civilização, de uma crise que se manifesta pelo fracionamento do conhecimento e pela degradação do ambiente, marcados pelo logocentrismo da ciência moderna e pelo transbordamento da economização do mundo guiado pela racionalidade tecnológica e pelo livre mercado.

A degradação da natureza é vista por Araújo e Costa (2020, p. 113) como “[...] consequência de uma lógica de organização da produção que explora a natureza [...]”. Segundo Silva (2010, p. 143), a questão ambiental refere-se “[...] ao conjunto

³⁴ “Originalmente, tal termo está ligado às descobertas da física que levaram à formulação do segundo princípio da termodinâmica, esboçado por Sadi Carnot, com relação às tecnologias das máquinas térmicas, e formulado com significado mais amplo por Clausius (1850). Tal princípio conclui que a energia mecânica irreversivelmente se transforma em calor, e que este só parcialmente pode ser transformado em trabalho. Assim, a energia que toma a forma de calor não pode reverter-se inteiramente, correndo portanto não a perda de energia (pois isto contradiz a primeira lei da termodinâmica baseada na conservação da energia), mas leva à degradação da energia” (LIMA; RONCAGLIO, 2001, p. 54).

de manifestações da destrutividade ambiental, resultantes da apropriação privada da natureza, mediadas pelo trabalho humano”. Tal apropriação dos recursos naturais pelo sistema de produção capitalista ignora a finitude dos recursos.

A Resolução n.º 01/1986 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) resolve:

Artigo 1º - Para efeito desta Resolução, considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

II - as atividades sociais e econômicas;

III - a biota;

IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;

V - a qualidade dos recursos ambientais. (CONAMA, 1986, p. 636).

Acselrad (2010, p. 108), ao tratar da questão ambiental, aponta que:

A noção de “justiça ambiental” exprime um movimento de ressignificação da questão ambiental. Ela resulta de uma apropriação singular da temática do meio ambiente por dinâmicas sociopolíticas tradicionalmente envolvidas com a construção da justiça social. Esse processo de ressignificação está associado a uma reconstituição das arenas onde se dão os embates sociais pela construção dos futuros possíveis. E nessas arenas, a questão ambiental se mostra cada vez mais central e vista crescentemente como entrelaçada às tradicionais questões sociais do emprego e da renda.

Para Angelim e Nunes (2020, p. 86) “A destrutividade ambiental é uma face insuprimível da produção capitalista e os níveis de depredação da natureza se avolumam e se evidenciam de forma mais severa com a atual crise do capital.”.

[...] a crise ambiental, em todos os seus aspectos, é impulsionada pelo modo de produção capitalista, que se configura como insustentável do ponto de vista ecológico, pois necessita utilizar à exaustão os recursos naturais. [...]. A degradação ambiental alcança níveis altíssimos acarretando sérias conseqüências para a humanidade. E a confluência de todos estes fatores põe em risco a nossa existência e a de gerações futuras. (MACEDO, 2009, p. 4).

Problemas encontrados no meio ambiente estão relacionados com a devastação das matas, com o aquecimento global, com a contaminação da água, de costas e mares; também com a erosão de solos, a desertificação (diminuição da

unidade em solos arenosos), a perda da diversidade agrícola, a sobre-exploração de mantos aquíferos e a destruição da camada de ozônio (FOLADORI, 2001).

A apropriação dos recursos naturais por esta forma de produção é o que engendra a roda destrutiva do capital. Logo, não há avanços no tratamento da questão ambiental sem o debate social, sendo este indispensável ao ambiental. O ambiental compõe o social:

A questão ambiental é uma problemática de caráter eminentemente social e não estritamente ecológica: esta crise foi gerada pela racionalidade teórica, formal e instrumental da ordem econômica e jurídica em que se fundou a modernidade que rege os processos atuais de globalização. A destruição ecológica e a degradação socioambiental - o aquecimento global do planeta, o desmatamento e a perda da fertilidade dos solos; a poluição do ar, das águas e dos ecossistemas terrestres; a marginalização social, a desnutrição e a pobreza – foram resultado das práticas inadequadas de uso do solo e dos recursos naturais, que dependem de paradigmas teóricos, de padrões tecnológicos e de um modelo depredador de crescimento, que maximizam os lucros econômicos no curto prazo, revertendo seus custos ecológicos sobre para o sistemas naturais e sociais. (LEFF, 2010, p. 167).

No constante movimento contraditório da reprodução do sistema capitalista sua lógica de degradação ambiental segue em escala mundial. As inúmeras formas se dão em cenários da vida, urbana ou rural, as quais desconfiguram ambientes naturais. Para Silva (2016b, p. 27), a degradação ambiental está nas “[...] mais variadas formas de manejo inadequado dos recursos naturais; da produção em escala larga de mercadorias descartáveis; da urbanização descontrolada; das ações humanas de uma sociedade [...] advinda dos diversos fatores econômicos, políticos, tecnológicos, sociais e culturais.”.

Independentes do nível nacional ou internacional, grandes corporações apropriam-se de terras ricas em recursos naturais para explorar o solo. Exemplo disso são as mineradoras. Orientadas pelo grande capital, essas empresas naturalizam-se com o extrativismo dos recursos e com os crimes ambientais e sanitários, que decorrem de suas ações. O rompimento de barragem é um dos exemplos operados por estas empresas³⁵.

A degradação ambiental desencadeada pelo modo de produção capitalista atinge populações inteiras, pois a desigualdade social permanece como reflexão

³⁵ Nesta tese, a mineração não é aprofundada. Para tal, ver: Lacaz e Porto (2019).

desta forma de produção. Outro exemplo de problema ambiental é citado por Porto e Schütz (2012), em que a utilização de tecnologias limpas renováveis, como a implantação dos parques eólicos, pode causar impactos negativos à população no nordeste brasileiro, região destacada pelos autores. Às instalações dessas tecnologias, impactam pescadores e agricultores familiares através da mudança no ecossistema local, como, por exemplo, terras que deixam de ser férteis e a alteração nos cursos dos rios.

As atividades de exploração do petróleo também se enquadram no cenário da degradação ambiental. É possível citar uma pequena ilha no Caribe, situada a 90 km da costa da Venezuela. Curaçao herdou os resíduos tóxicos ocasionados pela refinaria Shell, criada em 1918. Em 1985, a refinaria foi abandonada, mas para que a empresa saísse ileso de suas consequências, ela obteve do governo uma declaração de imunidade, que isentava suas responsabilidades pelos danos ambientais causados no período de suas operações, as quais causaram inúmeros e graves problemas sanitários e ambientais. Exemplos são as mortes prematuras, cânceres, distúrbios respiratórios, doenças de pele e mortalidade infantil. Na década de 1980, as comunidades passaram a se organizar, buscando a regularização de uma lei ambiental para Curaçao, obrigando a refinaria pela primeira vez a obter uma licença ambiental. Outro exemplo de exploração de petróleo se deu no Equador, em 2004, quando a Petrobras se aproveitou para extrair petróleo do Parque Nacional de Yasuni, afetando o ecossistema local e a autonomia dos povos indígenas. Isto se deu porque, no Brasil, não é permitida a exploração petrolífera em parques nacionais e territórios indígenas, enquanto que no país vizinho isso é possível (RAMMÊ, 2012).

No que se refere à Amazônia brasileira, Nascimento (2012) aponta que sua riqueza em grande escala de recursos minerais, hídricos e energéticos estão por toda extensão de terra amazônica e isso intensifica os conflitos relacionados com a posse de terra:

O seu aproveitamento pela via dos grandes projetos minero-metalúrgicos, demarcou um novo momento na história da região, quando empresas transnacionais aqui instaladas, beneficiadas pelos incentivos fiscais e outros benefícios do período de desregulamentação, privatização e flexibilização, passaram a organizar a produção de matéria-prima a baixo custo (mão-de-obra barata, energia subsidiada, infraestrutura oferecida pelo Estado,

fiscalização ambiental incipiente, etc.). Estas matérias-primas são remetidas aos países hegemônicos, nos quais é processada e tornada mercadoria, alimentando, assim, o ciclo de produção e acumulação de capital. Um mercado cartelizado controla todo esse ciclo produtivo, de acordo com seus interesses, o que implica o controle dos preços das matérias-primas. (NASCIMENTO, 2012, p. 185).

A paisagem degradante que se apresenta no bosque resulta de absoluta contradição pois, mesmo passados anos após esses acordos de prevenção e proteção ao meio ambiente, a produção capitalista continua com sua lógica de exploração das riquezas encontradas na biodiversidade.

Conforme Sant'Ana (2012, p. 51), a exploração dos recursos naturais também se encontra no incremento da produção do açúcar e do álcool no Brasil. Esta prática:

[...] está ocorrendo em diversos estados e tem devastado meio ambiente com os destruindo a flora, a fauna e as nascentes onde se instala. Com isto está atingindo o pouco que ainda resta das matas ciliares do Centro-Sul, poluindo os rios e destruindo a fauna da região; está atingindo também o cerrado brasileiro, o pantanal e a floresta amazônica não só porque a pecuária de corte aumentou suas atividades que diminuíram a região Sul e deslocaram-se para lá, mas também pela expansão da fronteira agrícola nestas regiões.

Como se pode perceber, a dominação da natureza pelo sistema capitalista provoca sequelas variadas, as quais manifestam-se aos profissionais de Serviço Social através das expressões da questão socioambiental³⁶. Portanto, a compreensão sobre a **questão ambiental** é entendida nesta tese como *consequência da espoliação ambiental, manifestada de formas distintas (exemplos: desmatamento de florestas, poluição atmosférica e hídrica, caça da flora e fauna). Essas consequências são ocasionadas pelo sistema de produção capitalista mediado pela exploração do trabalho sobre o meio ambiente*. Considerando que tais consequências, além de repercutirem no meio ambiente, também afetam a vida humana, e a partir daí passa-se a debater sobre o socioambiental.

Para Silva (2012, p. 24), o debate em torno do meio ambiente:

[...] começou a alcançar maior visibilidade, quando passa a se difundir a ideia de que existe uma “questão socioambiental”, promovendo a entrada do tema na agenda dos diversos segmentos mundiais. O agravamento da “questão socioambiental” e sua

³⁶ Apresentadas empiricamente no subitem 3.2.2.

sobreposição com as refrações da “questão social” impõe-se como desafio que deve ser enfrentado por todos que se preocupam com a deterioração da humanidade no planeta.

O entendimento de Ribeiro e Sauer (2012, p. 391) sobre questão ambiental é que esta se dá pelo modo no “[...] qual a sociedade se relaciona com o meio em que vive em todas suas facetas. Sob essa perspectiva, relacionando-a com os processos sociais e políticos, faz-se uso do termo ‘questão socioambiental’, para não limitá-la tão somente à relação entre flora e fauna”. Silva (2016, p. 26) segue o raciocínio de Ribeiro e Sauer (2012) e declara que a expressão socioambiental:

[...] refere-se aos processos sociais resultantes da relação da sociedade com o meio ambiente. Sobretudo, a atual conjuntura mundial revela que a crise ecológica contemporânea está vinculada ao modo de (re)produção capitalista, onde tal crise, por estar atrelada às atividades/ações antrópicas, oprime e devasta vorazmente os recursos naturais pela exploração inesgotável dos seus ecossistemas e, com isso, colocando em risco a vida do ambiente planetário.

Evidenciam-se as atrocidades socioambientais feitas pela ordem política e econômica vigente do capital financeiro. Uma visão crítica entende que apesar dos problemas ambientais repercutirem pelas nações afora, o cerne dos problemas ambientais está no modo de produção do sistema. O modo particular de produção deste sistema intensifica a exploração de recursos naturais colocando em risco ciclos de vida ambiental, como até mesmo a extinção de espécies da flora e fauna, e o impacto nas mudanças climáticas. Tal modo de produção também atinge o trabalho humano, ocasionando contradições e modificando as relações socioambientais³⁷. Com o objetivo de crescimento econômico, o desenvolvimento global satisfaz as suas necessidades através da produção, o que não alcança equilíbrio algum entre uma forma de seu progresso econômico em consonância com a manutenção da vida humana e ambiental.

É neste cenário que a degradação do bosque se amplia. Com a presença de tratores com enormes correntes, esse dano se torna cada vez mais comum. Estas máquinas levam as grandes copas de árvores centenárias ao chão, destroem o *habitat* natural de inúmeras espécies da fauna e flora brasileira. A presença da expansão capitalista também se materializa pela modificação e contaminação dos

³⁷ Categoria de análise a ser trabalhada no subitem 3.2.2.

cursos dos rios e vertentes de água cristalina, tudo isso em vista do desenvolvimento e da ampliação do progresso capitalista.

Como observado, a questão ambiental passou a emergir nas pautas mundiais na mesma década que o capital entrou em uma de suas crises³⁸, o que atenta para sustentabilidade econômica global, sendo os recursos naturais fundamentais para o processo produtivo e lucrativo do capital. A partir da década de 1970, conforme apontado no subitem 3.1, entrou na agenda mundial de inúmeros países a discussão sobre a limitação dos recursos naturais, que passaram a ser vistos como finitos. Os eventos não discutiram propriamente o modo de produção do sistema vigente, sendo esta a principal mudança a ser feita. O discurso de alterar as formas de consumo³⁹ e o equilíbrio do crescimento populacional, por exemplo, não é o principal causador da degradação ambiental.

A partir do entendimento sobre a questão ambiental, o presente estudo compreende que a **questão socioambiental** é a *amplitude dos problemas ambientais e sociais que forma um conjunto de manifestações degradantes ao meio ambiente e a vida humana em sociedade. Tal questão compõe o rol de expressões da **questão social**, objeto de trabalho profissional de assistentes sociais.* O próximo subitem apresenta teórica e analiticamente a **categoria intermediária socioambiental** juntamente com a **categoria inicial área socioambiental**.

3.2.1 O socioambiental para assistentes sociais no bosque

Da mesma forma que o lenhador ou a lenhadora, assistentes sociais também exerce suas atividades em um bosque repleto de árvores e toras de lenhas e é nesse contexto que o profissional de Serviço Social se depara com a possibilidade

³⁸ A presente tese não especifica as crises do capitalismo. Para tal, ver: Foladori, Melazzi e Kilpp (2016, p. 203). Estes autores dizem que “A evolução histórica do capitalismo e sua realidade contradizem a alegada ‘harmonia’ do sistema que figura nos livros de economia neoclássica. Se tomarmos o caso dos Estados Unidos, de 1810 a 1920, encontraremos, ao menos, 15 crises; o professor de economia do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, Paul Samuelson, indica sete recessões de 1945 a 1975 (Samuelson, 1983). Entre elas, figura grande crise de 1929, que durou praticamente 10 anos e foi superada somente com a Segunda Guerra Mundial. Políticos e economistas, inclusive, neoliberais (a corrente atualizada dos neoclássicos) aceitam que a crise em curso, que se aprofundou drasticamente em 2008, está se demonstrando tão grave ou ainda pior que a dos anos de 1930” (FOLADORI; MELAZZI; KILPP, 2016, p. 203).

³⁹ Mesmo não aprofundando o debate sobre o conceito consumo, vale referenciar Marx (2017a, p. 289) novamente, em seu trecho já reproduzido nota de rodapé número 16 da presente tese. David Ricardo ainda sugere, em *Renda da terra*, que as nações são iguais a espaços de produção, em que as pessoas são consideradas uma máquina de consumo e de produção e que as leis econômicas é que direcionam o mundo.

de uma área de atuação, a área socioambiental. Para debater sobre o termo socioambiental, apresentam-se a seguir alguns apontamentos teóricos, bem como sua análise empírica.

Para Lima e Roncaglio (2001), o termo socioambiental é a relação entre a ação humana e o ambiente natural, ou seja, a natureza não pode ser concebida de maneira separada dos seres humanos.

A utilização da expressão “socioambiental” se justifica como opção política para reforçar uma demarcação discursiva do componente crítico do ambientalismo. Esclarece-se, por ora, que se considera que a questão socioambiental se expressa na denominada crise ambiental, terminologia esta utilizada para referir-se às poluições das águas, às questões referentes ao lixo, ao aquecimento global, a camada de ozônio, etc. (NUNES, 2013, p. 212).

Silva (2012) e Nunes (2013) compartilham da mesma linha de raciocínio ao tratar do socioambiental. “Faz-se importante mencionar que o termo ‘sócio’ no ambiental é justificado no sentido de evidenciar uma opção política para reforçar a compreensão de que não se pode separar dessa discussão o componente social do ambiental” (SILVA, 2012, p. 17). Nunes (2013) aponta que, para compreender a questão socioambiental, é preciso vinculá-la ao sistema de produção capitalista, pois este intensifica a destrutividade ambiental e social.

Conforme Pereira (2010, p. 38):

Sejam quais forem as denominações e significados dados à temática socioambiental parece-nos que com exceção do *ecomarxismo* e do *eco-socialismo*, todas as correntes levam em consideração a viabilidade de uma resolução de conflitos ambientais e sociais dentro de uma lógica capitalista de exploração humana e ambiental.⁴⁰

Pereira (2010), ao tratar do termo socioambiental, reflete sobre questões sociais aliadas a problemas ambientais, que se intensificaram desde a Revolução Industrial e que, atualmente, se apresentam como alvos da responsabilidade da sociedade, do governo e do mercado. Ressalta-se que questões relacionadas ao aquecimento global, assim como catástrofes naturais, não podem ser tratadas isoladamente, sem estar relacionado ao debate sobre pobreza, fome e outras expressões da questão social. Logo:

⁴⁰ Nesta tese, os conceitos de ecossocialismo, ecomarxismo, ambientalismo e socioambientalismo não são aprofundados. Para ecossocialismo, ver: Löwi (2006).

[...] justificamos o uso do termo *questão socioambiental* como um conceito que incorpora a problemática ambiental como *mais uma* das expressões da questão social e não como algo paralelo e extrínseco à ela. O tratamento dado à *questão socioambiental* segue o viés de crítica à agenda capitalista e busca práticas contrárias à ordem estabelecida. (PEREIRA, 2010, p. 42).

A expressão socioambiental é apresentada pelos autores e autoras como uma locução crítica para acentuar o debate da crise ambiental provocada pela lógica neoliberal do capital. Empiricamente, o socioambiental é compreendido como uma “[...] **área que relaciona a sociedade com a questão ambiental**, isso e todas as demandas e as interações que surgem da sociedade, das **pessoas que compõem a sociedade com a questão do meio ambiente** [...]” (PASN, 2020, p. 3), uma área que está em constante movimento “[...] o **socioambiental** é um campo de trabalho que está muito **articulado** com **outras áreas** [...]” (PSVSM, 2020, p. 1). Utilizar destas lentes sobre o termo socioambiental amplia a atuação profissional, apresentada como:

[...] uma área altamente **transversal**, uma área que está em diálogo, comunicação, efetivação, ampliação junto com outras, o próprio nome já traz essa ponte, essa **articulação sócio, o social e o ambiental**, o político e o econômico, como se pudesse dizer que a nossa área é social, ambiental, política, econômica, cultural e religiosa, como **uma constelação de políticas e de saberes que são críticos**. [...] é numa perspectiva crítica e é nesta dimensão que identifico a nossa **área socioambiental, ela está na saúde, ela está na assistência, ela está na habitação, ela está no conjunto** [...] (PSVSM, 2020, p. 4).

Partindo destes pressupostos, vê-se que o socioambiental compreende a relação entre aspectos sociais e ambientais, perpassando por diversas áreas, sendo aqui considerada neste estudo de cunho transversal. Assim, a área socioambiental é transversal a outras áreas de atuação profissional.

Silva (2010, p. 146) aponta que, na primeira década do presente século, pesquisas científicas apresentadas em anais da profissão já indicavam que “[...] os debates sobre o meio ambiente emergem para o Serviço Social como uma *temática transversal* [...]”. Conforme Nunes (2018), assistentes sociais que atuam na área socioambiental podem estar em espaços sócio-ocupacionais. Eles se vinculam:

[...] à gestão socioambiental pública ou privada; às instituições causadoras de impacto socioambiental; atuando nas situações de desastre; nos processos de remoção; em projetos de Educação Ambiental; na mobilização comunitária e assessorias aos catadores de materiais recicláveis, marisqueiras, pescadores e demais comunidades tradicionais; na elaboração de diagnóstico socioeconômico e ambiental; nos espaços em que tradicionalmente se insere da Política de Assistência Social e de Saúde e/ou em outras esferas [...] (NUNES, 2018, p. 221).

Santos (2007), ao analisar artigos relacionados especificamente a experiências profissionais, resultados de pesquisas e reflexões, identificou que estes apresentavam a atuação de assistentes sociais em empresas privadas, no segmento da mineração e saneamento básico, com ações voltadas à preservação ambiental. Também identificou a intervenção profissional junto a territórios em situação de vulnerabilidade social, realizando atividades voltadas à educação ambiental e sanitária, e de preservação de áreas de conservação. Afinal, o “[...] **socioambiental, é trabalhar os direitos sociais em consonância com o meio ambiente [...]**” (SASBA, 2020, p. 11).

O estudo de Silva (2016b) também apresenta uma diversidade de ação profissional de assistentes sociais em projetos e programas na área socioambiental, tais como: coordenar o programa, chamado Agenda 21, voltado à sensibilização e mobilização da comunidade; participar de comissão de avaliação e seleção de projetos destinados a atender editais voltados para a educação ambiental, agricultura orgânica e agroecologia, os quais devem apresentar como metodologia processos participativos e construtivos com a comunidade; participar de cursos e pesquisas sobre valorização de parques (os quais não estavam sendo utilizados pela população do em torno, mas sim espaço para furtos e uso de droga);⁴¹ compor equipe técnica interdisciplinar composta por sociólogos e engenheiros agrônomos do Departamento de Educação Ambiental para o desenvolvimento e aplicação de cursos de educação ambiental direcionados a professores da rede pública e comunidade; coordenar projetos voltados à inserção de pessoas em situação de vulnerabilidade social, ao mercado de trabalho na área ambiental, como, por

⁴¹ A intervenção profissional de assistentes sociais foi levar as unidades de saúde e escolas, propostas de atividades de cunho ambiental a serem desenvolvidos nos parques (dois anos após a intervenção profissional o parque foi ressignificado).

exemplo, curso de jardinagem; intervir e acompanhar o assentamento de famílias;⁴² intervir em projeto educativo sobre educação ambiental através de diagnóstico participativo com os moradores locais a fim de instigar a emancipação social da população; e participar de oficinas junto à população, voltadas a temáticas ambientais como água e ecologia⁴³.

É fundamental contextualizar os possíveis espaços sócio-ocupacionais nos quais assistentes sociais podem atuar, em diferentes projetos, estando estes no rol da área socioambiental. Pensa-se que é imprescindível para atuação profissional nesta área a leitura de realidade social, aqui entendida como competência profissional⁴⁴. Esta leitura permite que assistentes sociais identifiquem as **expressões da questão socioambiental**, as quais estão presentes no **trabalho profissional na área socioambiental**.

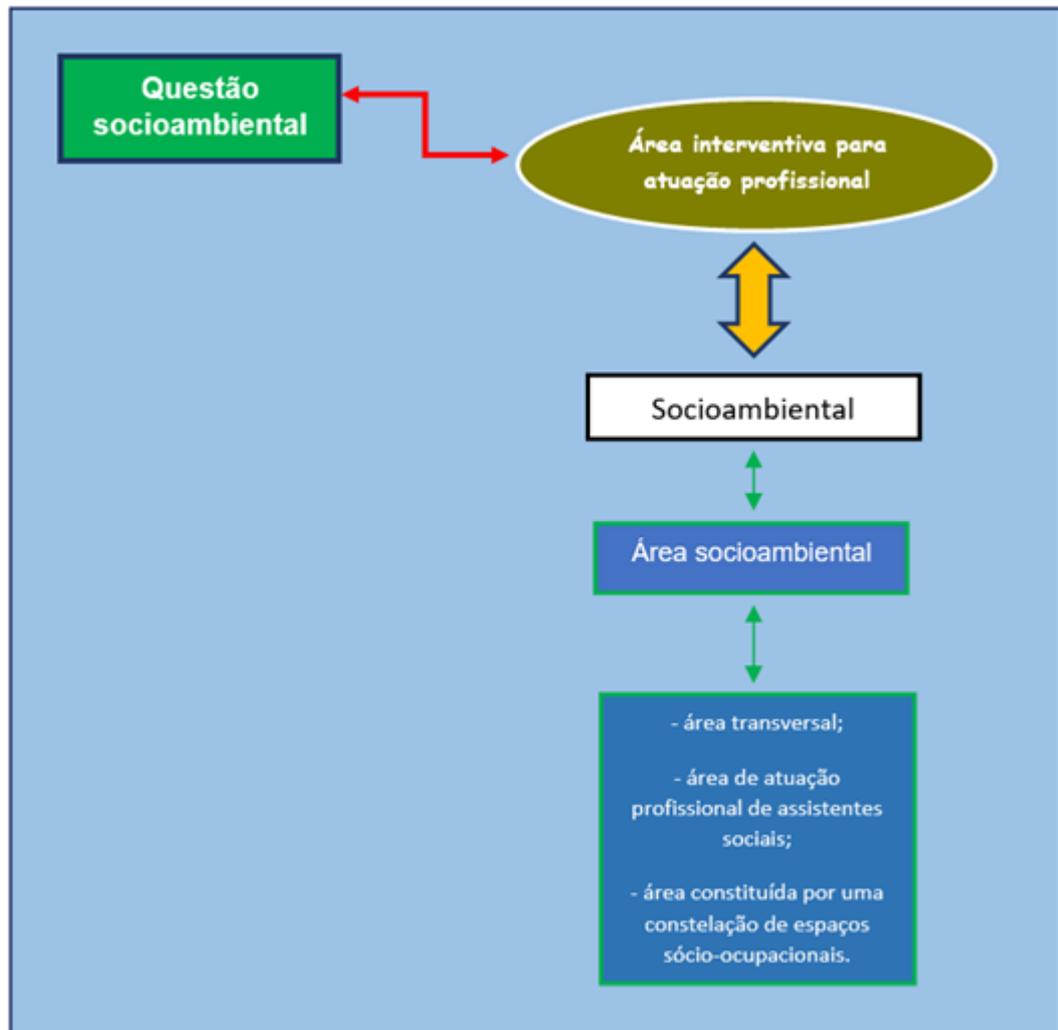
Diante das considerações a respeito do “socioambiental”, observou-se que esta terminologia também entrou no debate da agenda ambiental e que a adição do prefixo *sócio* à palavra ambiental ampliou o alcance de visão e leitura sobre a questão ambiental, o que, conseqüentemente, ampliou o olhar sobre a questão social com foco nas causas da espoliação ambiental. Logo, enquanto categoria intermediária entende-se que o **socioambiental** é uma *área interventiva para atuação profissional, de caráter político-crítico face ao sistema de produção capitalista* e que a categoria inicial **área socioambiental** é uma *área transversal de atuação profissional, composta por uma constelação de espaços sócio-ocupacionais*. Abaixo é apresentada a Figura 3, representando a categoria intermediária socioambiental.

⁴² O trabalho envolveu apropriação da legislação básica habitacional, estatuto da cidade, plano diretor, bem como a construção de critérios para o assentamento das famílias, o qual se deu com a participação dos moradores e as pessoas. Também foram implantadas atividades de educação ambiental com as crianças e os adultos.

⁴³ Todas as intervenções apresentadas constam no Quadro 7 – Participação das assistentes sociais em trabalhos desenvolvidos na Secretaria do Verde e Meio Ambiente da cidade de São Paulo. (SILVA, 2016b).

⁴⁴ Competência profissional é debatida no capítulo 4.

Figura 4 – Socioambiental



Fonte: a autora (2021).

A seguir será debatida a próxima categoria intermediária, expressões da questão socioambiental.

3.2.2 Expressões da questão socioambiental: toras das árvores para assistentes sociais

Assistentes sociais que atuam na área socioambiental se deparam diariamente com inúmeras toras de árvores empilhadas e espalhadas pelas trilhas do bosque. Estas, que sofreram a ação humana, tiveram o ciclo de vida rompido apresentando fragmentos da questão socioambiental aos profissionais de Serviço Social.

Considerando que a questão social é o objeto de trabalho de assistentes sociais e que a atuação profissional se dá nas manifestações desta questão, entendem-se as **expressões da questão socioambiental** como *conjunto de manifestações socioambientais que refletem a uma fração da questão social*. Ou seja, as **expressões da questão socioambiental** e a questão social “[...] elas estão juntas, a expressão seria um recorte mais específico a partir da política que o profissional está inserido para poder ser o ‘abre-alas’ de algo que depois é comum [...]” (PSVSM, 2020, p. 10), “[...] as **expressões da questão social** são resultados de uma **desigualdade**, aí está a nossa especificidade, [...]” (PSVSM, 2020, p. 3). Conforme Santos (2007), as desigualdades encontradas nos impactos do desequilíbrio ambiental constituem uma forma de expressão das desigualdades desta sociedade segmentada.

A categoria intermediária **expressões da questão socioambiental** origina-se das **categorias iniciais relações socioambientais, demandas de usuários e usuárias e políticas sociais**, as quais são apresentadas a seguir. Vale lembrar que a questão socioambiental está presente na questão social e que, conforme Nunes (2018, p. 222):

[...] avalia-se que a questão socioambiental, enquanto uma expressão da questão social, ainda que, por vezes, de forma marginal e precisando de visibilidade e aprofundamento, permeia a formação e a ação profissional, pois ela é parte fundamental para compreender o contexto societário e o processo de trabalho do Assistente Social [...]

De acordo com Guerra (2009), é importante que assistentes sociais compreendam o conceito de questão social, para que estes saibam identificar suas expressões em qualquer espaço de atuação profissional.

Ao assistente social, no âmbito da sua inserção na divisão social e técnica do trabalho, cabe captar como as diversas expressões da questão social se particularizam em cada espaço sócio-ocupacional e chegam como demandas que dependem de sua intervenção profissional. Assim, entendemos que a clareza acerca de como concebemos a “questão social”, ou seja, a partir de que pressupostos teóricos; a percepção que temos de suas expressões, tais como: desemprego, fome, doenças, violência, falta de acesso aos bens e serviços sociais (moradia, creches, escolas, hospitais, etc.), bem como dos valores que orientam tais concepções, são mediações que

incidem sobre os meios e modos de responder às demandas profissionais. (GUERRA, 2009, p. 4).

Tendo em vista a citação de Guerra (2009) sobre a importância do profissional reconhecer as expressões da questão social, aponta-se que através da análise empírica realizada a partir dos dados, a **categoria inicial relações socioambientais** foi pensada considerando alguns elementos que abarcam o entendimento sobre a questão socioambiental, sendo que a “[...] **questão do socioambiental, é questão de uma sociedade** [...]” (PASN, 2020, p. 7). Vale considerar que a natureza compõe o ambiental:

[...] então, quando se faz o debate do **socioambiental**, tem que se levar em conta isso, que é o central: a **relação entre homem e natureza, satisfação de necessidades humanas** e também um modelo societário que a gente vive para realização dessas satisfações, [...] (SAEF, 2020, p. 9).

Mas, para isso, “[...] a gente tem que ter uma **concepção socioambiental**, tem que humanizar o meio ambiente, que o ambiente **satisfaça necessidades humanas**, e isso não significa destruir [...]” (SAEF, 2020, p. 8), afinal, “[...] tudo é natureza, só que ela está transformada [...]” (SAEF, 2020, p. 9).

Tendo como base o olhar marxista, Nunes (2018, p. 211) aponta que “[...] é possível atribuir às relações sociais capitalistas a causa principal da crise socioambiental contemporânea, haja vista o distanciamento do homem e da natureza, a utilização classista de recursos naturais e o uso irracional do mundo natural”. Para ter essa visão crítica, é importante buscar entender “[...] como enxergo os **recursos naturais**, porque acho que estar aqui não é para se beneficiar, a natureza está a nosso favor, a nossa disposição, a gente vai consumir [...]” (ESAF, 2020, p. 10).

Para Silva (2010), o fato do alto índice de consumo da matéria-prima natural e, conseqüentemente, o alto nível de produção e consumo de materiais, faz da questão ambiental um caráter global. A autora reflete que, com o consumo desenfreado de matéria-prima, o capital financeiro dos Estados Unidos tem foco em três países da América Latina, sendo eles: Brasil, Colômbia e Venezuela, os quais são ricos em petróleo. Silva (2010) complementa destacando que o sistema capitalista, além de utilizar a matéria-prima da natureza, produz bens com pouca

vida útil, os quais se tornam descartáveis com muita facilidade, o que também prejudica a natureza com a incontrolável poluição da água, ar e solo, sendo estes provenientes principalmente das indústrias. “A estreita unidade entre degradação ambiental e a alienação do trabalho evidencia-se, posto que ambas deitam raízes no modo de produção burguês e suas leis imanentes.” (SILVA, 2010, p. 58).

No vigente sistema de produção, a satisfação das necessidades humanas se dá pela apropriação da riqueza, matéria-prima, para produção de valor, seja ela para produção de alimentos com vistas a sanar a fome, consumo de água para suprir a sede, e mesmo por meio da apropriação de recursos naturais para produção de novas tecnologias. Mas o que se deve questionar é como que os recursos naturais são “[...] **retirados da natureza**, esse é o grande debate.” (ESAS, 2020, p. 2). E, justamente, esta extração dos recursos naturais, coordenados pelo sistema de produção capitalista e mediados pela relação ser humano e natureza, é que se identifica a **categoria inicial relações socioambientais** como uma das **expressões da questão socioambiental**.

Carvalho (2003, p. 165), ao tratar dos recursos naturais, escreve:

[...] vivemos em uma sociedade em que eles, assim como outros bens econômicos e sociais, são objeto de uma distribuição desigual. Os grupos com maior força econômica e política terminam sobrepondo seus interesses corporativos aos interesses coletivos na distribuição dos bens ambientais. Apesar de nossa sociedade ser fundada na idéia de igualdade jurídica dos cidadãos e na universalização dos direitos, na prática das relações sociais, a dinâmica da acumulação privada gera a distribuição desigual de oportunidades e de condições de vida entre os grupos sociais e se nutre dessa desigualdade. Com os bens ambientais não é diferente.

As relações socioambientais são analisadas como a relação estabelecida entre humanidade e a natureza, pela articulação entre o social e o ambiental, sobre o comando neoliberal. Estas relações se estabelecem para satisfação das necessidades humanas, como o recurso natural hídrico, água para saciar a sede. Mas, para que haja a satisfação das necessidades, o sistema de produção capitalista se aproveita destas carências para dominar os recursos naturais, extraindo matéria-prima e destruindo o meio ambiente. Nesta linha de raciocínio, há que se pensar junto de autores como Darbot e Laval, (2016), que atentam para o neoliberalismo enquanto regulador das relações sociais conforme a lógica do

mercado. Portanto, o sistema capitalista tem implicações diretas nas relações socioambientais por meio da forma de produção destrutiva⁴⁵.

Para Nunes (2018), o capital se apropria dos recursos naturais, por meio da atividade humana, o trabalho, buscando por sua lucratividade. Exemplo disso é:

[...] a própria questão dos recursos hídricos, **tem-se um desgaste de recursos hídrico para produção de valor** que é incrível. Só para ter uma ideia, a média de consumo humano é de 5.000 litros mensais. Estava vendo no documento da Agência Nacional de Águas, por exemplo, as indústrias no Estado de São Paulo gastam 50 metros cúbicos ou 50 mil litros de água, **para produção de valor**, por segundo. Então, em um segundo eles gastam o que um cidadão gasta em quase um ano. **Problema é o gasto de recursos para a produção de valor, apropriação da riqueza, por que se fosse socializado, não teria problema, a água é recurso e tem que ser gasto mesmo, mas para a satisfação da necessidade, não para a produção de valor**, produção de valor é mais valor [...] (SAEF, 2020, p. 9).

Conforme Leff (2010, p. 109), “A água é a origem da vida [...] é fundamental para a manutenção da vida”. Por muito tempo a água circulou de forma livre e abundante até o momento em que “[...] a supereconomização do mundo transformou a abundância em escassez.” (LEFF, 2010, p. 109). Para ele, foi o mercado que produziu essa escassez para então inseri-la na lógica da economia. A água que antes era gratuita passou a ser um recurso usado sem controle pelo grande capital.

No caso de Gravataí tá posto: eu não posso tirar **água** do rio Gravataí a qualquer hora, de qualquer jeito. Ah, mas precisa de água para produzir carro. Então diminui a produção de carro. Ano passado se teve uma produção de arroz orgânico em Gravataí de 1600 hectares lá do MST. Eles produziam arroz orgânico e faziam pré-germinado, na produção deles o processo estava tendo pleno manuseio da água que estava vindo com lodo, a companhia de água não estava conseguindo pegar a água em condições para distribuir para todos. Bom, o que o pessoal teve que fazer: diminuir em 500 hectares para fazer uma zona de decantação da água, para permitir que o resto dos 1100 fosse viável. Então, **diminuíram o lucro da produção**, tiveram que remanejar toda estrutura financeira, porque o uso da água estava prejudicando uma população [...] (ESAS, 2020, p. 8).

⁴⁵ Com vistas a aprofundar a discussão, ver: Mészáros (2011). Este autor problematiza a produção destrutiva e aponta que “Historicamente passamos da prática de ‘destruição produtiva’ da reprodução do capital para uma fase em que o aspecto predominante é o da produção destrutiva cada vez maior e mais irremediável” (MÉSZÁROS, 2011, p. 267).

Nesta análise, o destaque é a respeito da apropriação da riqueza, materializada pela água, em que grandes corporações geridas pelo capital tomam os recursos naturais para si, comercializando-os, obtendo lucros, degradando os ambientes naturais e causando mais desigualdades sociais. Salvi e Yamawaki (2013, p. 346) afirmam que, atualmente, as reservas mundiais de água correspondem a “[...] 7,3 mil m³ *per capita* [...]” o que em “[...] 1950 correspondiam a 16,8 mil m³ por pessoa [...]” (SALVI; YAMAWAKI, 2013, p. 346). Segundo as autoras, “[...] a distribuição das formas de consumo de água se dá de modo desigual. Apenas 10% desta se destina ao uso doméstico, enquanto a indústria e a agricultura consomem 21% e 69% respectivamente.” (SALVI; YAMAWAKI, 2013, p. 346). O objetivo deste sistema é gerar lucro para o capitalista, ignorando absurdamente o desgaste natural dos recursos e mesmo a possibilidade de extinção.

Após tratamento analítico, compreende-se a **categoria inicial relações socioambientais** como *relações estabelecidas entre seres humanos e o meio ambiente, que se dão no seio de uma sociedade marcadamente lucrativa pela via extrativista dos recursos naturais, por meio do operante sistema de produção capitalista.*

As relações socioambientais manifestadas pela relação entre sociedade e meio ambiente não são as únicas formas de expressões da questão socioambiental. As **demandas de usuários e usuárias** também se encontram como expressões da questão socioambiental para assistentes sociais, sendo esta a próxima **categoria inicial** analisada.

A “[...] demanda por **terra**, a demanda por **água**, a demanda por **luz** elas são no primeiro momento pontuais, mas elas versam sobre a mesma questão, elas dizem respeito a **expressão da questão social** [...]” (PSVSM, 2020, p. 2), “[...] a demanda vem por que o **arroio** está sujo, [...] porque a **água** não chegou, [...] o **resíduo** dentro da unidade de triagem está muito sujo, [...] ou porque há um determinado **poluente** do ponto de vista **respiratório** [...]” (PSVSM, 2020, p. 2), “[...] a gente identifica em um primeiro momento aquela **demanda do concreto**, a **concretude dessa reprodução social da vida**, [...]” (PSVSM, 2020, p. 5).

Como forma de materializar essas demandas, é possível referenciar Godefroid (2016). Ao abordar a poluição da água doce, ele destaca que estas encontram-se sujeitas a impactos resultantes da atividade humana, tais como o

lançamento de águas quentes proveniente de indústrias e usinas, causando o aumento na temperatura da água; o lançamento de poluentes orgânicos nos rios; e o despejo de componentes orgânicos utilizados nas atividades agrícolas. Todas estas formas de poluição podem prejudicar e até mesmo eliminar os organismos que ali vivem, bem como causar o desaparecimento de espécies de fauna aquática.

Além dos impactos ambientais na água, o que resulta em **demandas de usuários e usuárias** ao profissional de Serviço Social, vale salientar a falta de pavimentação nas ruas, como uma demanda que repercute em problemas respiratórios e, conseqüentemente, a busca por parte destas pessoas às unidades de saúde, acarretando outra demanda às políticas sociais e às equipes de saúde. As demandas de usuários e usuárias que chegam para assistentes sociais são expressas pela poluição do arroio que abastecem as moradias de determinado território, por problemas respiratórios devido à não pavimentação de ruas, pela necessidade de água e luz nas residências e bairros e pelo trabalho insalubre por meio da coleta de materiais recicláveis.

As **demandas** trazidas de usuários e usuárias dos serviços para assistentes sociais estão relacionadas com as formas de vida em que buscam sobrevivência, e apresentam-se como **expressões da questão socioambiental**.

[...] relacionado a **questão socioambiental**, tem a questão do trabalho com **reciclagem**, onde muitos deles trabalham a **coleta de materiais reciclados**, mas não vinculados a cooperativas, eles trabalham como intermediários, onde fazem a coleta e encaminham para venda nos espaços que compram materiais. (PASN, 2020, p. 1).

Ao analisar os elementos empíricos estes remetem à atividade de coleta de materiais recicláveis, também chamados de resíduos sólidos⁴⁶, sendo esta uma

⁴⁶ No senso comum da sociedade, o lixo é tudo aquilo que não é mais útil a alguém, sendo este termo utilizado na linguagem coloquial. Resíduos sólidos é um termo utilizado na área técnica e acadêmica. O Manual de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (MONTEIRO *et al.*, 2001) define como materiais sólidos ou semissólidos não mais necessários, sendo estes inúteis, e com a necessária destinação para outro local. Lemos (2012, p. 191), ao tratar de resíduos sólidos, afirma que são “[...] todos os restos de produtos utilizados que, sem valor para seu detentor, são abandonados, ainda que haja utilidade para outra pessoa ou possibilidade de aproveitamento posterior. A relevância jurídica dos resíduos passa a existir a partir do momento em que se percebe seu potencial lesivo ao meio ambiente e à qualidade de vida, potencial agravado pelo volume de resíduos produzido, diretamente proporcional à ampliação do consumo de massa”. Enquanto legislação federal, existe a Política Nacional de Resíduos Sólidos, regida pela Lei nº 12.305/2010, que “Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências”. (BRASIL, 2012, p. 9). A referida legislação direciona

forma autônoma, e por vezes insalubre de trabalho realizada por catadores⁴⁷. A partir desta condição, observa-se que esta demanda se apresenta ao profissional de Serviço Social a partir do “[...] material que eles juntam e que vendem para o intermediário, o que garante o dia a dia, a **subsistência** deles [...]” (PASN, 2020, p. 3). Referindo-se ao contexto do trabalho exercido pelos catadores, Costa (2017, p. 12) destaca que:

No cenário dessas transformações advindas da expansão das necessidades básicas para o ser humano é possível perceber também as diversas modificações no que se refere a questão socioambiental, as modificações no mundo do trabalho e a conquista de direitos através da criação de políticas sociais. Inseridos nessa discussão encontram-se os catadores de materiais recicláveis que recebem visibilização a partir do agravamento da questão socioambiental dada a relevância social, econômica e ambiental desses trabalhadores, contudo ficam a margem do mercado formal e os direitos proporcionados por esse e logo desprovidos de proteção social. É necessário, pois, que se reconheça esta categoria e se efetive seus direitos enquanto cidadãos.

Este conhecimento dos direitos não é efetivado e há uma nítida contradição, pois, ao mesmo tempo que este trabalhador é chamado de agente ambiental, ele é privado de riqueza social (SILVA, 2010). Para Caetano (2015), os catadores e catadoras de materiais recicláveis vivenciam situações de vulnerabilidades sociais e econômicas e buscam manter-se em uma sociedade mercantil, lutando por espaços de cidadania, autonomia e emancipação social, econômica e política.

Vale salientar a demanda relacionada com situações de vulnerabilidade social, sendo esta apresentada e analisada a partir dos elementos empíricos, como uma manifestação real e subjetiva da falta de atuação do Estado, que garanta os mínimos sociais para as necessidades humanas.

O reconhecimento das expressões da questão social como objeto de intervenção do assistente social, exige uma perspectiva totalizante, baseada na identificação de determinantes socioeconômicos e

o seu cumprimento, tanto para pessoas físicas quanto para jurídicas e está voltada à gestão e ao gerenciamento dos resíduos sólidos (BRASIL, 2012).

⁴⁷ Segundo dados da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), a descrição que se dá para os trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável é a seguinte: “Os trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável são responsáveis por coletar material reciclável e reaproveitável, vender material coletado, selecionar material coletado, preparar o material para expedição, realizar manutenção do ambiente e equipamentos de trabalho, divulgar o trabalho de reciclagem, administrar o trabalho e trabalhar com segurança” (BRASIL, s.d., s.p.)

sociais das desigualdades concretizadas nas singularidades, além das respostas socioinstitucionais existentes e necessárias para a ampliação dos direitos no enfrentamento das desigualdades. (SILVEIRA, 2009, p. 356).

Assim, a **categoria inicial demandas de usuários e usuárias** é analisada como *expressões concretas do sistema de produção capitalista, manifestadas na reprodução da vida social de usuários e usuárias dos serviços sociais*. Da mesma forma que as demandas representam as expressões da questão socioambiental, a falta de **políticas sociais** e seu acesso também são manifestadas, sendo esta próxima **categoria inicial** a ser analisada.

Para Yamamoto (2007), a questão social, especificamente no Brasil, está sendo naturalizada, tratada como objeto das políticas sociais. A Constituição Federal, de 1988, em particular no Capítulo II, Dos Direitos Sociais, artigo 6º, afirma que políticas sociais “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, e a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1990, p. 12). Destaca-se a definição de políticas sociais, de acordo a qual:

[...] a política social se afigura como *política pública*, isto é, um tipo, dentre outros, de *política pública*. Ambas as designações (política social e política pública) são *polícies* (políticas de ação), integrantes do ramo de conhecimento denominado *policy science*, só que a política social é uma *espécie* do *gênero* política pública (*public policy*). (PEREIRA, 2011, p. 173).

Para Pereira (2011, p. 173), o termo público vinculado a política não é uma referência apenas para o Estado. Ele ressalta que antes de tudo a palavra *pública* refere-se a “[...] coisa de *todos*, para *todos*, que compromete *todos* [...]” compreendendo um sentido de universalidade e totalidade. Considerando a política social como espécie de gênero da política pública, esta tem que ser vista:

[...] como uma política que, antes de interrogar sobre os recursos a serem distribuídos, leva em conta as posições desiguais dos cidadãos na estrutura de classes da sociedade. Em consequência, a concepção de política social deve também contemplar o conhecimento de como se criam as necessidades e de como estas se distribuem, com o objetivo de modificá-las. (PEREIRA, 2011, p. 172).

Segundo Behring e Boschetti (2011, p. 43), “[...] é preciso relacionar o surgimento da política social às expressões da questão social que possuem papel determinante em sua origem (e que, dialeticamente, também sofrem efeitos da política social).”.

Com a crise do capital, a lógica neoliberal busca pela privatização das políticas sociais, tornando-as cada vez mais direcionadas a um determinado público, deixando de ter um caráter universal, havendo uma absoluta contradição, típica do sistema capitalista. É nesse contexto em que assistentes sociais se deparam no trabalho profissional, com a falta de acesso e garantia de políticas sociais.

A “[...] questão social é isso, esse **não acesso**, a população em situação de rua acaba sendo excluída de toda a questão socioeconômica, [...]” (PASN, 2020, p. 3), “[...] a **não garantia** de um **acesso** ao público, são **múltiplas expressões, não garantia de alimentação, habitação, saúde [...]**” (PASN, 2020, p. 3). “A problemática habitacional encontra-se então, intimamente relacionada com a *questão socioambiental*, que guarda em seu cerne o exercício da cidadania [...]” (PEREIRA, 2010, p. 51).

Ao analisar os elementos que emergiram da **categoria políticas sociais**, observa-se grande destaque para falta da política de saneamento básico⁴⁸ e habitação⁴⁹, que se categorizaram muito próximas uma da outra. Nesse contexto, lembra-se que

[...] a **lei de saneamento** não foi criada pelos governos, **foi criada pelo movimento nacional pela habitação, ela veio de cunho popular**, porque quem mais sofre com a falta de saneamento não é quem mora nos empreendimentos com boa infraestrutura, é quem mora nas favelas, é quem mora nas partes inundadas. Então a **lei de**

⁴⁸ A Política Nacional de Saneamento Básico é regida pela Lei nº 14.026/2020, a qual “Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar o nome e as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição Federal, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar dos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões, e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados.” (BRASIL, 2020, s.p).

⁴⁹ A Política Nacional de Habitação é regida pela Lei nº 11.124/2005, que “Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS” (BRASIL, 2005, s.p.).

saneamento do país, **é uma lei do pessoal pela luta pela habitação**, e ela conseguiu chegar num estafe de virar uma lei nacional. (ESAS, 2020, p. 6).

Conforme a Política Nacional de Saneamento Básico, regida pela Lei n.º 14.026/2020 (BRASIL, 2020), o artigo 4º, inciso 12º a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) “contribuirá para a articulação entre o Plano Nacional de Saneamento Básico, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos e o Plano Nacional de Recursos Hídricos.”.

Então se fala do agrotóxico, se fala do benzeno, se fala também então da **água**, porque na medida em que não se tem **saneamento ambiental, água, esgoto e drenagem e coleta de resíduos** dentro dos territórios, a **expressão da questão social** presente aí está justamente no caso da **saúde**, nesta importante relação que tem que se fazer [...] (PSVSM, 2020, p. 7).

O artigo 3º desta Lei considera saneamento básico um conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais que compreendem:

- a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e seus instrumentos de medição;
- b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais necessárias à coleta, ao transporte, ao tratamento e à disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até sua destinação final para produção de água de reúso ou seu lançamento de forma adequada no meio ambiente;
- c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: constituídos pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais de coleta, varrição manual e mecanizada, asseio e conservação urbana, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos domiciliares e dos resíduos de limpeza urbana; e
- d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: constituídos pelas atividades, pela infraestrutura e pelas instalações operacionais de drenagem de águas pluviais, transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas, contempladas a limpeza e a fiscalização preventiva das redes; (BRASIL, 2020).

Através destas unidades de análise, identifica-se a falta de acesso às políticas sociais, afinal, “[...] o que se enxerga em relação à questão social: **desigualdade** e

resistência ao **acesso**, famílias que têm e famílias que não têm [...]” (SAEF, 2020, p. 10). Para uma melhor compreensão das desigualdades de acesso, recebem destaque Behring e Boschetti (2011) quanto à importância de atentar para a configuração dos padrões universalistas e redistributivos da política social, os quais foram tensionados por estratégias de superlucros por meio de encargos sociais e previdenciários; pela supercapitalização através da privatização de setores públicos que incluem políticas de saúde, educação e previdência; e pela desconsideração da burguesia para com o pacto social dos anos de crescimento, causando um cenário individualista. As autoras destacam que a configuração desses padrões se deu em um momento em que as forças de resistência da classe trabalhadora se encontravam fragmentadas por causa do desemprego, da precarização e flexibilização das relações de trabalho e dos direitos.

Os serviços ofertados pelas políticas sociais devem ser garantidos. Para isso, “[...] nosso objeto aqui é **garantia**, é trabalhar as contradições entre **acesso de recursos naturais**, no caso **água** e a população usuária [...]” (SAEF, 2020, p. 5). “O **uso de recursos**, o **acesso** ao uso de recursos [...]” (SAEF, 2020, p. 10), mas a realidade que se expressa é “[...] **falta de acesso a saneamento**, que está envolvido com a questão da **habitação**, que eles não têm [...]” (SASBA, 2020, p. 7). Logo, a “[...] **falta de saneamento** em uma determinada rua ou contexto territorial constitui uma **expressão socioambiental** [...]” (PSVSM, 2020, p. 6).

Conforme aponta Borja (2014, p. 434):

[...] a definição da natureza das ações de saneamento básico se relaciona com a disputa que se dá no seio da sociedade entre projetos sociais, que podem, minimamente, ser representados por dois: um deles considera o saneamento básico como um direito social, integrante de políticas sociais promotora de justiça socioambiental, cabendo ao Estado a sua promoção; o outro projeto, de cunho neoliberal, o saneamento básico é uma ação de infraestrutura ou um serviço, submetido a mecanismos de mercado, quando não se constitui na própria mercadoria.

Aqui, Borja (2014) apresenta duas dimensões de disputa da política de saneamento básico, que devem ser problematizadas criticamente pelos profissionais que atuam na área socioambiental. Afinal, a população tem o direito de morar em um local com saneamento básico e infraestrutura habitacional, e para isso necessitam do cumprimento das obrigações do Estado para que tais políticas sociais

sejam garantidas. Sabe-se que “[...] a urina e as fezes são resíduos e já entra na questão do **saneamento básico** que é algo seríssimo, grave e que também se enfrenta problemas [...]” (ESAF, 2020, p. 4); “[...] eles moram em ‘casebres’, e os ‘casebres’ **não dispõem nem de banheiro** [...]” (PHI, 2021, p. 2).

Diante da falta de estrutura sanitária, como a implementação de redes de esgoto, o abastecimento de água potável, a instalação de banheiros regulares (ligados às redes de esgoto), evidencia-se que doenças podem se proliferar com facilidade, acarretando que usuários e usuárias busquem atendimentos nos serviços de saúde pública, política na qual assistentes sociais atuam. Afinal, a rede de esgoto possibilita que “[...] eu, cidadão dentro de uma política econômica, se eu quiser **água limpa**, tenho que pagar.” (ESAS, 2020, p. 11).

Usuários e usuárias “[...] **não têm acesso, o caminhão do lixo não passa lá**, porque está se falando de uma **área irregular**, então ele não tem esse hábito e essa cultura, ele **vai enterrar** ou **jogar ao lado da casa**, então cultura **é uma coisa a ser trabalhada** a longo prazo [...]” (PHI, 2021, p. 14). E este não acesso à coleta seletiva pode causar malefícios ao ambiente natural. Segundo Salvi e Yamawaki (2013), a degradação dos resíduos sólidos colocados em uma área permanece nela por muitos anos, o que acarreta uma sequência inumerável de fenômenos físicos, químicos e biológicos ao meio ambiente. É possível observar que os usuários e usuárias:

[...] largam metais e ferro na rua, **jogam pela janela**, é a cultura deles, então isso é a longo prazo, antes de fazer a remoção, já tem que **começar com as oficinas**, porque aonde **eles vão, terão acesso ao lixo**, é cultural, se não trabalhar muito bem isso, muitos vão continuar com a mesma sistemática, porque isso é cultural. (PHI, 2021, p. 7).

Fritsch (2000) considera que a coleta seletiva e a reciclagem são formas de destinação final dos resíduos sólidos. Diz que, tanto no âmbito técnico quanto legal, elas “[...] trouxeram na sua esteira uma nova forma de produzir riqueza: a venda do material reaproveitável, com a conseqüente economia dos bens naturais.” (FRITSCH, 2000, p. 30).

Ao relacionar resíduos sólidos e meio ambiente, Silva (2010) aponta que a busca por novos campos de valorização de alternativas para minimizar os impactos ambientais é chamada de energia limpa, sendo a indústria da reciclagem uma delas.

A autora destaca que, em meio a todo o processo de reciclagem, “[...] a cadeia do lixo integra a produção globalizada, controlada pelos grandes grupos econômicos, de sorte que os preços dos produtos não é [sic] mais definido localmente, mas obedece [sic] às regras do mercado internacional.” (SILVA, 2010, p. 128).

A coleta seletiva requer descarte organizado dos resíduos e esse processo também envolve ações de cidadãos e cidadãs, o que pode relacionar-se com o conceito e a visão de meio ambiente e consumo. Percebe-se a necessidade de um diálogo e esclarecimento sobre a temática dos resíduos sólidos e meio ambiente na sociedade, sendo esta uma possibilidade de intervenção a ser realizada pelo profissional de Serviço Social, juntamente com uma equipe interdisciplinar, vislumbrando-se então o **trabalho interventivo e interdisciplinar** junto a usuários e usuárias por meio da **educação socioambiental**. Conforme Dias (2012, p. 73),

Os empreendimentos com intervenções de saneamento básico, serviços urbanos de água e esgoto, resíduos sólidos e drenagem, deverão ser priorizadas atividades vinculadas às macroações educação sanitária e ambiental. O desenvolvimento do trabalho chamado socioambiental é imprescindível quando o empreendimento provoca mudanças diretas nas condições de vida da população, na relação e condições de acesso aos serviços de saneamento. Desta forma como a maioria dos empreendimentos nesta intervenção dominam o campo de atuação nestes projetos os municípios precisam montar novas ou adequar as equipes de trabalho para eficientemente conduzir e desenvolver os projetos.

As políticas de saneamento básico e habitação, apresentam-se muito próximas neste estudo. A falta de acesso à política habitacional enquanto expressão da questão socioambiental materializa-se pelas:

[...] **ocupações irregulares** e o **impacto na vegetação**, por que quando eles começaram a construir a primeira casa, eles **tiveram que desmatar** em uma encosta do morro e tiveram que tirar a árvore para tirar o risco de cair um galho em cima de uma casa. São casas frágeis [...] (ESAF, 2020, p. 6).

Nunes (2018, p. 215) aponta que “No campo socioambiental, menciona-se um violento processo de usurpação da terra, de proteção da propriedade privada⁵⁰, do agronegócio e do capital que tem intensificado os conflitos de terra [...]”. No contexto das políticas sociais, a falta de acesso à terra se dá pela ocupação de:

[...] **área verde** [...] já existe uma vilinha instalada e o ambiente está se transformando [...] se percebe claramente que está aumentando, são **situações de pessoas em vulnerabilidade** e claro que elas não escolhem estar na situação que estão, mas está aumentando e também o impacto direto no meio ambiente [...] (ESAF, 2020, p. 7).

Logo, a falta de moradia das pessoas em situação de vulnerabilidade ocasiona a derrubada de árvores e consequências na vegetação, tudo pela falta de acesso à política habitacional. É possível citar dois artigos da Política Nacional de Habitação (BRASIL, 2005).

Art. 2º Fica instituído o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, com o objetivo de:

I - viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada e à habitação digna e sustentável;

II - implementar políticas e programas de investimentos e subsídios, promovendo e viabilizando o acesso à habitação voltada à população de menor renda; e

III - articular, compatibilizar, acompanhar e apoiar a atuação das instituições e órgãos que desempenham funções no setor da habitação. [...]

Art. 4º A estruturação, a organização e a atuação do SNHIS devem observar:

I - os seguintes princípios:

a) compatibilidade e integração das políticas habitacionais federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, bem como das demais políticas setoriais de desenvolvimento urbano, ambientais e de inclusão social;

b) moradia digna como direito e vetor de inclusão social; [...]

A população em situação de vulnerabilidade social é o público-alvo desta política com vistas à inclusão social, assim como a articulação com as demais políticas, inclusive a ambiental.

Refletir e dialogar sobre as políticas sociais como saneamento básico e habitação proporciona a expansão e troca de conhecimento dentro do território,

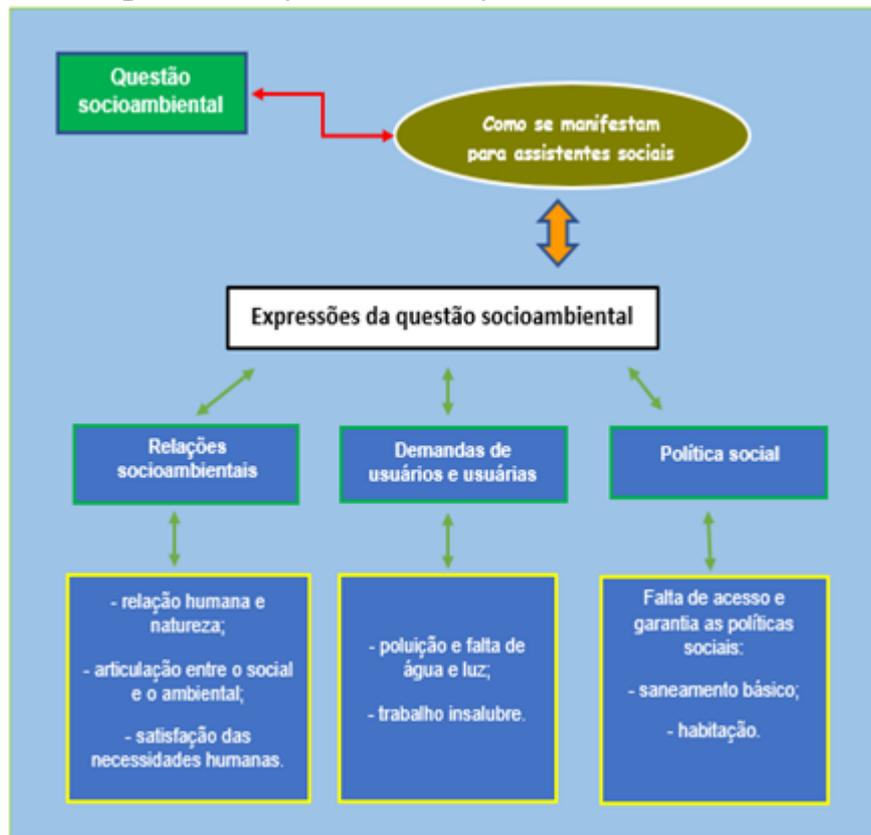
⁵⁰ Para aprofundar o debate sobre propriedade privada, ver: Marx (2017a). Este autor declara que “A *essência subjetiva* da propriedade privada, a *propriedade privada* como atividade para si, como *sujeito*, como *pessoa*, é o *trabalho*” (MARX, 2017a, p. 223).

auxiliando no fortalecimento da cidadania de usuários e usuárias. Segundo Ribeiro e Sauer (2012, p. 392), “As demandas referentes à questão socioambiental se apresentam no dia a dia profissional atreladas a situações específicas com as quais o assistente social se depara, entremeadas por questões de Saúde, Assistência Social, Habitação, dentre outras.”.

Por fim, a categoria **políticas sociais** é analisada pelo viés de duas perspectivas distintas, mas complementares. Isso se dá, pois, ao tratar os elementos analíticos observou-se a falta de acesso e garantias de políticas sociais a serem ofertadas à população pelo Estado. Portanto, ao examinar as unitarizações, constatou-se a dupla face das políticas sociais. Essas são expressas aos profissionais de Serviço Social tanto pela falta de acesso por parte dos usuários, como por sua ausência, especificamente às políticas de saneamento básico e habitação. Neste horizonte, a **categoria inicial políticas sociais** é compreendida nesta tese como a *falta de acesso e garantia de serviços sociais essenciais, eficientes e eficazes para usuários e usuárias*.

Portanto, ao final deste subitem 3.2.2, apreende-se a partir da análise realizada sobre os elementos categorizados, que nesta pesquisa evidencia-se as **expressões da questão socioambiental** manifestadas aos profissionais de Serviço Social se dão através das relações socioambientais, demandas de usuários e usuárias e das políticas sociais. Como ilustração das análises das categorias deste subitem, abaixo apresenta-se a Figura 4.

Figura 5 – Expressões da questão socioambiental



Fonte: a autora (2021).

3.2.3 Desfrutando a sombra verde da árvore: conversando sobre educação socioambiental

E, no meio da trilha do bosque, o profissional de Serviço Social, o lenhador ou lenhadora desfrutam a sombra de uma linda figueira⁵¹, e ao admirá-la ambos se põem a refletir sobre o cuidado para com as árvores. Desse diálogo emerge o debate sobre o conceito de educação. É então que se deparam com a relevante educação crítica do educador e filósofo brasileiro Paulo Freire, considerado um dos pensadores mais notáveis da história e pedagogia mundial, influenciador do movimento chamado pedagogia crítica.

Freire (1987) aborda a educação a partir de duas concepções, a bancária e a problematizadora. O autor concebe a educação bancária como aquela que deposita, transfere, transmite valores e conhecimentos, o que reflete a sociedade opressora. Já a educação problematizadora é tida por ele como a que tem caráter

⁵¹ Há cerca de 755 espécies de figueiras no mundo, especialmente em regiões de clima tropical e subtropical e onde haja presença de água. O gênero *ficus* é um dos maiores do reino vegetal (FIGUEIRA, 2021).

autenticamente reflexivo, que implica num constante ato de desvelamento da realidade. Critica a concepção bancária, afirmando que nela os seres humanos são vistos como seres do ajustamento, aos quais é imposta a passividade, o que resulta na adaptação ao mundo e não na transformação deste. Tal concepção é compreendida como uma prática de dominação, pois é mantida a ingenuidade dos discentes, que acabam por acomodar-se ao mundo da opressão.

A educação problematizadora, por sua vez, serve à libertação, rompe com esquemas verticais e nela há a superação da contradição entre docentes e discentes, o que está presente na educação bancária, utilizando-se do diálogo. Essa concepção se empenha na desmistificação, reforça a mudança e compreende que o diálogo é indispensável no desvelar da realidade (FREIRE, 1987). Para Freire (1987, p. 39), o processo de aprender é relacional, o que é percebido em sua afirmação “[...] já agora ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo.”.

Freire (1967), em *Educação como prática libertadora*⁵², propõe uma pedagogia da liberdade. O autor percebe a necessidade de uma educação que responda ao desafio da ascensão da ingenuidade à criticidade e a necessidade de “[...] uma educação para decisão, para a responsabilidade social e política.” (FREIRE, 1967, p. 88).

Uma educação que possibilitasse ao homem a discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que o advertisse dos perigos de seu tempo, para que, consciente deles, ganhasse a força e a coragem de lutar, ao invés de ser levado e arrastado à perdição de seu próprio “eu”, submetido às prescrições alheias. Educação que o colocasse em diálogo constante com o outro. Que o predispusesse a constantes revisões. À análise crítica de seus “achados”. (FREIRE, 1967, p. 90).

Freire (1967) critica uma educação que se utiliza de palavras ocas, também caracterizada por ele como verbosa, palavresca, sonora, assistencializadora, que não comunica, apenas faz comunicados, o que destaca ser diferente. Estimula a presença de uma teoria numa inserção na realidade, o que fará sentido. Para Freire (1967, p. 99), “[...] a educação teria de ser, acima de tudo, uma tentativa constante de mudança de atitude”. Ele percebe a educação como um ato de amor e de

⁵² *Educação como Prática Libertadora* foi escrito por Freire (1967) após a queda do governo Goulart, nos intervalos das prisões e concluído no exílio.

coragem, pois leva ao debate, à análise da realidade. Destaca a presença essencial da atitude dialogal, para que de fato se faça educação e não domesticação, em que no diálogo haja a presença de pelo menos duas pessoas, reforçando a participação deles entre si e entre outros.

Conforme apresentado no subitem 3.1, especificamente sobre a cronologia dos eventos em torno da educação ambiental, a conferência realizada em Estocolmo, nos anos de 1972, deteve-se em aprofundar o debate sobre a educação ambiental, diálogos e reflexões de como educar as pessoas para solucionarem problemas ambientais (CALDAS, 2015). Segundo Reigota (2006, p. 17), “O livro *O Nosso Futuro Comum*, também conhecido como relatório de Brundtland [...] enfatiza a importância da educação ambiental para a solução dos problemas.”.

Como mencionado, em 1975, em Belgrado, ocorreu uma reunião com o foco teórico sobre educação ambiental. Ela aproximou especialistas de áreas afins e resultou na Carta de Belgrado (REIGOTA, 2006). A meta deste encontro era conscientizar a população mundial sobre o meio ambiente, estando as pessoas interessadas em debater questões ambientais que envolvem problemas e necessidade de conhecimento, habilidades e atitudes para trabalhar de forma individual e coletiva na solução destes problemas. A educação ambiental está direcionada a toda sociedade, incluindo os setores formal e não formal da educação (TEITELBAUM, 1978).

Loureiro (2012b) traz que este evento ocorrido em Belgrado se chamou de 1º Seminário Internacional de Educação Ambiental, tendo como maior resultado a necessidade de:

[...] reforçar uma nova ótica global e ecológica, vinculada aos processos de erradicação de problemas como fome, miséria, analfabetismo, poluição, degradação dos bens naturais e exploração humana, por meio de um novo modelo de desenvolvimento e do entendimento de que tais problemas estão estruturalmente relacionados. (LOUREIRO, 2012b, p. 78).

O autor destaca que o evento direcionou a educação ambiental no mundo e constituiu-se como um “[...] processo educativo amplo, formal ou não, abarcando as dimensões políticas, culturais e sociais, capaz de gerar novos valores, atitudes e habilidades compatíveis com a sustentabilidade da vida no planeta.” (LOUREIRO, 2012b, p. 78).

Um evento ocorrido em um distrito chamado Chosica, no Perú, em 1976, chamado de Taller Subregional de Educación Ambiental para Educación Secundária, procurou investigar a educação ambiental nos países em desenvolvimento na América Latina (TEITELBAUM, 1978).

No ano seguinte, em 1977, ocorreu a Conferência Intergovernamental em Tbilisi, na Geórgia, que ficou marcada pela participação em escala mundial por representantes de Estado. Nesta conferência, a educação ambiental foi apontada como “[...] meio educativo pelo qual se podem compreender de modo articulado as dimensões ambiental e social, problematizar a realidade e buscar as raízes da crise civilizatória” (LOUREIRO, 2012b, p. 79). Dez anos depois, em 1987, este mesmo evento teve sua segunda edição, realizada em Moscou.

Quanto ao contexto brasileiro e utilizando lentes política e institucional, vale destacar que no período militar, na década de 1960, o debate sobre a educação ambiental se desenvolvia de forma subordinada ao modelo desenvolvimentista resultando em uma educação ambiental conservadora (LIMA, 2009). Segundo Loureiro (2012a, 2012b), a referida temática inseriu-se nas esferas governamentais e científicas com foco na conservação dos bens naturais, com forte ênfase comportamentalista, tecnicista, direcionado a um ensino ecológico, com viés resolutivo para os problemas ambientais, muito longe das categorias teóricas, cernes da educação, bem como dos debates sociais. As iniciativas de educação ambiental estavam direcionadas para a resolução de problemas ecológicos. Com isso, a educação ambiental estava direcionada a instrumentos técnicos e científicos. Lima (2009) indica que a educação ambiental teve forte influência das ciências naturais, muitos conceitos da área foram utilizados. Não havia qualquer tipo de relação com outras áreas, logo os problemas e questões ambientais eram apenas biológicos, sem considerar aspectos econômicos, políticos e sociais. Seguindo a ênfase comportamentalista colocada por Loureiro (2012a, 2012b), Lima (2009) continua com este raciocínio, acrescentando que, do ponto de vista pedagógico, a educação ambiental, que se expressa via comportamentos individuais, acontece por não haver qualquer tipo de relação entre sociedade e natureza, sendo considerada uma educação ambiental conservadora.

A educação ambiental aparece na legislação nacional brasileira em 1973, como sendo uma atribuição da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA)

vinculada ao governo federal e criada conforme as recomendações da Conferência de Estocolmo (LA FARE; SCMITT, 2015).

Loureiro (2012b) escreve que, mesmo havendo esse caráter conservador na educação ambiental, mantido pelo autoritarismo da época, já ventilava sutilmente uma perspectiva crítica que aproximava o social e o ambiental. Foi grande a dificuldade de inserir na sociedade as bandeiras ambientais nas lutas populares, isso devido ao contexto ditatorial que emergia fortemente, não havendo aproximação alguma com grupos populares e práticas de educação ambiental. Só no final desta década é que a temática passou a tornar-se um debate diversificado, por meio de posições teóricas e políticas (LOUREIRO, 2012a).

Lima (2009) complementa Loureiro (2012a, 2012b) destacando que, em meados finais do período autoritário ditatorial, esse quadro dificultoso de debates e lutas mudou, pois houve uma migração de quadros políticos de esquerda para militância ambiental. Isto porque os movimentos ecológicos não eram considerados movimentos políticos. Com a participação nos movimentos ambientais, por parte destes políticos, dois elementos também migraram para o interior do movimento, o elemento crítico e social, os quais foram importantes e decisivos para um novo momento da educação ambiental. Este período era formado por um conjunto de muitos atores e setores sociais.

A educação ambiental no Brasil teve maior destaque na década de 1980, e iniciou seu caminho em “[...] um campo plural e diferenciado que reunia contribuições de diversas disciplinas científicas, matrizes filosóficas, posições político-pedagógicas, atores e movimentos sociais.” (LIMA, 2009, p. 147). Com o início do período da redemocratização, uma ampla variedade de movimentos sociais, associações e ONGs, incluindo debates ambientais, passou a debater social e ambientalmente.

O primeiro Encontro Paulista de Educação Ambiental ocorreu em Sorocaba, em 1984. Mesmo sendo em âmbito regional, o evento contou com os poucos pesquisadores de todo país (REIGOTA, 2006).

Considerando o conceito de educação ambiental dado pela Conferência Intergovernamental realizada em Tbilisi, esta não é uma matéria suplementar aos programas da época. Ela exige a interdisciplinaridade, ou seja, exige a compreensão entre as disciplinas tradicionais para se conseguir entender os problemas ambientais e buscar uma solução. Então, em 1985, em Bogotá, ocorreu o Primeiro Seminário

sobre Universidade e Meio Ambiente para a América Latina e o Caribe. O evento contou com a participação de 52 universidades e instituições ambientais de 22 países. O objetivo foi verificar e discutir o grau de avanço dos problemas ambientais nas universidades da região, debater o conceito, as orientações e os critérios de inserção da dimensão ambiental nas práticas e pesquisas acadêmicas. A reflexão e o debate culminaram na incorporação da dimensão ambiental em três áreas socioprofissionais. São elas: ciências naturais, ciências sociais e engenharia (GONZÁLEZ-GAUDIANO, 2005).

Seguindo a linha histórica dos eventos e acontecimentos, o debate sobre a educação ambiental também passava pelo debate de ser uma disciplina ou não, dentro do currículo escolar brasileiro. O Conselho Federal de Educação optou em não tornar a educação ambiental uma disciplina (REIGOTA, 2006). Foi o Parecer n.º 226 do Conselho Federal de Educação (CFE), publicado em 1987, que não tornou a educação ambiental uma disciplina curricular no Brasil, mesmo com todas as orientações internacionais para torná-la. O Conselho Federal de Educação tinha, na ocasião, o entendimento de que a educação ambiental tem um carácter interdisciplinar (LOUREIRO, 2012b).

A educação ambiental, como perspectiva educativa, pode estar presente em todas as disciplinas, quando analisa temas que permitem focar as relações entre a humanidade e o meio natural, e as relações sociais, sem deixar de lado as suas especificidades. (REIGOTA, 2006, p. 25).

Ainda em termos legais, especificamente na Constituição Federal de 1988, pertence ao capítulo VI Do meio ambiente, Título VIII, da Ordem Social, o inciso VI do § 1º, o qual deve assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente e que afirma: “[...]promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.” (BRASIL, 1990, p. 146).

No mesmo ano de 1988, houve dois eventos importantes para educação ambiental: o 1º Congresso Brasileiro de Educação Ambiental, realizado no município de Ibirubá-RS e o 1º Encontro Nacional de Educação para o Meio Ambiente, realizado na cidade do Rio de Janeiro. Estes eventos contaram com participantes de variadas formações profissionais, indicando a possibilidade de diversificadas áreas

do conhecimento debaterem sobre a educação ambiental, tanto de forma mais específica como de forma mais ampla (LOUREIRO, 2012b).

O evento realizado no Rio de Janeiro, chamado ECO-92, conforme abordado acima, foi um marco para a educação ambiental, tanto em nível nacional como mundial. Depois dele, surgiram no país cursos de especialização voltados à questão ambiental (REIGOTA, 2006). Paralelamente à ECO-92, houve a Jornada Internacional de Educação Ambiental, na qual participaram mais de 1.300 entidades de 108 países, exatamente na tenda seis intitulada Fórum Internacional de ONGs e Movimentos Sociais. A abertura foi realizada por Paulo Freire. Mesmo não sendo declarado um ambientalista e, sim, um educador, sua fala foi sobre educação e vida para os militantes de movimentos sociais e docentes que ali se encontravam. As formulações freireanas são fundamentais para a educação ambiental (LOUREIRO, 2012b).

O Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA) foi definido em 1994⁵³ e contava com sete linhas de ação. Em 1997, ocorreu em Brasília a 1ª Conferência Nacional de Educação Ambiental. Desse evento, originou-se a Declaração de Brasília, na qual foram escritos problemas e recomendações ambientais. Dois anos depois, em 1999, foi promulgada a Lei n.º 9.795 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, legislação que conta com princípios básicos e objetivos fundamentais (LOUREIRO, 2012b). Já a educação não formal deve ocorrer via ações e práticas voltadas à sensibilização da coletividade, envolvendo diversos atores como esferas públicas, privadas e a sociedade civil. Segundo o autor, sem educação não existe a possibilidade de transformação social. Para Braga (2009, p. 100), a Lei n.º 9.795/1999 define a educação ambiental como

[...] processo por meio do qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, essencial à sadia qualidade de vida e à sustentabilidade. Além disso, considera que ela deve atuar não só no ensino formal, mas também no contexto da educação não-formal, envolvendo todos os setores da sociedade.

⁵³ A última versão foi publicada em 2005, sendo a terceira edição.

Para Reigota (2006), alguns conteúdos voltados à educação ambiental podem ser: saneamento básico, extinção de espécies, poluição em geral, efeito estufa⁵⁴, biodiversidade, reciclagem de resíduo doméstico e industrial, produção e desperdício de alimentos, agrotóxicos, energia nuclear e produção armamentista. O autor acredita que a educação ambiental deve ser entendida como educação política, que “[...] prepara os cidadãos para exigir justiça social, cidadania nacional e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza.” (REIGOTA, 2006, p. 10), não sendo uma prática apenas de docentes e deve ser trabalhada junto aos territórios.

Reigota (2006) refere-se à educação ambiental, como educação política, no sentido de que a educação tem um caráter político de ação social, no qual atores sociais devem pertencer ao processo educativo ambiental. Da mesma forma, este estudo acredita que a educação socioambiental é carregada deste caráter político e social.

Loureiro (2012b) destaca que, para ocorrer a práxis educativa na esfera ambiental e que esta seja de fato crítica e dialógica, é importante compreender a posição social ocupada pelas diferentes classes sociais, entender como se dão suas formas de produção, consumo, organização social e cultural, bem como compreender como estas classes visualizam as implicações ambientais causadas pela sociedade.

Além desses entendimentos, é preciso estruturar processos participativos junto aos cidadãos e cidadãs que passam por maior vulnerabilidade social e ambiental. É necessário que tais ações se tornem determinantes enquanto participação popular, garantindo o exercício da cidadania. Por isso, visualiza-se na educação socioambiental a possibilidade de ampliação do debate e possíveis microtransformações, apresentadas no subitem a seguir por meio das próximas categorias de análise.

⁵⁴ “O efeito estufa consiste no aprisionamento de gases presentes na atmosfera, tais como o dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄), óxido nitroso (N₂O) entre outros. Isto decorre principalmente da queima de combustíveis fósseis em indústrias, termoelétricas, veículos em circulação, assim como da destruição das florestas e reservatórios naturais absorventes de dióxido de carbono” (DIAS, 2004, p. 1335).

3.2.3.1 *Educação socioambiental: o novo húmus para base legal*

Após os trabalhadores do bosque – assistente social, lenhador ou lenhadora – entenderem que é a partir da perspectiva da educação crítica que devem prosseguir suas atividades, eles seguem com a linha de raciocínio, instigando seus próprios pensamentos, buscando encontrar uma possível mudança para o cenário que vivenciam diariamente em meio à morte das árvores.

A partir da imersão de novos atores e setores sociais nos movimentos ambientalistas, conforme trazido no subitem 3.1, foi neste momento um período de redemocratização que estava sendo feita uma leitura crítica sobre a educação ambiental até então abordada no país. Lima (2009) destaca que na época autores e autoras da área requalificaram a educação ambiental através de novos adjetivos como educação ambiental crítica, educação ambiental transformadora, educação ambiental popular, educação ambiental emancipatória e o socioambientalismo. Segundo Lima (2009), o momento de maior probabilidade no qual o termo socioambiental teria criado é o evento Rio-92, momento com grande estímulo de diálogo entre movimentos sociais.

A educação ambiental brasileira veste o caráter crítico. Ela teve grande colaboração de Paulo Freire. É desta criticidade que o presente estudo se firma, portanto, considerando o entendimento sobre questão socioambiental abordado no subitem 3.2, bem como o histórico de construção da educação ambiental no mundo e, principalmente, no Brasil, especificamente após o período de redemocratização com debates voltados ao campo social e ambiental, que se entende tratar nesta tese sobre **educação socioambiental**, sendo esta uma categoria intermediária de análise. Considerando todo este processo de diálogo e reflexão sobre o social e o ambiental, Lima (2009, p. 151) aponta que:

Pode-se dizer que o amadurecimento da experiência e do debate ambiental e político fez revelar, a ambientalistas e membros dos movimentos sociais, que questões social e ambiental não eram antagônicas, mas complementares, e que a degradação que atingia a sociedade e o ambiente eram produzidas por um mesmo modelo de desenvolvimento que, em última instância, penalizava, preferencialmente, a qualidade de vida dos mais pobres.

A partir do entendimento sobre educação e a indissociabilidade entre ambiental e social, apresenta-se a seguir a análise empírica de categorias implícitas com categorias já abordadas na tese, como, por exemplo, o trabalho profissional. A categoria intermediária é **educação socioambiental** e as iniciais são **interdisciplinaridade, processo educativo e potências de transição socioeducativas**.

Com vistas a elaborar subsídios interventivos para atuação de assistentes sociais na área socioambiental, Rafael (2008) apresenta elementos que materializam a aproximação entre Serviço Social e Educação Ambiental. Ao estudar sobre a publicação de trabalhos em eventos científicos, entre os anos de 2004 a 2006, Rafael (2008, p. 97) identificou que:

[...] a educação ambiental se apresenta como objeto de políticas, tanto públicas quanto privadas, espaço para a atuação do Serviço Social, o que justifica, na maioria dos trabalhos científicos, a introdução do tema Educação Ambiental na agenda da profissão, tanto nos processos de formação profissional quanto nos diversos espaços de intervenção: saúde educação, infância e juventude, empresas e meio ambiente. No decorrer do amadurecimento das pesquisas, a educação ambiental é entendida pelos autores como um tema transversal a todas as outras áreas de atuação do assistente social, como uma prática pedagógica, cuja dimensão política incide nas condições de vida da população e no desenvolvimento de uma sociedade sustentável.

Esta pesquisa de Rafael (2008) evidencia que a temática educação ambiental pode ser abordada pelo Serviço Social, e isso se dá pela viabilidade de realizar o **trabalho profissional** por intermédio da **educação socioambiental**, pois identifica-se que “[...] ela é um **subsídio** [...]” (PSVSM, 2020, p. 13) de assistentes sociais na área socioambiental. “A **educação socioambiental**, como uma **narrativa que abre espaço** nos contextos multiprofissionais pro nosso **trabalho** [...]” (PSVSM, 2020, p. 14) o que viabiliza o planejamento e execução do **processo educativo**. A **educação socioambiental**:

[...] ela é um **dispositivo** porque ela nos possibilita a passagem, ela é um **dispositivo** porque compõe o campo da **transitoriedade**, preciso materializar, preciso de alguma forma chegar nas pessoas, não vou trabalhar individualmente, no contexto e no Serviço Social crítico vamos tentar coletivizar, porque é **coletivo**. Então a **educação socioambiental** consiste sim em um **dispositivo** inicial que dá chance de ampliar as demandas, de coletivizar e sobretudo de

organizar uma luta maior de enfrentamento a determinação ao modelo de produção, [...] (PSVSM, 2020, p. 14) [...] ela também **mobiliza**, ela também **articula** os sujeitos em torno de questões. Então, sem dúvida ela também cumpre esse papel, mas vê como é passagem a luta não é ela. Ela é um **eixo**, ela é uma **potência**, ela **fortalece** dentro deste paradigma de **emancipação**, de **autonomia**, [...] (PSVSM, 2020, p. 16).

A educação ambiental, para Loureiro (2011), é um elemento estratégico na formação da consciência humana, consciência entendida pelo autor como ação social transformadora. É por meio da educação ambiental, uma das viabilidades, que se dá a discussão entre a natureza e a sociedade e, a partir daí, a necessidade da construção de uma cidadania voltada a um olhar ecológico. Para isso, é importante a reflexão crítica sobre a prática educativa. Analisa-se que “[...] a **educação socioambiental**, ela pode, ela **fortalece**, ela **empodera** os usuários, inclusive o profissional também [...], **ela é um importante subsídio para nossa intervenção, para nossa ação profissional**, [...]” (SAEF, 2020, p. 14). A educação socioambiental, através da atuação profissional de assistente sociais, pode ser entendida como meio positivo estratégico para fortalecer e empoderar as pessoas.

Leff (2010), ao tratar da comunidade educativa, referindo-se ao ofício de docente, destaca que a luta em defesa de um compromisso ambiental não é apenas destes trabalhadores para com a alfabetização da educação básica, mas sim uma luta de toda sociedade, tendo em vista o direito ao conhecimento que o meio ambiente é um patrimônio da humanidade, e que para auxiliar nesta luta os atos de saber, aprender, refletir, diferenciar, questionar e propor, é uma forma na qual as pessoas podem tornar-se autônomas. Observa-se que práticas educativas voltadas à questão do meio ambiente podem ser desenvolvidas pelo conjunto da sociedade (LEFF, 2010). Com isso, relaciona-se a possibilidade dessas práticas serem desenvolvidas por assistentes sociais. Para tal, é relevante que a categoria profissional reconheça essa viabilidade e necessidade.

Neste horizonte, entende-se que a **categoria intermediária educação socioambiental** é compreendida como um *subsídio interventivo transversal e interdisciplinar para a atuação profissional de assistentes sociais na área socioambiental*.

Para que a **educação socioambiental** possa ser operacionalizada no **trabalho interventivo** de assistentes sociais na área socioambiental enquanto

dimensão transversal, é imprescindível que o profissional de Serviço Social intervenha em uma equipe interdisciplinar, e para isso a seguir é analisada a **categoria inicial interdisciplinaridade**.

González-Gaudiano (2005) afirma que, em 1970, ocorreu em Nice, na França, o Seminário sobre Interdisciplinaridade, organizado pelo Centro para Investigação e Inovação do Ensino (CERI), dependente da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Ministério Francês de Educação. Antes deste seminário, realizou-se uma pesquisa com universidades de 14 países, com o objetivo de identificar características em relação à interdisciplinaridade. A conclusão alcançada foi que ciência não é a mesma coisa que uma disciplina. Em 1972, publicou-se no México, pela Associação Nacional de Universidades e Instituições de Ensino Superior (ANUIES), o informe de um seminário chamado Interdisciplinaridade, Problemas do Ensino e da Pesquisa nas Universidades. González-Gaudiano (2005) destaca que o conceito de interdisciplinaridade foi legalizado na conferência de Estocolmo, em 1972. Para o autor (2005, p. 121), “Interdisciplinar é um conceito polissêmico, mas em geral costuma ser entendido como uma proposta epistemológica que tende a superar a excessiva especialização disciplinar surgida da racionalidade científica moderna.”, e complementa afirmando que a interdisciplinaridade não é a solução da educação, mas que pode reorganizar os conhecimentos para dar respostas aos problemas da sociedade.

Conceitualmente, Coimbra (2000) analisa as palavras *inter* e *disciplinaridade*, explicando que *inter*, de forma isolada, é uma preposição do latim e significa *entre*; e *disciplinaridade* procede da palavra aprender, também de origem latina. Coimbra (2000) considera fundamental aprofundar as dimensões da *disciplinaridade*, tratando dos conceitos de multidisciplinar⁵⁵, intradisciplinar⁵⁶ e interdisciplinar⁵⁷.

⁵⁵ O multidisciplinar está voltado ao âmbito quantitativo, sem haver conexão entre as abordagens. “O mesmo objeto pode ser tratado por duas ou mais disciplinas sem que, com isso, se forme um diálogo entre elas. Uma abordagem multidisciplinar pode verificar-se sem que se estabeleça um nexo entre seus agentes” (COIMBRA, 2000, p. 57). Esta dimensão não é aprofundada na tese.

⁵⁶ A intradisciplinaridade é considerada por Coimbra (2000) como o tratamento exclusivo e interno de uma única disciplina, sendo que os conhecimentos se dão em um determinado saber: “[...] não há, intencionalmente, preocupação com outros saberes de natureza diversa” (COIMBRA, 2000, p. 58). O autor ressalta que a intradisciplinaridade pode ser o início de uma etapa que, posteriormente, pode se abrir para outras áreas de conhecimento. Esta dimensão não é adensada na tese.

⁵⁷ O autor adentra a dimensão interdisciplinar, abordando o conceito de transdisciplinar, o qual provém do processo interdisciplinar. “O transdisciplinar é o que dá um passo além da interdisciplinaridade no tratamento teórico de um tema ou objeto. Seria como um salto de qualidade, uma auto-superação científica, técnica e humanística capaz de incorporar à própria

A interdisciplinaridade é “[...] um saber com outro saber, ou dos saberes entre si, numa sorte de complementaridade, de cumplicidade solidária, em função da realidade estudada e conhecida [...]” (COIMBRA, 2000, p. 56). O trabalho interdisciplinar é o estabelecimento intencional de conexões entre disciplinas, as quais conversam para atingir um conhecimento maior, de forma unificada e, ao mesmo tempo, variada. Coimbra (2000) ressalta que a interdisciplinaridade preserva a identidade profissional, sua metodologia e o saber dos limites de campo de cada disciplina.

O debate de Floriani (2000, p. 100) perpassa a prática interdisciplinar no contexto ambiental. Para ele, o trabalho interdisciplinar, nessa perspectiva, deve ser entendido “[...] como a articulação de diversas disciplinas para melhor compreender e gerir situações de acomodação, tensão ou conflito explícito entre as necessidades, as práticas humanas e as dinâmicas naturais”. O autor sublinha que a interdisciplinaridade ocorre a partir de uma hibridação, chamada por ele de diálogo de saberes.

Interdisciplinaridade “[...] se caracteriza justamente por esse **compartilhamento de saberes e de fazeres**, em um primeiro momento é um compartilhamento com o próprio sujeito [...]” (PSVSM, 2020, p. 3), “[...] a **interdisciplinaridade** se dá nesta composição, do saber do técnico, saber do usuário e o saber de outros profissionais envolvidos [...]” (PSVSM, 2020, p. 3). A interdisciplinaridade se dá pela “[...] articulação entre nós os técnicos do serviço, que é a **psicologia, o Serviço Social** e também tem os **educadores sociais que têm as suas áreas de conhecimento**, e também tem alguns que tem a área de **sociologia** [...]” (PASN, 2020, p. 2).

Vê-se que a necessidade dos profissionais de produzir e atingir um objetivo comum no **trabalho profissional**, possibilita uma atuação em conjunto por meio da interdisciplinaridade, respeitando suas particularidades.

O diálogo e a articulação entre os diversos olhares profissionais de muitas disciplinas são imprescindíveis para o trabalho interventivo voltado à remoção de famílias em determinadas áreas, as quais, em alguns momentos, foram ocupadas pela população em situação de vulnerabilidade social. Neste momento, a interdisciplinaridade e o compartilhamento de saberes possibilita que a prática

formação, em grau elevado, quantitativa e qualitativamente, conhecimentos e saber diferenciados” (COIMBRA, 2000, p. 58). Este conceito não é aprofundado na tese.

profissional possa readequar e reorganizar a área com vistas ao desenvolvimento de um projeto voltado à plantação de árvores e plantas, por exemplo. Esse conhecimento é compartilhado por profissional com formação específica no meio ambiente. É possível exemplificar tal interdisciplinaridade quando:

[...] estou removendo, são 200 famílias digamos, são 200 unidades, vou remover 200 famílias e vou remover de três áreas, as áreas elas têm um perfil diferente, tu enquanto técnica social tem um olhar, vê que precisa ser feito, tu até tem uma ideia breve, mas tu não sabe o que vai colocar lá. Pode pensar, bom aqui o parecer técnico diz que é inviável e que nunca vai poder ocorrer moradias, que não tem como fazer um trabalho aqui em cima, mesmo removendo depois não tem como fazer um trabalho de terraplanagem, bom então se tu sabe que nunca vai ninguém morar ali, tu já pensa, bom vou botar cone, vou botar cerca. Fora isso também tem que fazer plantio, a gente tem que fazer plantio, mas a gente sabe que planta a gente vai colocar lá? Não! Então a gente precisa da rede, **precisa do técnico**, que diga o que fazer lá, [...] Pode ser **curso superior ou curso técnico em meio ambiente**, mas também tem parecer junto com a **defesa civil** [...] (PHI, 2021, p. 6).

Rosa (2018, p. 90), ao aprofundar no seu artigo sobre interdisciplinaridade e habitação, escreve que o trabalho interdisciplinar deve ser integrado “[...] prosseguindo com as visões individualizadas das profissões, mas nessa linha de trabalho existe a necessidade do diálogo, da interação, da troca, do entendimento entre as equipes”. Após a remoção das famílias e obviamente de suas casas, em uma determinada área, “[...] o espaço ficou ocioso, **tem que ter um plantio** [...] também tem muito material para descarte e que ele não deveria estar ali [...]” (PHI, 2021, p. 8). Além do espaço ocioso, no local onde havia casas também:

[...] tem tanta panela, tem tanto vidro, tem tanto plástico, o que que nós vamos fazer com isso? Não sei, mas sei que aquilo ali está fazendo mal para a natureza, tem que remover tudo aquilo ali e depois o último passo vai ser o plantio e o monitoramento, o plantio também tem um monitoramento, tem plantas que os **técnicos** me dizem: “[...] isso aqui vou ter que cuidar 4 anos, vou ter que acompanhar.” (PHI, 2021, p. 11).

Para a realização de um trabalho interventivo, o profissional de Serviço Social necessita do olhar de outra área, numa perspectiva interdisciplinar, como técnicos com especialidades na área ambiental, por exemplo, engenheiros e engenheiras ambientais, biólogos. Nos espaços sócio-ocupacionais em que o profissional está

voltado a intervenções ligadas à gestão de políticas socioambientais, o profissional de Serviço Social “[...] é acionado **interdisciplinarmente** por essas áreas, pelos setores de atendimento, pelo setor da receita, pelo setor da cobrança e pelo setor jurídico, basicamente isso.” (SAEF, 2020, p. 6). Segundo Türck (2002, p. 22), “Qualquer forma de interagir deve proporcionar um espaço em que o conhecimento e a construção da práxis interdisciplinar seja viabilizada.”.

Ao se debruçar na análise, entende-se que assistentes sociais podem atuar de forma interdisciplinar e compor equipes dentro dos órgãos socioambientais, inclusive:

[...] hoje o **assistente social** para mim, ele pode ser estratégico! Vou dar um outro exemplo: Uma pessoa vai fazer o licenciamento ambiental e tem uma árvore dentro do pátio dela; aí vai lá o **agrônomo** e diz: Não pode cortar a árvore, porque tá protegido pela lei “tal”. [...] aí a pessoa só tem uma casa, e tá caindo a casa, e a árvore tá caindo em cima da casa dela. Quer dizer: o impacto na verdade do meio físico para o meio emocional da pessoa, tem que ser trabalhado, e não é pelo **biólogo**, nem pelo **agrônomo** [...] E isso tem que ficar claro, que essa interação não pode ser feita pelo profissional do licenciamento ambiental e **defendo que nas questões ambientais hoje, nos órgãos ambientais hoje, tem que ter gente das humanas, quem mexe com esse processo todo de entendimento, sociológico, emocional**, não é a biologia, não é a **geologia** [...] (ESAS, 2020, p. 12).

O trabalho de educação ambiental que é desenvolvido por profissionais da Biologia, também pode se dar com assistentes sociais, “[...] é necessário o trabalho do assistente social, é de extrema importância para fazer essa comunicação, dentro da **área ambiental** por exemplo tem uma parte que é justamente a parte da educação, que é a educação ambiental, que tem **profissionais**, que tem **biólogos que trabalham** com a educação ambiental [...]” (ESAF, 2020, p. 8) “[...] **trabalhar em conjunto com as outras profissões na questão da educação ambiental** e também outras demandas que acredito que vão vir, em relação a essa questão da responsabilidade socioambiental [...]” (SASBA, 2020, p. 15). A viabilidade de troca de setor possibilita ao profissional de Serviço Social contribuir de forma a qualificar o processo de trabalho por meio do trabalho interventivo interdisciplinar:

[...] porque se entendeu que estaria mais adequado, porque hoje estou lotada em um departamento da diretoria comercial, uma superintendência que é trabalho comercial, nada a ver com a área

social, então que esse trabalho estaria mais direcionado dentro do **departamento de educação ambiental**, daí lá tem **química, engenheira química**, e daí poderia se dar continuidade no trabalho de forma melhor [...] (SASAB, 2020, p. 10).

A interdisciplinaridade entre assistentes sociais e outros profissionais possibilita vislumbrar novos cenários de atuação na área socioambiental, atuando então na questão socioambiental. Entende-se que o trabalho interdisciplinar pode buscar por soluções a problemas ambientais, dando respostas à sociedade. É o que diz Floriani (2000, p. 100), autor segundo o qual:

No âmbito da problemática ambiental, os fundamentos teóricos sobre uma nova forma de produção do conhecimento não podem ser dissociados da prática interdisciplinar, entendida como a articulação de diversas disciplinas para melhor compreender e gerir situações de acomodação, tensão ou conflito explícito entre as necessidades, as práticas humanas e as dinâmicas naturais.

Conforme apontado, a prática interdisciplinar no trabalho voltado ao meio ambiente é fundamental para áreas sociais, humanas e naturais. Segundo González-Gaudio (2005 p. 121), para entender a interdisciplinaridade deve-se partir “[...] da premissa de que a realidade é divisível desde o teórico, para fins de estudo, mas os diferentes componentes cognitivos que dão origem às diversas disciplinas estão de fato relacionados inexoravelmente.”. Logo, tratando-se da teoria em si, esta não pode ser dividida, porém quando se refere à sua compreensão, esta pode se dar em conjunto com demais disciplinas, já que são inseparáveis no entendimento subjetivo.

O tema da interdisciplinaridade permanecerá articulado ao do meio ambiente e ao da sustentabilidade por um longo tempo, já que continua sendo a melhor estratégia proposta para encontrar respostas mais integradas para estes campos que não se identificam com nenhuma disciplina em particular, mas com suas múltiplas interações. (GONZÁLEZ-GAUDIANO, 2005, p. 129).

Silva (2017), ao abordar a interdisciplinaridade, diz que esta expressa-se por meio de ações e estratégias de articulação entre áreas de conhecimento distintas, bem como de diferentes saberes sobre os objetos profissionais, sendo isso uma condição para uma abordagem da realidade.

A atuação interdisciplinar requer construir uma prática político-profissional que possa dialogar sobre pontos de vista diferentes, aceitar confrontos de diferentes abordagens, tomar decisões que decorram de posturas éticas e políticas pautadas nos princípios e valores estabelecidos nos Códigos de Ética Profissionais. A interdisciplinaridade, que surge no processo coletivo de trabalho, demanda uma atitude ante a formação e conhecimento, que se evidencia no reconhecimento das competências, atribuições, habilidades, possibilidades e limites das disciplinas, dos sujeitos, do reconhecimento da necessidade de diálogo profissional e cooperação. (CFESS, 2016, p. 27).

A contribuição do Conselho Federal de Serviço Social vem ao encontro das teorias trazidas pelos autores acima mencionados, novamente pautando observar os limites de cada disciplina.

Conforme os elementos analisados e as concepções teóricas dos autores e das autoras sobre a interdisciplinaridade, compreende-se nesta tese que a **interdisciplinaridade** são *disciplinas de saberes compartilhadas entre múltiplas áreas de conhecimento, que enriquecem o trabalho profissional de assistentes sociais na área socioambiental*. A riqueza de saberes de outras áreas relacionadas aos saberes profissionais do profissional de Serviço Social pode projetar abordagens **interdisciplinares** socioambientais, sejam estas com vistas a pequenas e viáveis soluções diante das **expressões da questão socioambiental** e/ou propor ações junto à sociedade, o que é debatido a seguir, através da próxima categoria inicial analisada, **processo educativo**.

Neste debate teórico, cita-se também Yamamoto (2007, p. 163), para quem o Serviço Social

[...] tem na *questão social* a base de sua fundação enquanto especialização do trabalho. Os assistentes sociais, por meio da prestação de serviços sócio-assistenciais – indissociáveis de uma dimensão educativa (ou político-ideológica) – realizados nas instituições públicas e organizações privadas, interferem nas relações sociais cotidianas, no atendimento às variadas expressões da *questão social*, tais como experimentadas pelos indivíduos sociais no trabalho, na família, na luta pela moradia e terra, na saúde, na assistência social pública, entre outras dimensões.

A citação acima está fortemente relacionada com a categoria inicial aqui analisada. A autora traz que há uma dimensão educativa realizada por meio da prestação de serviços de assistentes sociais. Segundo Abreu (2016, p. 21), o

profissional de Serviço Social tem uma função pedagógica “[...] mediada pelas relações entre Estado e a sociedade civil no enfrentamento da questão social, integrada a estratégias de racionalização da produção e reprodução das relações sociais e do exercício do controle social.”.

Tendo como base o conceito de educação na perspectiva crítica, os dados empíricos apontam para o **trabalho profissional** de assistentes sociais, voltados à **educação socioambiental** longe de um caráter comportamental. É importante reconhecer isso, “[...] para **não** achar que a **educação** é aquela **socioambiental** que leva as pessoas a melhor se **comportarem** em frente aos ambientes [...]” (PSVSM, 2020, p. 12). Lima (2009) declara que a tarefa educativa deve ser a de transferir conhecimentos corretos e sensibilizar as pessoas a refletir suas mudanças de comportamento desde que relacionadas ao ambiente, distante de uma mera mudança comportamental. Em meio a isto:

[...] tenho um pouco de crítica, acho que tem que se estar sempre se perguntando sobre as **práticas educativas, socioeducativas** no Serviço Social, por que remete no primeiro momento a isso: o que é **educação socioambiental**? É aquele processo de trabalho que procura por meio da **informação desalienar a consciência** e **promover movimentos de ruptura** com condicionantes e condicionalidades daquela nossa situação, [...] acho que se consegue promover encontros com os usuários com esta lógica de **enfrentamento** e de **ruptura**, com aquilo que determina a sua condição de dominado, de excluído e de oprimido, penso que aí a **educação socioambiental** vai estar sendo efetiva. (PSVSM, 2020, p. 12).

Uma possibilidade poderia ser a “[...] **educação** emancipatória, acho que daí ela daria conta disso, que é muito mais do que dar palestra, que é muito mais do que explicar protocolos, é muito mais do que saber fazer uma colonização do pensamento do outro sobre o que seja bom ou ruim [...]” (PSVSM, 2020, p. 13). De forma interventiva pelo **processo educativo**, o **trabalho profissional** de assistentes sociais junto a usuários e usuárias dos serviços pode se dar articulando “[...] questões de mobilização, participação, nesse sentido e também sobre esta questão de **caráter da construção educativa** [...]” (PASN, 2020, p. 4). Ao realizar uma intervenção profissional com usuários e usuárias, esta “[...] teve o **caráter educativo** realmente, de estar trazendo informações novas, de estar discutindo [...]” (PASN, 2020, p. 4) temas voltados à organização do trabalho destas pessoas.

Está se fazendo **educação político-ambiental**, está se discutindo questões do uso: quem é que usa; quem são os maiores gastadores; como é que gasto; se está socializando isso com o usuário? E o **processo educativo** se tem uma visão de que é muitas vezes a aula com quadro, com o assistente social na frente e o usuário ouvindo, não! O **processo educativo ele ocorre na própria intervenção, [...] de estar dialogando com os usuários sobre as questões do meio ambiente**, sobre a questão de quem usa mais a água [...] (SAEF, 2020, p. 13).

Segundo Lima (2009), o processo educativo é uma construção social constituída de valores e vontades políticas repleta de relevância social, com objetivo de transformação da vida social. Guimarães (2004, p. 30) destaca que:

A Educação ambiental crítica objetiva promover ambientes educativos de mobilização desses processos de intervenção sobre a realidade e seus problemas socioambientais, para que possamos nestes ambientes superar as armadilhas paradigmáticas e propiciar um processo educativo, em que nesse exercício, estejamos, educandos e educadores, nos formando e contribuindo, pelo exercício de uma cidadania ativa, na transformação da grave crise socioambiental que vivenciamos todos.

Percebe-se que Loureiro (2011) compartilha o apontamento de Guimarães (2004), quando este coloca ser fundamental que a sociedade associe os processos educativos formais às atividades sociais de luta que busca por uma vida de qualidade, sendo que os projetos que articulam o trabalho escolar ao trabalho social são prioritários, pois buscam reflexão e ação concreta sobre o meio ambiente.

[...] acho que aí que entra a nossa contribuição como assistente social, porque, o que percebo, as outras áreas assim, muitas vezes elas pensam a educação ambiental para passar o conhecimento, e aí fica muito aquela coisa da culpabilização: jogue o lixo no lixo e se tu fizer errado a culpa é tua sabe?! E aí se vê esse olhar, de entender o que que ele já sabe e de entender que ele está só reproduzindo aquilo que ele sempre viu, que às vezes ele não se reconhece como responsável também, o que ele pode, entendeu? **Construir esse conhecimento com a comunidade** e às vezes falta isso nas outras áreas, a gente percebe, **vejo que essa é uma grande contribuição que o assistente social** pode dar em uma equipe multidisciplinar, que acho extremamente importante nesse trabalho, não dá para trabalhar sozinho. (SASBA, 2020, p. 12).

A intervenção de assistentes sociais em determinados espaços sócio-ocupacionais é chamado de “[...] **trabalho técnico socioambiental** [...] está hoje na

diretoria comercial e vou passar para a **diretoria de meio ambiente e sustentabilidade.**” (SASBA, 2020, p. 15). Isso possibilita a aproximação do trabalho interventivo junto a práticas educativas socioambientais. Conforme Silva (2016b, p. 14), o Serviço Social:

[...] está apto a contribuir com ações emancipadoras e relevantes para as questões ambientais, e a exercer o papel de educadores e sensibilizadores de uma sociedade sustentável e justa. Neste universo, pode engajar este trabalho junto à equipe multi e interdisciplinares que, pela sua transversalidade de saberes, se tornam imprescindíveis para que haja ações efetivas.

Evidencia-se que não basta a educação ter o caráter transformador modificando a realidade a partir de comportamentos relacionados ao ambiente, mas sim ter um caráter que ultrapasse as dimensões individuais. O **trabalho interventivo** de assistentes sociais deve se dar na realidade socioambiental, e isso requer do profissional uma estratégia interventiva, categorizada neste estudo como **processo educativo.**

É aquele processo de trabalho que procura por meio da **informação desalienar a consciência** e promover movimentos de ruptura com condicionantes e condicionalidades daquela nossa situação, [...] acho que se a gente consegue promover encontros com os usuários com esta lógica de enfrentamento e de ruptura com aquilo que determina a sua condição de dominado, de excluído e de oprimido, eu penso que aí a **educação socioambiental** vai estar sendo efetiva. (PSVSM, 2020, p. 12).

Lima (2009, p. 152) visualiza a:

[...] educação como instrumento para criar e promover valores, ideias, sensibilidades e atitudes favoráveis à preservação do meio ambiente. Por meio da educação, tratava-se, então, de estimular uma socialização pró-ambiente, capaz de explorar suas funções de reprodução cultural naquilo que a herança cultural valoriza: a vida humana, social e natural, e de transformação cultural daqueles aspectos da tradição e a da cultura dominantes que produzem processos de degradação da vida social e ambiental.

Para avançar no processo educativo, o profissional de Serviço Social pode intervir com usuários e usuárias por meio de:

[...] um **trabalho de sensibilização**, para ela ver o consumo, tudo isso tem um limite de consumo, então é até os 10 metros cúbicos, e na maioria das vezes quando não há medição ela usa sem saber, quanto que está gastando, então nos primeiros meses a gente nota que o consumo é bem elevado, a gente faz um **trabalho** também de **sensibilização**, para que as famílias percebam, muitas vezes também é muito precário as instalações internas. [...] **Tem o trabalho de educação ambiental** e a gente trabalha a sensibilização para elas verem quanto ao consumo da importância do **recurso, finito**, enfim. Também as casas na maioria das vezes é bem precária, as instalações internas são muito precárias, então às vezes é cheio de vazamentos e a gente atenta para isso, orienta para isso também, daí nesses três primeiros meses, então a previsão é que haja uma **visita da equipe social** em todas as residências [...] (SASBA, 2020, p. 4).

A importância de profissionais de Serviço Social atuar na área socioambiental deve ser cada vez mais instigada através de assistentes sociais e mesmo pelos profissionais que já estão inseridos em processos de trabalho nesta área. É relevante, para com o trato ambiental, que haja uma rica troca de conhecimentos entre as áreas na busca por minimizar problemas socioambientais. O que deve estar sempre em debate entre as áreas interdisciplinares é que o sistema de produção capitalista provoca as expressões da questão socioambiental. Essa luta deve ser enfrentada pelo conjunto de profissionais interdisciplinares da área socioambiental, incluindo então assistentes sociais. Logo, o presente estudo entende que a **categoria inicial processo educativo** é compreendida como um *dispositivo estratégico interventivo capaz de mobilizar espaços coletivos para o diálogo e troca de conhecimentos entre as pessoas, tendo o subsídio da educação socioambiental*.

E para que essa luta seja enfrentada pela categoria profissional, formas de resistência devem ser elaboradas como um enfrentamento diante das **expressões da questão socioambiental** e para que isso se concretize, elementos analíticos constituem a **categoria inicial potências de transição socioeducativas**. Avaliam-se as potências a partir de duas linhas: grades curriculares da educação brasileira e dos cursos de Serviço Social, incluindo o incentivo a núcleos de pesquisa voltados à área socioambiental; e mobilização, socialização, participação social e controle social.

Ao analisar a viabilidade de formas de enfrentamento frente às expressões da questão socioambiental, visualiza-se que a temática socioambiental deve estar

presente desde o início da grade escolar da educação infantil até a universidade, incluindo a graduação⁵⁸ em Serviço Social.

[...] como a gente sabe do prejuízo para a natureza que essa falta de conhecimento traz, daqui a pouco uma **alternativa** seria ser inserida em um **calendário escolar** ou **até nós**, como te falei agora a pouco, não ser só uma condição, por exemplo, uma técnica social coordenar um empreendimento só com a experiência habitacional de 2 anos, tenho a experiência de projeto habitacional de 16 anos, **mas a questão ambiental como é que fica pra mim?** (PHI, 2021, p. 16).

É importante saber que o Serviço Social “[...] tem uma **pobreza teórica**, eu percebo em relação ao **Serviço Social e meio ambiente**, como estava te falando de concepção e de uma **pobreza teórica** [...]” (SAEF, 2020, p. 4). Conforme debatido por Nunes (2018, p. 219), a área socioambiental “[...] precisa ser ainda mais problematizada, visto ser uma temática ainda pouco abordada pela profissão [...]”. A autora já escrevia que o Serviço Social

[...] precisa abarcar a questão socioambiental na sua formação onde movido pelo espírito investigativo, com atenção especial à pesquisa e ao estudo sistemático da realidade concreta, possa identificar e analisar os movimentos que o vinculam à questão socioambiental, contribuindo para a formação de uma cultura ambientalista [...] (NUNES, 2012, p. 50).

Nessa mesma direção, Silva (2010) aponta que a temática ambiental tem se dirigido ao Serviço Social brasileiro desde o início dos anos 2000, seja por meio dos espaços de atuação, seja no campo de pesquisa, o que se evidenciou crescente produção acadêmica⁵⁹ a partir da referida década. O estudo de Santos (2007) identificou que a produção documental e bibliográfica de assistentes sociais entre os anos de 1961 a 2006 emergiu exponencialmente a partir da década de 1990, em

⁵⁸ A presente tese não se ateve em pesquisar grades curriculares de unidades de graduação em Serviço Social, embora reconhece pesquisas realizadas neste âmbito. É possível referenciar o TCC de Silva (2012), que realiza uma pesquisa e apresenta uma amostra “[...] com os supervisores de campo de Serviço Social que atuam com a questão socioambiental. A justificativa para tal seleção diz respeito ao fato de que boa parte dos estudos sobre Serviço Social e Meio Ambiente, enfatizam que a formação profissional não aborda a temática socioambiental, portanto, busca-se, além de compreender como este profissional atua, questionar como é realizado o processo de supervisão de estágio com alunos que não tiveram essa discussão e o que o supervisor avalia ser pertinente e necessário para que possa trazer contribuições a esta temática” (SILVA, 2012, p. 36).

⁵⁹ Dados obtidos a partir do trabalho de pesquisa desenvolvido pelo Grupo de Trabalho de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, vinculado ao PPG da UFPE, sob coordenação da professora doutora Ana Elizabete Mota (SILVA, 2010).

que os artigos trouxeram conteúdos voltados ao meio ambiente e sua relação com o Serviço Social. A pesquisa de Santos (2007) e o apontamento de Silva (2010) demonstram o aumento de estudos na área socioambiental realizado por estudantes e profissionais de Serviço Social, vislumbrando-se um horizonte de ampliação ao debate socioambiental na categoria profissional. Tal debate pode expandir-se ao ponto que a educação socioambiental possa estar cada vez mais presente nos currículos pedagógicos dos cursos de Serviço Social, sendo aqui analisado como uma forma de enfrentamento às expressões da questão socioambiental. Não há dúvidas de que “[...] **se eu tivesse mais informação**, talvez eu mesma poderia montar os grupos, na minha fala lá em algum momento poderia estar informando, entende? Então talvez se fosse uma condição **ser uma técnica que tenha esse conhecimento** poderia trabalhar melhor.” (PHI, 2021, p. 17).

Outra forma de enfrentamento frente às expressões da questão socioambiental pode se dar “[...] descentralizando o pensamento, forçando a **universidade** e os **centros de pesquisa e de investigação** para estarem no território [...]” (PSVSM, 2020, p. 11) e conhecer a realidade socioambiental de usuários e usuárias, considerando, por exemplo, aspectos como saneamento básico.

Poderia te dizer também que o **mapeamento de risco socioambiental** seria um outro dispositivo, e aí para isso existem metodologias que a gente vai se apropriando de outras ciências, e a **cartografia participativa**, que seria essa **leitura desse ambiente com as pessoas que vivem no ambiente**, isso que é caracterizar e identificar, para desenvolver por exemplo ideias de pertencimento, ideias de direitos, mesmo porque quando a gente faz a cartografia, quando a gente percorre o território identificando **zonas** de maior conflito, **zonas** de maior sacrifício humano [...] (PSVSM, 2020, p. 15).

Cabe observar que a leitura da realidade territorial de determinada área urbana e/ou rural pode e deve ser feita pela população que ali reside, podendo estas pessoas conhecer e reconhecer os problemas que perpassam todo território. Esta técnica pode ser concretizada pelo trabalho profissional de assistentes sociais sendo conhecido de mapeamento participativo⁶⁰. Também é possível ver que as **potências**

⁶⁰ Para aprofundar este conceito, ver: Acselrad e Coli (2008). Esta obra aponta que o mapeamento participativo é construído “[...] para dar a palavra às comunidades de base e grupos desfavorecidos [...]” (ACSELRAD; COLI, 2008, p. 40). Esta prática também pode apresentar-se como cartografia social a qual é “[...] uma ferramenta muito importante na medida em que favorece

de transição socioeducativas podem se dar pelo **trabalho interventivo** junto a usuários e usuárias, através da “[...] **organização social no sentido de movimentos** [...] **espaços de reivindicação** [...]” (PASN, 2020, p. 3).

O primeiro passo é a gente ter uma estratégia, o segundo passo que eu quero fazer para ter uma das nossas estratégias, inclusive é um plano de gestão aqui de **participação popular dos usuários**, participação da população na gestão, [...], estar junto com os usuários e estar fazendo uma articulação, **da participação social na questão ambiental** [...] (SAEF, 2020, p. 11).

No âmbito da participação social, retoma-se Netto (1999) quando este aponta o Projeto Ético-político (PEP) de assistentes sociais e a importância da relação de usuários e usuárias, em que o projeto prioriza esta relação. Diz ele:

É seu componente elementar o *compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população*, aí incluída a *publicidade* dos recursos institucionais, instrumento indispensável para a sua democratização e universalização e, sobretudo, para abrir as decisões institucionais à *participação dos usuários*. (NETTO, 1999, p. 16).

Por isso, “[...] a gente quer **solidificar o papel do Serviço Social na área socioambiental**, em relação a gestão e o usuário [...]” (SAEF, 2020, p. 3), assistente social “[...] então mobiliza a partir do que já tem [...] no **conselho local**, no grupo, nas ONGs, tem todo o terceiro setor que também tem atuado de uma forma bastante efetiva na luta por melhorias ambientais [...]” (PSVSM, 2020, p. 16).

Acho que o **controle social**, quando eu falava das audiências para a figura do licenciamento, para outras políticas que não a ambiental, a gente tem a figura desses conselhos locais, que são de saúde, eu acho que o **conselho local** de saúde por ser mais antigo, seria um bom espaço pra gente levar essas conversas do **território** para dentro. Então é também um dispositivo de **mobilização** e de luta, e de organização, mobiliza e organiza para um **enfrentamento**. (PSVSM, 2020, p. 16).

articulação entre saberes e conhecimentos por meio do estabelecimento de uma linguagem acessível que diz respeito a representação da realidade por meio da cartografia. A partir das discussões inerentes ao mapeamento participativo [...] é possível afirmar que os grupos sociais possuem uma visão de mundo pautada na experiência de vida, valores e conhecimento. O ato de mapear não é feito somente através da representação, mas também por meio do diálogo, discussão e análise das informações que serão representadas” (COSTA *et al.*, 2016, p. 84).

O controle social exercido no território possibilita um debate entre a população na qual inclui pautas sociais, de cidadania, perpassa a democratização das informações locais, bem como implica nas relações entre os seres humanos que ali vivem. Teixeira (2002) resgata que a Constituição Federal⁶¹ garante a participação cidadã no que compete à apreciação das contas públicas e que, na década de 1990, ações coletivas foram conduzidas por associações e movimentos sociais, embora ressalta que este papel não foi assumido plenamente por estas organizações. O autor escreve que algumas ações coletivas assumem dimensões estratégicas no espaço público e estas apresentam resultados positivos no que se refere à democratização, sendo a participação dos cidadãos nos conselhos setoriais uma importante dimensão, a qual é realizada por meio de deliberações. Vieira (2002, p. 63) acredita que a:

Participação na gestão urbana, nas políticas sociais, pressupõe instrumentos de controle e mecanismos de controle sociais. Deverão ser asseguradas a participação de setores e membros representativos da população e de seus interesses, em todas as instâncias do poder público, por meio de conselhos paritários, propositivos, reguladores, fiscalizadoras e deliberativos.

O **trabalho profissional**, realizado por meio do **trabalho interventivo** de assistentes sociais junto aos usuários e usuárias via **processo educativo**, pode intervir “[...] **mais permanente** para estar trabalhando até em **oficinas** realmente específicas do serviço também, acho que seria bem importante, [...]” (PASN, 2020, p. 4), “[...] oficinas na questão de orientação [...] **oficinas pontuais com a questão ambiental** [...]” (PHI, 2021, p. 17). As oficinas realizadas nos grupos com usuários e usuárias requerem, da equipe interdisciplinar, um **trabalho interventivo** que permita a discussão coletiva sobre assuntos em torno da questão socioambiental, e para instigar o debate o profissional de Serviço Social, juntamente com a equipe, pode levantar temáticas postas pela comunidade, como as **demandas** provenientes das **expressões da questão socioambiental**, algumas apresentadas e analisadas nesta tese.

Nos grupos de educação socioambiental, o debate sobre as pautas socioambientais deve viabilizar a “[...] **participação popular**, **estudos** com os usuários, de a gente estar qualificando, potencializando isso, maneiras e formas

⁶¹ Especificamente no artigo 31.

disso, **grupos de estudo, catalogação de bibliografias, criação de espaços de socialização de conhecimentos**, a nossa própria **supervisão de estágio** também [...]” (SAEF, 2020, p. 15).

Conforme Vieira (2002), a participação da população nos programas e projetos vinculados às políticas públicas, com destaque para as que são voltadas ao desenvolvimento urbano, tem se tornado um consenso. Tais programas estão relacionados ao governo federal, e na sua maioria, são operacionalizados pela Caixa Econômica Federal. Vieira (2002) ainda aponta que as intervenções realizadas nestes programas requerem práticas que possibilitem modificações nos padrões de vida das famílias beneficiárias por estes programas, mudando aspectos de vida social, acrescentando melhorias nas condições de saúde, moradia, renda, educação, cultura, podendo fomentar uma consciência ambiental.

Quando um equipamento for instalado em determinada área, há a necessidade do:

[...] licenciamento ambiental pra instalação de obras e equipamentos nas cidades, a figura do licenciamento pressupõe pela lei, por exemplo, a **audiência pública** que é aquele momento, aquela instância que coletiviza para todos envolvidos no entorno dessa obra ou equipamento que vai ser instalado, aí nós temos um **dispositivo potente para o assistente social que é nessas audiências** fazer o processo esse que se faria muitas vezes lá no **grupo da educação socioambiental** [...] (PSVSM, 2020, p. 14).

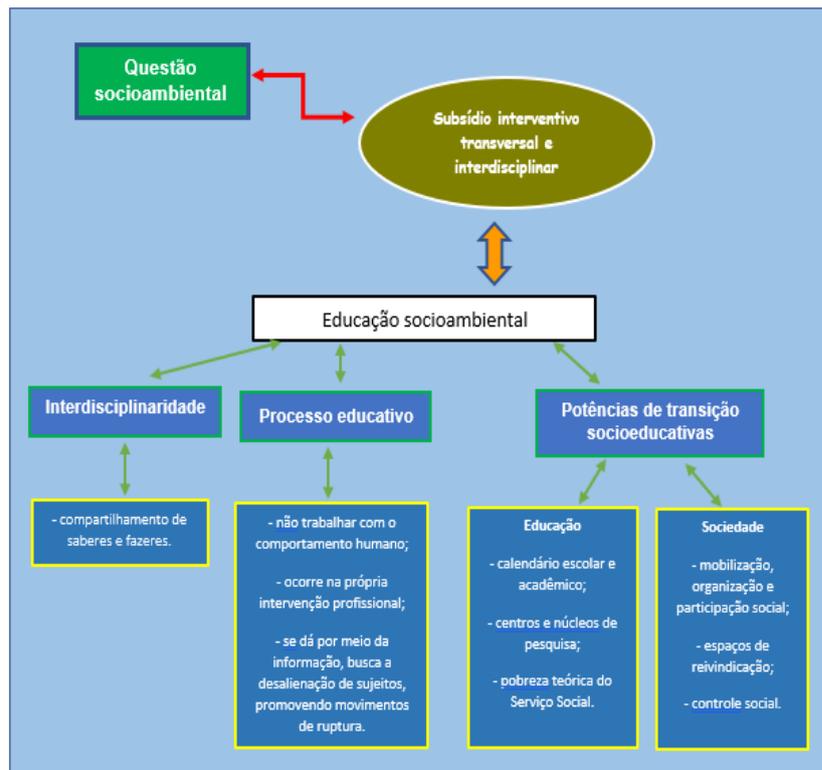
Considerando a necessidade de planejamento e organização da participação social das pessoas para exercerem o controle social, identifica-se que o profissional de Serviço Social pode auxiliar a população para que esta construa um coletivo social com forte identidade participativa, podendo ser organizados para participar de audiências públicas, fóruns, redes, centrais, grupos em que o debate socioambiental esteja presente no diálogo nestes espaços de reivindicação e luta coletiva. A participação social na gestão dos recursos ambientais implica uma mudança de racionalidade social e não simplesmente na aplicação de um paradigma ecológico (LEFF, 2010).

Nesse sentido, a categoria inicial **potências de transição socioeducativas** é compreendida como *ações de resistência e enfrentamento ante as expressões da questão socioambiental, com o objetivo de intensificar o debate temático no âmbito*

educacional, acadêmico e social incentivando a sociedade a promover microtransformações socioambientais.

Com vistas a sintetizar o subitem 3.2.3.1, ressalta-se que a categoria **processo educativo** emergiu de elementos que possibilitaram analisar esse processo como uma ação estratégica do trabalho interventivo de caráter voltado para uma construção coletiva. Não se trata de intervir com o viés da culpabilização, nem mesmo como doutrinação de condutas e comportamentos de usuários e usuárias. O processo educativo deve promover espaços de diálogo com vistas à coletividade de assuntos relacionados às expressões da questão socioambiental. Este processo não é possível sem a **interdisciplinaridade** com outras profissões da área socioambiental. A seguir é apresentada a Figura 5, que sintetiza a categoria intermediária educação socioambiental.

Figura 6 – Educação socioambiental



Fonte: a autora (2021).

O Quadro 2, abaixo, foi elaborado a fim de clarificar o desenvolvimento das categorias analíticas, apresentando a sua sintetização com a devida descrição de cada uma das categorias iniciais, intermediárias e final, as quais relacionam-se entre

si por meio das categorias socioambiental, expressões da questão socioambiental e educação socioambiental.

Quadro 4 – Descrição das categorias I

Categories finais	Categories intermediárias	Categories iniciais
<p>Questão socioambiental Amplitude dos problemas ambientais e sociais que forma um conjunto de manifestações degradantes ao meio ambiente e a vida humana em sociedade. Tal questão compõe o rol de expressões da questão social, objeto de trabalho profissional de assistentes sociais.</p>	<p>Socioambiental Área interventiva para atuação profissional, de caráter político-crítico face ao sistema de produção capitalista.</p>	<p>Área socioambiental Área transversal de atuação profissional, composta por uma constelação de espaços sócio-ocupacionais.</p>
	<p>Expressões da questão socioambiental Conjunto de manifestações socioambientais que refletem a uma fração da questão social.</p>	<p>Relações socioambientais Relações estabelecidas entre seres humanos e o meio ambiente, as quais se dão no seio de uma sociedade marcadamente lucrativa pela via extrativista dos recursos naturais, por meio do operante sistema de produção capitalista.</p>
		<p>Demandas de usuários e usuárias Expressões concretas do sistema de produção capitalista, manifestadas na reprodução da vida social de usuários e usuárias dos serviços sociais.</p>
	<p>Educação socioambiental Subsídio interventivo transversal e interdisciplinar para atuação profissional de assistentes sociais na área socioambiental.</p>	<p>Políticas sociais Falta de acesso e garantia de serviços sociais essenciais, eficientes e eficazes para usuários e usuárias.</p>
		<p>Interdisciplinaridade Disciplinas de saberes compartilhadas entre múltiplas áreas de conhecimento, que enriquecem o trabalho profissional de assistentes sociais na área socioambiental.</p>
		<p>Processo educativo Dispositivo estratégico interventivo capaz de mobilizar espaços coletivos para o diálogo e troca de conhecimentos entre as pessoas, tendo o subsídio da educação socioambiental.</p>
	<p>Potências de transição socioeducativas Ações de resistência e enfrentamento diante às expressões da questão socioambiental, com objetivo de intensificar o debate temático no âmbito educacional, acadêmico e social incentivando a sociedade a promover micro transformações socioambientais.</p>	

Fonte: a autora (2021).

4 PROCESSOS DE TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL

Assim como o lenhador ou lenhadora, o profissional de Serviço Social também age sobre as árvores por meio da atividade que exerce sobre elas e também necessita de instrumentos de trabalho para agir. O que de fato altera nesta vegetação é que as folhas das árvores do bosque em que assistentes sociais se inserem apresentam muito mais folhas do que as árvores do bosque do lenhador ou lenhadora. As árvores do bosque representam o objeto de trabalho de assistentes sociais, nesse caso a questão social, e suas folhas equivalem às expressões da questão social. Aqui, o bosque simboliza os processos de trabalho do sistema de produção capitalista, os quais condicionam o profissional a um trabalhador assalariado. É o bosque que fornece as condições e os meios para a realização do trabalho do profissional de Serviço Social.

E para aprofundar o conhecimento sobre o trabalho do profissional no bosque, este capítulo apresenta a análise de conteúdo realizada a partir das entrevistas com os sujeitos participantes da pesquisa. É analisada a **categoria final processos de trabalho**, juntamente com a **categoria intermediária trabalho profissional**. Esta última abrange quatro categorias iniciais: **trabalho interventivo**, **competências profissionais**, **atribuições privativas** e **demandas institucionais**. O quadro 5 demonstra a classificação do processo de categorização.

Quadro 5 – Categoria processos de trabalho

Categorias finais	Categorias intermediárias	Categorias iniciais
Processos de trabalho	Trabalho profissional	Trabalho interventivo
		Competências profissionais
		Atribuições privativas
		Demandas institucionais

Fonte: a autora.

A partir desta categorização, o capítulo organiza-se em três subitens. O primeiro apresenta ao leitor e a leitora a chamada base legal do bosque para assistentes sociais, o qual refere-se à legislação básica da profissão de Serviço Social, sendo elas: o Código de Ética Profissional, a Lei de Regulamentação da profissão e as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa

em Serviço Social. Neste mesmo subitem é apresentada a série intitulada Parâmetros para Atuação de Assistente Sociais, material organizado pelo CFESS-CRESS. Esta série é composta de cinco exemplares. A presente pesquisa apresenta um quadro comparativa entre os materiais.

No subitem 4.2, a categoria inicial processos de trabalho é aprofundada. Os processos de trabalho são encontrados nos espaços sócio-ocupacionais, locais onde se dá a prática de assistente sociais. Da mesma forma que o processo de trabalho em Marx (2017b) está direcionado a um único fim e nele estão presentes a atividade do ser humano, o objeto de trabalho e os instrumentos de trabalho, da mesma forma se dá nos processos de trabalho em que assistentes sociais se inserem.

No próximo subitem, o debate teórico e analítico das seguintes categorias é apresentado. A primeira é a categoria intermediária **trabalho profissional**; e as categorias iniciais são **trabalho interventivo**, **competências profissionais**, **atribuições privativas** e **demandas institucionais**. O último subitem deste capítulo aprofunda os subsídios interventivos para o trabalho de assistentes sociais.

4.1 A BASE LEGAL DO BOSQUE PARA ASSISTENTES SOCIAIS

Para que assistentes sociais possam intervir e analisar os componentes do bosque, ele necessita percorrer a legalidade e a regulamentação da profissão de Serviço Social⁶², analisando criticamente este cenário. Os passos percorridos pelo assistente social são dados em chão sólido, sendo este a base legal profissional, a qual é composta de três alicerces: Código de Ética Profissional, Lei de Regulamentação Profissional, ambas de 1993 e as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social⁶³, de 1996. Com

⁶² A tese não aprofunda o debate do Serviço Social como trabalho. Entende que o Serviço Social é uma profissão que tem como categoria central o trabalho, conceito apresentado no capítulo 2. Ver: Closs (2017), especificamente o capítulo “Trabalho: mediações na análise do Serviço Social”.

⁶³ “**A ABESS foi criada em 1946, então denominada Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social, uma década após a instalação do primeiro curso de Serviço Social no Brasil, a Escola de Serviço Social da PUC-SP. [...] Um desafio permanente da Associação é acompanhar a implantação das Diretrizes Curriculares e da PNE nesse cenário regressivo de direitos e de grande inserção do capital financeiro na educação, o que tem promovido um amplo processo de precarização da formação e do trabalho profissional. Isso envolve pensar um processo de formação continuada que venha a atingir os docentes, discentes e supervisores de campo de todas as universidades e/ou faculdades que tenham em seu quadro o curso de graduação em Serviço Social**” (ABEPSS, s.d, s.p).

vistas à materialidade do Projeto Ético-político Profissional⁶⁴, ressalta-se ser fundamental essa base para assistentes sociais trabalharem no bosque, na direção social do projeto profissional. Visando aprofundar a base legal, a seguir apresenta-se um histórico destas legislações.

A profissão de Serviço Social está no Brasil desde 1937 por meio das primeiras escolas localizadas em São Paulo e no Rio de Janeiro. Para Yamamoto (2007, p. 224), a referida legislação profissional “[...] representa uma defesa da autonomia profissional, porque codifica princípios e valores éticos, competências e atribuições, além de conhecimentos essenciais, que têm força de lei [...]”.

O primeiro Código de Ética é de 1947, o segundo de 1965, o terceiro foi feito em 1975, o quarto em 1986 e, por fim, o atual 1993. O Código de Ética profissional do assistente social é

[...] um instrumento educativo e orientador do comportamento ético profissional do assistente social: representa a autoconsciência ético-política da categoria profissional em um dado momento histórico. Assim, é mais do que um conjunto de normas, deveres e proibições; é parte da ética profissional: ação prática mediada por valores que visa interferir na realidade, na direção da sua realização objetiva, produzindo um resultado concreto. (BARROCO; TERRA, 2012, p. 35).

Barroco e Terra (2012) afirmam que as bases ontológicas marxistas⁶⁵ foram utilizadas para elaboração do atual código de ética, compreendendo que os humanos são capazes de ter um comportamento ético e moral, agindo de maneira consciente e racional. Elas entendem que o Código de ética-profissional de 1993

⁶⁴ As Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, especificamente no Caderno da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), atual ABEPSS, e o Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS) trazem que “O marco da redefinição do projeto profissional dos anos 80 foi o tratamento dispensado ao significado social da profissão, enquanto especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão social e técnica do trabalho. Esta perspectiva destaca, fundamentalmente, a historicidade do Serviço Social, entendido no quadro das relações sociais entre as classes sociais e destas com o Estado. Implica, pois, em compreender a profissão como um processo, vale dizer, ela se transforma ao transformarem-se as condições e as relações sociais nas quais ela se inscreve. Por esta razão, é necessário contextualizar o significado social da profissão nos anos 90, salientando as mediações históricas que incidem sobre o perfil da profissão hoje: as demandas e as respostas às quais é instigada a construir. Os anos 90 expressam profundas transformações nos processos de produção e reprodução da vida social, determinados pela reestruturação produtiva, pela reforma do Estado e pelas novas formas de enfrentamento da questão social, apontando, inclusive, para a alteração das relações entre o público e o privado, alterando as demandas profissionais. O trabalho do Assistente Social é, também, afetado por tais transformações, produto das mudanças na esfera da divisão sociotécnica do trabalho, no cenário mundial” (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 60).

⁶⁵ Referenciado na nota de rodapé 13. Também ver: Barroco (2005).

[...] se organiza em torno de um conjunto de princípios, deveres, direitos e proibições que orientam o comportamento ético profissional, oferecem parâmetros para a ação cotidiana e definem suas finalidades ético-políticas, circunscrevendo a ética profissional no interior do projeto ético-político e em sua relação com a sociedade e a história. (BARROCO; TERRA, 2012, p. 53).

Ainda para elaboração do Código de Ética de 1993, o Código de Ética de 1986 foi revisado, visando garantir as conquistas e superar as fragilidades que apresentava. Houve a necessidade de instituir uma condição ética que pudesse dar tangibilidade ao compromisso profissional, para evidenciar a dimensão ética da prática profissional, de forma a afirmar valores e princípios da profissão, operacionalizando a dimensão ética quanto aos direitos e deveres éticos (BARROCO, 2005). Braz (2004) aponta que, no Código de 1993, foram mantidos avanços teórico-filosóficos do Código de 1986, sendo atribuídos, de forma operacional, direitos e deveres de assistentes sociais.

Os direitos e deveres de assistentes sociais estão no Título II Dos Direitos e Das Responsabilidades Gerais de Assistentes Sociais, especificamente nos Art. 2º e 3º. Constituem direitos profissionais:

a) garantia e defesa de suas atribuições e prerrogativas, estabelecidas na Lei de Regulamentação da Profissão e dos princípios firmados neste Código; b) livre exercício das atividades inerentes à Profissão; c) participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais; d) inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional; e) desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional; f) aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-o a serviço dos princípios deste Código; g) pronunciamento em matéria de sua especialidade, sobretudo quando se tratar de assuntos de interesse da população; h) ampla autonomia no exercício da Profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções; i) liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos. (CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2009, p. 22).

O Art. 3º apresenta os deveres de assistentes sociais:

a) desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor; b) utilizar seu número de registro no Conselho Regional no exercício da Profissão;

c) abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes; d) participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades. (CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2009, p. 22).

Segundo Yamamoto (2007), o Código de Ética de 1993 apresenta um caráter de obrigatoriedade ao definir direitos e deveres de assistentes sociais, a partir de princípios e valores humanistas, guias para a atuação profissional.

Santos (2012, p. 11) traz que o atual código de ética profissional “[...] foi síntese de lutas e conquistas, revelando o amadurecimento das reflexões iniciadas na viragem da década de 1970-1980 e expressas no Código de 1986”. Santana (2000, p. 81), ao dizer da dimensão política da profissão, refere que “[...] o Código de Ética do Assistente Social prevê o compromisso com a competência, que deve fazer parte de um contínuo processo de aprimoramento, e a defesa da qualidade dos serviços prestados”.

Segundo Carnellosi (2016, p. 139), “Os valores do Código de Ética vigente do assistente social são comprometidos com a ruptura com o conservadorismo ético-político e com o tradicionalismo profissional e representam um marco de ruptura com os Códigos de Ética anteriores [...]”.

A partir dos autores e autoras acima trazidos, entende-se que o atual Código de Ética profissional é a concretude de reflexões, debates e lutas da categoria que, conseqüentemente, tentaram romper com as ações conservadoras do Serviço Social. Compreende-se o código como um composto formado por princípios fundamentais, valores éticos e direitos e deveres de assistentes sociais. O Código de Ética de 1993 esclarece e estabelece a conduta profissional de assistentes sociais. Os princípios fundamentais do código são:

Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso

aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as; Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2009, p. 20).

As Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social (1996) foram propostas pelas unidades de ensino por intermédio da ABEPSS e aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CFESS, 2012). Conforme Araújo (2008, p. 15), “[...] o exercício profissional dos assistentes sociais organizar-se-ia, segundo os pressupostos das Diretrizes Curriculares, a partir dos elementos constitutivos do processo de trabalho [...]”. Para Caputi e Moreira (2016), as Diretrizes Curriculares da ABEPSS expressam a formação profissional de assistentes sociais, incluindo todo significado ético, político e ideológico.

Quanto à Lei de Regulamentação da Profissão, Fraga (2010, p. 50) mostra que a lei “[...] estabelece os parâmetros legais que asseguram as competências ao assistente social e ampara suas prerrogativas exclusivas a cada profissional que precisa, então, ter ciência de seu teor para lançar mão desse aparato legal, nos diferentes âmbitos de atuação profissional”. Para Braz e Teixeira (2009), a lei de Regulamentação expressa os estatutos legais voltados à dimensão jurídico-política da profissão. Já para Torres (2005 p. 201), a referida lei é:

[...] fruto de um movimento advindo da categoria e balizado pelos órgãos diretivos da categoria, vem consolidar a perspectiva sinalizada/situada pelo Movimento de Reconceituação [...] e que foi consolidada na década de 90, por meio da ruptura com o Serviço Social conservador.

Considerando a legislação acima apresentada, o Conselho Federal de Serviço Social, juntamente com demais atores sociais, elaborou cinco materiais com

o objetivo de direcionar o trabalho de assistentes sociais que atuam nas políticas de assistência social, saúde, educação, urbana e sociojurídica. Iamamoto (2009, p. 33), ao referir-se às duas primeiras publicações, aponta a necessidade de “[...] registrar as importantes iniciativas para estabelecer parâmetros para a atuação de assistentes sociais na política de assistência social e na saúde, sob a liderança do CFESS e publicados na série [...]”.

O primeiro material foi organizado pelo Conselho Federal de Serviço Social juntamente com o Conselho Federal de Psicologia, publicado em 2007 em formato de cartilha. Intitula-se “Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais e Psicólogos na Política de Assistência Social”. A publicação se esgotou rapidamente, mantendo o material de forma digital nas páginas de ambos conselhos federais. Em 2009, foi realizado o seminário nacional O Trabalho dos Assistentes Sociais no SUAS. Neste momento, foi reeditado exclusivamente pelo CFESS o texto destinado aos profissionais de Serviço Social. Em 2011, foi publicado pelo CFESS, especificamente pela Gestão 2011-2014, o documento “Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social”, sendo este o primeiro número da série. Este volume teve poucas alterações se comparado com o primeiro publicado junto à categoria dos psicólogos. O presente volume diz que “Esses parâmetros têm como pressuposto que a definição de estratégias e procedimentos no exercício do trabalho deve ser prerrogativa dos assistentes sociais, de acordo com sua competência e autonomia profissional.” (CFESS, 2011, p. 4).

O segundo volume chama-se “Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde” elaborado pelo Grupo de Trabalho Serviço Social na Saúde. O documento tem como finalidade referenciar a intervenção profissional de assistentes sociais nesta política e expressar a totalidade das ações que são desenvolvidas, considerando as complexidades: atenção básica, média e alta. A construção destes parâmetros se deu entre os anos de 2008 e 2009 e contou com uma discussão em todas as capitais brasileiras e algumas cidades do interior, com pauta específica sobre os parâmetros para a atuação de assistentes sociais na saúde. Houve um total de aproximadamente cinco mil profissionais que participaram da elaboração. Também, para colaborar com este documento, ocorreu uma mesa de debates intitulada Parâmetros de Atuação para Assistentes Sociais na Saúde durante o Seminário Nacional de Serviço Social na Saúde, em junho de 2009, em Olinda-PE, organizado pelo Conselho Federal de Serviço Social. Para versão final,

foram consultados documentos do CFESS e Conselhos Regionais que abordam as atribuições e competências profissionais, bem como documentos de secretarias municipais e estaduais de saúde e do Ministério da Saúde, além de resoluções do Conselho Nacional de Saúde (CNS), incluindo a resolução que considera assistentes sociais profissionais da área da política de saúde (CFESS, 2010). Percebe-se o quão coletivo foi a construção deste volume.

O terceiro documento chama-se Subsídios para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação e “[...] foi produzido a partir do acúmulo teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político da categoria profissional, construído, em especial, nas duas últimas décadas da trajetória do Serviço Social na Política de Educação” (CFESS, 2012a, p. 8). O processo histórico da categoria profissional para construção deste material inclui ações sistemáticas na agenda de lutas, a partir do ano 2000, o que foi fundamental para a sua materialização. Mas somente a partir de 2008 é que este Subsídio passou a tomar forma, através do GT Nacional Serviço Social na Educação. Até 2012, data de sua publicação, o Grupo de Trabalho contou com a participação e colaboração de profissionais dos CRESS para organização do documento (CFESS, 2012a).

O penúltimo volume publicado pelo Conselho Federal de Serviço Social, intitula-se “Atuação de Assistentes Sociais no Sociojurídico: Subsídios para Reflexão.”. Da mesma forma como se deu a construção dos demais parâmetros, este também contou com o histórico e a experiência profissional de assistentes sociais na área sociojurídica, com a realização de eventos e encontros da categoria visando uma troca de experiências. Além de relatórios contendo levantamentos de dados realizado em todo país (exceto região Nordeste) por intermédio dos CRESS, para saber: quais ações são desenvolvidas na área, quais instituições assistentes sociais atuam (polícia, segurança e/ou forças armadas), vínculo empregatício, a média salarial e a carga horária semanal, o Conselho Federal, por meio do GT Nacional Serviço Social no sociojurídico, em 2014, publicou o referido documento (CFESS, 2014).

O quinto e último exemplar da Série, intitula-se “Atuação de Assistentes Sociais na Política Urbana: Subsídios para Reflexão”. Novamente, como forma padrão para elaboração dos parâmetros e subsídios, ele foi elaborado por um GT Nacional do CFESS, nesse caso o Serviço Social e Questão Urbana. Profissionais indicados pelos CRESS e conselheiros do CFESS também somaram na construção,

junto ao grupo de trabalho. A participação dos conselhos federal e regionais de Serviço Social, nas conferências estaduais e nacionais das cidades, nos anos de 2010 e 2013, demonstraram o compromisso da categoria profissional no que compete às questões relacionadas aos centros urbanos. Outro evento que fortaleceu a construção destes subsídios de atuação foi a articulação e participação do CFESS no Fórum Nacional de Reforma Urbana. Este último documento da série foi publicado em 2016 (CFESS, 2016).

A elaboração e publicação da referida série “Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais” pelo CFESS, em parceria com os CRESS do país, é fundamental para fortalecer a atuação de assistentes sociais frente ao ataque capitalista às políticas sociais.

Ao longo das leituras realizadas dos cinco volumes, percebem-se semelhanças e diferenças. No tocante ao período de publicação dos volumes, observa-se que se deram com intervalo anual e bienal, sendo o primeiro volume publicado em 2010, posteriormente outro em 2011, 2012 e, depois, 2014 e 2016. A organização da série se deu pelo conjunto CFESS-CRESS e respectivos grupos de trabalho específicos de cada política social e área de atuação, com exceção do primeiro volume, que foi apenas reorganizado pelo CFESS. Na leitura atenta de cada volume, observou-se o debate histórico de cada política social e área de atuação, contextualizando o trajeto e as lutas realizadas por profissionais que auxiliaram na construção sócio-histórica destas políticas e áreas. Faz-se uma ressalva para os volumes 3 e 4, nos quais são trazidos respectivamente, o conceito sobre educação e sociojurídico, sendo a compreensão conceitual imprescindível para a sequência da leitura e entendimento do documento na sua totalidade. Outra diferença identificada está nos títulos dos cinco volumes, ora denominados “Parâmetros para Atuação”, ora “Subsídios para Atuação”, e ainda “Atuação de Assistentes Sociais: Subsídios para Reflexão”. Por este motivo, buscou-se na série o que é conceituado pelo conjunto CFESS-CRESS e identificou-se que, para a elaboração dos “Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde.” (CFESS, 2011), o conjunto de profissionais referenciaram-se em Mioto (2006) para explicitar os **parâmetros de atuação profissional** na saúde, entendendo a importância de caracterizar o entendimento de ação profissional, que

[...] se estruturam sustentadas no conhecimento da realidade e dos sujeitos para os quais são destinadas, na definição dos objetivos, na escolha de abordagens e dos instrumentos apropriados às abordagens definidas. A **ação profissional**, portanto, contém os fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos construídos pela profissão em determinado momento histórico e os procedimentos técnico-operativos. (CFESS, 2011, p. 39).

Com base nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, esta série elaborou as Competências Gerais, as quais são apresentadas nas três primeiras publicações. Estas competências são essenciais para a compreensão do contexto sócio-histórico de intervenção profissional. São elas:

- apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de totalidade;
- análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do Capitalismo no país e as particularidades regionais;
- compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado. (CFESS, 2011, p. 18).

Como forma de sistematizar a análise entre os materiais publicados, a seguir apresenta-se a quadro 6 com a devida comparação.

Quadro 6 – Comparação dos parâmetros de atuação profissional

	1 Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social	2 Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde	3 Subsídios para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação	4 Atuação de assistentes sociais no Sociojurídico – subsídios para reflexão	5 Atuação de assistentes sociais na Política de Urbana – subsídios para reflexão
Ano de publicação	2007 (CFESS e CFP) 2011 (CFESS)	2010	2012	2014	2016
Organização	CFESS	Conjunto CFESS-CRESS, com grande colaboração do GT Nacional Serviço Social na Saúde	Conjunto CFESS-CRESS, com grande colaboração do GT Nacional Serviço Social na Educação	Conjunto CFESS-CRESS, com grande colaboração do GT Nacional Serviço Social no sociojurídico	Conjunto CFESS-CRESS, com grande colaboração do GT Nacional Serviço Social e Questão Urbana
Debate histórico da política e/ou área	Sim	Sim	Sim. Deixa claro o conceito de educação	Sim. Deixa claro o conceito de sociojurídico	Sim
Debate sobre Processos de trabalho	Não	Sim, abordado no contexto de um dos eixos de atuação profissional	Não	Sim, abordado no sentido de maior apropriação de profissionais para com os processos e ampliação do debate na área	Sim, no contexto de que os processos de trabalho são mediados por contradições e determinações do capital
Debate sobre Questão Social	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Debate sobre interdisciplinaridade	Sim, bem trabalhado, um capítulo específico para discussão	Sim, embora menos trabalhado que na Assistência Social	Pouquíssimo abordado	Pouquíssimo abordado através do levantamento realizado	Sim, nas ações.
Legislação base para elaboração do documento	- Código de Ética Profissional (1993)	- Código de Ética Profissional (1993)	- Código de Ética Profissional (1993)	- Código de Ética Profissional (1993) apenas mencionado	- Código de Ética Profissional (1993) apenas mencionado
	- Lei de Regulamentação da Profissão (1993)	- Lei de Regulamentação da Profissão (1993)	- Lei de Regulamentação da Profissão (1993)	- Lei de Regulamentação da Profissão (1993) apenas mencionado	- Lei de Regulamentação da Profissão (1993) apenas mencionado
	- Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996)	- Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996)	- Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996)	Não apresentado	- Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) apenas mencionado
Competências Gerais (construídas com base nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS)	Apresentados na íntegra	Apresentados na íntegra	Apresentados na íntegra	Não apresentados	Não apresentados
Código de Ética					
> Princípios fundamentais	Sim, porém apenas comentados	Sim, porém apenas comentados	Apresentados na íntegra	Não apresentados	Não apresentados
> Artigos 2º e 3º Direitos e deveres	Apresentados na íntegra	Apresentados na íntegra	Apresentados na íntegra	Apresentados	Apresentados
> Artigos 4º e 5º Competências e atribuições	Não são apresentados na íntegra, embora o material foi elaborado a partir das competências e atribuições profissionais.	Apresentados na íntegra	Apresentados na íntegra	Sim, porém é trazido apenas para referir-se ao instrumento “estudo social”.	Não apresentados
Conceitos abordados					
Dimensões	Sim, trazem de forma clara	Sim, apresentam cinco	Sim, trazem de forma clara	Não apresentadas	Não apresentadas

(interventivas)	seis dimensões interventivas profissional: intervenção individual, familiar ou grupal; intervenção coletiva junto a movimentos sociais; intervenção voltada à inserção nos espaços democráticos e de controle social; gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços a indivíduos; materialização de estudos e pesquisas; pedagógico-interpretativa e socializadora de informações e saberes.	dimensões interventivas: na prestação de serviços diretos à população; no planejamento; na assessoria; na gestão; e, na mobilização e participação social.	seis dimensões da atuação profissional: intervenção individual; intervenção coletiva; investigativa; trabalho profissional; pedagógico-interpretativa e socializadora das informações; gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços.		
Atuação profissional	Não são apresentados especificamente a atuação profissional de assistentes sociais nem os eixos de atuação nesta política.	Sim, apresentam quatro grandes eixos de atuação : atendimento direto aos usuários e usuárias; mobilização, participação e controle social; investigação, planejamento e gestão; assessoria, qualificação e formação profissional.	Sim , a atuação profissional é apresentada no desenvolvimento das seis dimensões interventivas.	Não apresentado.	Sim , apresentada brevemente nas ações profissionais.
Ações profissionais	Não deixa claro as ações. Embora, entende-se que estas se dão a partir da materialização das seis dimensões interventivas.	Sim, deixa claro em cada um dos quatro eixos de atuação , ora chamado de eixos de ação .	Sim, apresentam as ações profissionais de maneira introdutória ao adentrar nas dimensões investigativas .	Não, apresentado.	Sim, as ações são de caráter: socioeducativo; organizativo e de mobilização popular; assessoria, supervisão e formação; e, planejamento, gestão e coordenação.
Parâmetros para atuação profissional	Não apresentam parâmetros. Embora o material deixa claro que assistentes sociais podem construir parâmetros a partir da legislação base da profissão.	Não são apresentados.	Não são apresentados.	Não apresentados, devido discrepância nos dados.	Não são apresentados.

Fonte: a autora (2021).

Considerando o panorama que o quadro 6 apresentou a partir dos parâmetros existentes, a presente tese elaborou um quadro semelhante com as devidas considerações quanto aos subsídios de atuação profissional na área socioambiental, a qual será apresentada no subitem 4.3 No próximo subitem, as categorias iniciais **trabalho interventivo, competências, atribuições profissionais e demandas institucionais** são abordadas.

4.2 PROCESSOS DE TRABALHO

A próxima categoria inicial analisada é **processos de trabalho**. Para fundamentar a compreensão desta categoria, parte-se do entendimento de lamamoto (2007, 2015), respectivamente nos livros *O Serviço Social em tempos de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social* e *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. Segundo a autora, a prática de assistentes sociais se dá pela inserção em processos de trabalho encontrados nos espaços sócio-ocupacionais, os quais fornecem os meios e as condições de trabalho para assistentes sociais trabalharem, tornando este profissional, um trabalhador assalariado⁶⁶. Sua prática profissional realiza-se pela mediação do trabalho assalariado, que tem no Estado e nos organismos, privados ou públicos, a maior parte dos profissionais de Serviço Social atuando. Em um dos capítulos de *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*, de organização do CFESS e ABEPSS, lamamoto (2009, p. 33) diz que:

⁶⁶ Na década de 80 o Serviço Social procurou “[...] se afirmar como especialização do trabalho coletivo inscrito na divisão sociotécnica do trabalho” (ARAÚJO, 2008, p. 17), desta forma assistentes sociais são considerados *da classe trabalhadora*, estando ele na condição de assalariado. Considerando que esta tese não aprofunda o conceito de divisão social do trabalho, vale ir à obra de Marx (2017a), *Manuscritos econômicos-filosóficos*, o qual exemplifica a divisão do trabalho “Por exemplo, em uma tribo de caçadores ou pastores, um indivíduo particular faz arcos e cordas com mais velocidade e habilidade que um outro. Ele troca frequentemente com seus colegas essas espécies de trabalho diário por gado e caça; logo ele nota que, por esse meio, pode conseguir mais facilmente tais produtos do que se ele mesmo fosse caçar. Portanto, a partir de um cálculo interessado, ele faz da fabricação de arcos, etc. sua ocupação principal. A diferença de *talentos naturais* entre os indivíduos não é tanto a *causa* como o *efeito* da divisão do trabalho... Sem a disposição do homem para o comércio e a troca, cada um seria obrigado a satisfazer sozinho todas as necessidades e comodidades da vida. Cada um teria de realizar o *mesmo trabalho diário* e aquela *grande diferença* das *ocupações*, que apenas uma grande diferença de talentos poderia criar, não teria ocorrido... Mas como essa inclinação para a troca gera a diversidade de talentos entre os homens, é também a mesma inclinação que torna útil tal diversidade” (MARX, 2017a, p. 310).

[...] não existe um processo de trabalho do Serviço Social, visto que o trabalho é atividade de um sujeito vivo, enquanto realização de capacidades, faculdades e possibilidades do sujeito trabalhador. Existe, sim, *um trabalho do assistente social e processos de trabalho nos quais se envolve na condição de trabalhador especializado*.

A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social também destaca a inexistência de processos de trabalho de assistentes sociais. A associação baseia-se no pensamento marxista, que afirma existir diferença entre o trabalho como uma atividade da pessoa e não uma profissão (CLOSS, 2017). Alves (2015) também identifica a inserção do trabalho de assistentes sociais em processos de trabalho do sistema capitalista, sendo este profissional um trabalhador, que vende sua força de trabalho ao capitalista. Logo, não há um processo de trabalho de assistentes sociais, e sim a inserção deste profissional em diversos processos de trabalho.

Conforme visto no capítulo 2, Marx (2017b) traz que o processo de trabalho necessita da atividade de trabalho em si, objeto de trabalho e dos meios de trabalho. Os processos de trabalho nos quais assistentes sociais estão inseridos, também requerem o trabalho profissional⁶⁷, objeto de trabalho e instrumentos.

No que compete aos elementos que compõem os processos de trabalho, estes demandam uma matéria-prima (objeto) sobre o qual incide a ação profissional, da mesma forma, também requerem os meios de trabalho. O objeto do trabalho profissional é a questão social⁶⁸, sendo ela quem provoca a necessidade da ação profissional (IAMAMOTO, 2015).

O objeto de trabalho, aqui considerado, é a questão social. É ela, em suas múltiplas expressões, que provoca a necessidade da ação profissional junto à criança e ao adolescente, ao idoso, a situações de violência contra a mulher, a luta pela terra etc. Essas expressões da questão social são a matéria-prima ou o objeto do trabalho profissional. (IAMAMOTO, 2015, p. 62).

⁶⁷ Apresentado com profundidade no subitem 4.2.1 Trabalho profissional: trabalho interventivo, competências profissionais, atribuições privativas e demandas institucionais.

⁶⁸ Netto (2001) ressalta que meados da década de 1830 é o período em que indícios afirmam haver o surgimento da expressão “questão social”. Esta provém da necessidade de resolver fenômenos evidentes que aconteceram no primeiro momento de industrialização, o qual iniciou entre os anos de 1775 e 1799, na Europa Ocidental, inicialmente na Inglaterra. O fenômeno é chamado de pauperismo, sendo caracterizado massivamente pela população trabalhadora, a qual se apresenta de forma consecutiva a fase inicial do capitalismo em seu momento industrial. Netto (2001, p. 43) relata que “Foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se ‘questão social’”.

Ainda Iamamoto (2001, p. 16) destaca que:

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – trabalho -, das condições necessárias à sua realização [...].

Netto (2001, p. 45) ressalta que:

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”; esta não é uma seqüela adjetiva ou transitória do regime capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo.

Pereira (2001, p. 53) explicita a questão social como “[...] a relação entre *estrutura e sujeitos*, traduzida pelo confronto entre *necessidades* [...] e *atores sociais* [...]”. Para Araújo (2008, p. 15) “[...] afirma-se como objeto de trabalho do Serviço Social a ‘questão social’, por ser nela que esta especialização do trabalho coletivo tem sua base de fundamentação. Portanto, a ‘questão social’ é tida como objeto ou matéria-prima do trabalho dos assistentes sociais [...]”.

Portanto, o objeto de trabalho de assistentes sociais é a **questão social**, entendida nesta tese como *conjunto de expressões das desigualdades sociais, originárias do sistema de produção capitalista*.

No que compete aos instrumentos de trabalho, Guerra (2000a, p. 5) escreve sobre o conceito de instrumentalidade⁶⁹, apresentando que o sufixo -idade corresponde “[...] a capacidade, qualidade ou propriedade de algo”. Em outra publicação, a autora diz que a instrumentalidade não se limita “[...] ao conjunto de instrumentos e técnicas (neste caso, a instrumentação técnica), mas a *uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão*, construída e reconstruída no processo sócio-histórico” (GUERRA, 2000b, p. 1). Em ambos artigos, a pesquisadora aprofunda sua reflexão sobre a instrumentalidade do Serviço Social partindo do pressuposto que esta é condição necessária para reprodução da

⁶⁹ Nesta tese, o conceito de instrumentalidade não é aprofundado, e sim instrumentos.

vida social, entendendo que o “[...] trabalho tem uma instrumentalidade” (GUERRA, 2000a, p. 7).

Na mesma linha, Iamamoto (2015, p. 62) afirma que os instrumentos não são apenas um conjunto de técnicas, como entrevistas, reuniões, plantão, encaminhamentos etc., mas sim “[...] se amplia para abranger o *conhecimento como um meio de trabalho*, sem o que esse trabalhador especializado não consegue efetuar sua atividade ou trabalho”. Complementa colocando que as bases teórico-metodológicas são essenciais para o profissional exercer seu trabalho. Logo, o conjunto de conhecimento e habilidades que o assistente social adquiri no decorrer de sua caminhada profissional compõe uma parte dos meios de trabalho (IAMAMOTO, 2015)⁷⁰. Os instrumentos são capazes “[...] de estabelecer mediações de conflitos em relações sociais, sejam estes na família, no trabalho, nas organizações estatais, comunitárias e até mesmo, mais recentemente, nas relações com o meio ambiente.” (SPEROTTO, 2009, p. 75).

Portanto, os **processos de trabalho** se compõem de três elementos: *trabalho profissional (atividade de trabalho em si)*, *objeto de trabalho (matéria-prima)* e *instrumentos de trabalho (meios)*. *Assistentes sociais se inserem em diferentes processos de trabalho encontrados nos espaços sócio-ocupacionais*. O debate sobre os **processos de trabalho** nos quais assistentes sociais se inserem não se limita aos três elementos que compõe tais processos. Cada um deles envolve outros aportes, que foram identificados e analisados na pesquisa empírica e são apresentados nos próximos subitens.

4.2.1 Trabalho profissional: trabalho interventivo, competências profissionais, atribuições privativas e demandas institucionais

Na sociedade do capital, o trabalho se dá pela venda da força de trabalho humano aos donos dos meios de produção e assistentes sociais são mais um trabalhador que se encontra submetido ao comando do capitalista.

Em meio aos processos de trabalho em que assistentes sociais se inserem, a precarização do trabalho acontece cotidianamente. Todo este contexto de

⁷⁰ Outra parte que compõe os meios de trabalho refere-se a aspectos “[...] financeiros, técnicos e humanos [...]” (IAMAMOTO, 2015, p. 63), os quais não dependem do profissional de Serviço Social.

precarização atinge os profissionais nos diferentes espaços de trabalho. A terceirização faz parte deste quadro, não sendo mais apenas uma modalidade de vínculo de trabalho na área privada, mas agora também na esfera pública. Dessa forma, a qualidade do trabalho profissional também é afetada e repercute na oferta de serviço à população (CLOSS, 2017).

A insuficiência de recursos humanos e físicos é alarmante, o que inclui recursos financeiros e materiais na esfera pública. “Tratam-se, portanto, de situações que atravessam este processo contraditório sinalizado, diante do agravamento das expressões da questão social e da precariedade também de meios e recursos para atendê-las [...]” (CLOSS, 2017, p. 153). Outra marca delimitadora das condições de trabalho são as atividades rotineiras institucionais, as quais decorrem de transformações tecnológicas, exigindo de assistentes sociais o cumprimento de prazos e metas (RAICHELIS, 2015).

Iamamoto (2007, 2015) ressalta que a mercantilização da força de trabalho de assistentes sociais não possibilita um exercício profissional com qualidade, estando este trabalho subordinado às normas assalariadas, sendo mais um trabalhador inserido no mercado neoliberal, regulador das relações econômicas.

Yazbek (2014) refere-se ao trabalho profissional de assistentes sociais e a questão social, apontando que é no cotidiano do trabalho que está o solo do processo de produção e reprodução das relações sociais. O profissional de Serviço Social intervém na relação capital e trabalho via políticas sociais, que se manifestam através das expressões da questão socioambiental. E é sobre o **trabalho profissional**, categoria intermediária, que este subitem analisa os elementos empíricos da pesquisa.

Conforme diretrizes da ABEPSS (1996, p. 13) as dimensões profissionais da área do Serviço Social compreendem:

A competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permitem ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho.

Backx, Filho e Santos (2017), com base no Projeto Ético-político do Serviço Social, refletem sobre a concepção de exercício profissional, a qual constitui uma totalidade formada por três dimensões: teórico-metodológica, ético-política e técnico-

operativa. Estas possuem uma relação, mas mantêm suas particularidades. Para as autoras “[...] discutir tanto o instrumental técnico-operativo em particular como a dimensão técnico-operativa como um todo, implica discutir o trabalho profissional como resultado daquela totalidade.” (BACKX; FILHO; SANTOS, 2017, p. 27). Elas destacam que as ações profissionais têm uma abrangência que expressam o fazer profissional: “[...] orientar, encaminhar, avaliar, estudar, planejar e outras ações previstas como competências e atribuições na legislação profissional [...]” (BACKX; FILHO; SANTOS, 2017, p. 30). A fim de desenvolver as ações profissionais, assistentes sociais utilizam-se de instrumentos os quais são mobilizados a partir de um conjunto de atividades e que formam o procedimento. Este procedimento pode ter caráter individual, coletivo e administrativo-operacional. Já a intervenção profissional, nesse caso o trabalho interventivo, requer a utilização de instrumentos para de fato intervir nas situações postas (BACKX; FILHO; SANTOS, 2017).

O estudo compreende o **trabalho profissional** como *resultado de uma totalidade formada por três dimensões: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa; e pelas expressões profissionais: investigativa, interventiva e formativa.*

Diante dos apontamentos dos autores e autoras, apresenta-se a análise da referida categoria intermediária juntamente com as demais categorias iniciais que a compõem no processo de categorização. A primeira categoria inicial a ser analisada é o **trabalho interventivo** de assistentes sociais. Para adentrar no debate teórico e analítico, referenciam-se novamente Backx, Filho e Santos (2017). Estas apontam que a profissão se constitui enquanto interventiva, pois uma das expressões do exercício profissional é a intervenção direta. Pode-se dizer que o exercício profissional visto na sua totalidade constitui-se enquanto **trabalho profissional** e uma das três expressões⁷¹ (investigativa, interventiva e formativa) do exercício profissional é interventiva. Logo, “[...] a profissão se constitui enquanto **interventiva** [...]” (SAEF, 2020, p. 3) à medida que exerce influência em determinadas situações na realidade social.

Conforme as diretrizes da ABEPSS (1996, p. 13):

O reconhecimento do caráter interventivo do assistente social, supõe uma capacitação crítico-analítica que possibilite a construção de seus objetos de ação, em suas particularidades sócio-institucionais

⁷¹ Vale ressaltar que estas três expressões estão asseguradas pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), especificamente no subitem 2.1 Princípios que fundamentam a profissão.

para a elaboração criativa de estratégias de intervenção comprometidas com as proposições ético-políticas do projeto profissional.

Segundo Raichelis (2009, p. 14), “Os assistentes sociais passam a ser requisitados para atuar também na formulação e avaliação de políticas, bem como no planejamento e na gestão de programas e projetos sociais, desafiados a exercitarem uma intervenção cada vez mais crítica e criativa.”. A autora vê a criatividade e a criticidade do trabalho interventivo do profissional de Serviço Social frente às áreas de atuação, nas quais é possível se inserir. Por isso, complementa que o olhar crítico permite que assistentes sociais estejam constantemente atentos para não cair no imediatismo das ações.

Considerando ser o **trabalho interventivo** propriamente a ação, as atividades de assistentes sociais sobre algo, são apresentados a seguir elementos importantes a respeito dessa categoria inicial. Backx, Filho, Santos (2017) escrevem que a dimensão técnico-operativa contempla um conjunto de ações, que não são limitadas por instrumentos, técnicas e normas. Essa dimensão mobiliza as duas outras dimensões: a teórico-metodológica, para analisar o real e investigar novas demandas de trabalho, e a dimensão ético-política, para avaliar quais são as possibilidades, projeção e consequências da ação.

A dimensão técnico-operativa contempla, além dos instrumentos, um conjunto de ações e procedimentos que possibilitam ao profissional visualizar uma finalidade na sua ação, bem como sistematizar os objetivos da ação. A dimensão técnico-operativa se constitui pela forma na qual se dá a profissão, a maneira como é concebida, de como é feita e, para que esta maneira de ser da profissão apareça, é imprescindível o **trabalho interventivo** de assistentes sociais, que pode se dar via “[...] **atendimento** direto aos usuários [...]” (SAEF, 2020, p. 3), por meio da:

[...] própria humanização de questões técnico-operativas, de humanização no **atendimento**, de fazer a **escuta** deste usuário, que é bem importante, quando se faz o **atendimento** do Serviço Social e se olha nos olhos das pessoas e eles saem satisfeitos [...] (SAEF, 2020, p. 8).

Conforme Torres (2005, p. 197):

Ao recorrer ao assistente social, o usuário espera que o profissional seja capaz de construir uma resposta profissional que dê conta de sua necessidade, mesmo aquelas de caráter imediato como a ausência de alimentação, a dificuldade de acessar os serviços mais complexos na área de saúde pública, a busca por informação e orientação sobre a vida familiar. O atendimento social é direcionado a realizar aquilo que o profissional entende que o usuário não tem condição de fazer autonomamente.

O **trabalho interventivo** também ocorre quando “[...] se remove uma família [...], ela também tem necessidades de **atendimento**, então tem que ter equipe para coordenar e uma equipe para **atender** as necessidades dela [...]” (PHI, 2021, p. 7). Segundo Guerra (2017, p. 51) “No atendimento dos objetivos imediatos, a dimensão técnico-operativa é mobilizadora. Sua instrumentalidade está na ‘resolutividade’, ainda que apenas momentaneamente e em nível imediato, das demandas apresentadas.”

Durante o atendimento ou mesmo em reuniões de equipe, a escuta do profissional de Serviço Social é fundamental para o **trabalho interventivo**, considerando que esta escuta possibilita a compreensão da realidade de usuários e usuárias⁷² e/ou dos demais profissionais da equipe de trabalho, auxiliando na leitura da realidade social⁷³. Esta habilidade também se dá no trabalho interventivo quando assistentes sociais estão “[...] **escutando** os profissionais de saúde que estão na ponta [...]” (PSVSM, 2020, p. 5). Analisa-se também que a acolhida compõe a dimensão técnico-operativa do trabalho de assistentes sociais, “[...] se no primeiro momento aparece como algo individual, nos cabe como assistentes sociais poder de alguma forma **acolher** a dimensão particular daquela questão, daquela expressão socioambiental [...]” (PSVSM, 2020, p. 2).

Outro instrumento profissional que é utilizado no **trabalho interventivo** são “[...] as intervenções de **visita domiciliar** [...]” (SAEF, 2020, p. 4). Segundo Amaro (2014, p. 19), esta “É uma técnica social, de natureza qualitativa, por meio da qual o profissional se debruça sobre a realidade social com a intenção de conhecê-la, descrevê-la, compreendê-la ou explicá-la.” Backx, Filho e Santos (2017) destacam

⁷² A compreensão deste termo baseia-se em Silva (2016a). A presente tese entende ser usuário: pessoas de direitos que têm capacidades de influenciar nos processos de mudança social (independente da política social e/ou espaço sócio-ocupacional no qual estes buscam por serviço.) Logo, a nomenclatura *sujeito* também é utilizada para o mesmo fim.

⁷³ Para assistentes sociais fazerem a leitura da realidade social e intervirem nela, é importante fazer inicialmente uma análise de conjuntura, a qual “[...] implica necessariamente transitar pelas variações dadas pelos determinantes, no passado e no presente, nos âmbitos mundial e nacional (ou regional, local etc., dependendo do foco a ser utilizado)” (WANDERLEY, 2001, p. 7).

que o profissional de Serviço Social deve ter cuidado ao utilizar este instrumento, pois está entrando no espaço das pessoas, das famílias. Percebe-se que este instrumento, ao ser utilizado pelo profissional de Serviço Social, possibilita aprofundar-se na vida dos usuários e no seu ambiente familiar, viabilizando a compreensão da realidade no próprio espaço de vida das pessoas.

O caráter coletivo do procedimento a ser seguido pelo profissional é identificado através de “[...] intervenções de **forma coletiva** [...]” (PASN, 2020, p. 1), e o instrumento utilizado para intervir junto aos usuários é o grupo: “[...] nessas **reuniões** se faz os planejamentos do que vai ser proposto de atividades para além das áreas mais específicas da parte de oficinas, **grupos** [...]” (PASN, 2020, p. 2). Então, assistente social intervém através de “[...] **reuniões** para explicar para eles como funciona [...]” (PHI, 2021, p. 2), o projeto social no qual os usuários estão sendo inseridos e contemplados. O profissional “[...] monta os **grupos** [...] e junto com eles, pensa em alternativas, e sempre tem que se pensar que eles são os atores [...]” (PHI, 2021, p. 8) principais.

Uma das formas de assistentes sociais intervirem no grupo é a utilização da dinâmica. Por meio dela “[...] emergem as forças vivas dos indivíduos em grupo” (SARMENTO, 2017, p. 122). Realizou-se “[...] uma **dinâmica**, para construir uma lixeira coletiva, que não tinha, nesse sentido se tentou buscar junto com a população o que pode se fazer para melhorar, o que é de interesse deles” (SASBA, 2020, p. 17).

Importante destacar que o grupo é um instrumento interventivo profissional, que conta com o caráter coletivo do procedimento profissional. Segundo Backx, Filho e Santos (2017, p. 35), o grupo é um instrumento, pois “[...] socializa interesses que estão em jogo, as relações entre seus membros, sendo empregados para dar visibilidade e para trabalhar com estas relações de poder, bem como com a socialização de determinadas informações”. O instrumento de grupo possibilita ao profissional de Serviço Social perceber a realidade e as relações sociais a partir do coletivo de pessoas, os quais tomam decisões, tratam de questões contraditórias, bem como dialogam a partir de suas particularidades. A utilização deste instrumento potencializa pequenas mudanças sociais.

A partir dos elementos analisados, vê-se que o trabalho profissional também se dá pela intervenção de assistentes sociais ao articularem a rede de serviços, afinal “[...] **trabalhamos interconectados** com a regularização fundiária [...]” (SAEF,

2020, p. 1), “[...] a gente **trabalha bastante em rede**, é em relação a isso, uma coisa mais ampla [...]” (SAEF, 2020, p. 2). No que compete aos encaminhamentos de atendimento direto aos usuários é necessário o trabalho em rede, “[...] porque para remover tu vai precisar da guarda, tu vai precisar do meio ambiente, tu vai precisar de **diversos serviços** do município.” (PHI, 2021, p. 6). O profissional de Serviço Social:

[...] identifica que tem uma situação, por exemplo, em um acolhimento identifica uma situação que talvez possa ser trabalhada no CRAS com o PAIF, se faz os devidos encaminhamentos, e assim, se trabalha com a **rede**, não tem como fazer um trabalho bom sem trabalhar com a **rede** municipal. (PHI, 2021, p. 2).

Segundo Türck (2002, p. 27), para que a rede possa se constituir esta “[...] necessita de um processo em que os sujeitos interajam entre si e se disponibilizem a compartilhar afeto e conhecimento, pressuposto fundamental para qualquer ação que implique a construção coletiva [...]”. Para a autora, é importante que este coletivo, formado por profissionais de órgãos públicos ou não, desenvolva uma capacidade de comunicação entre si, sendo a escuta um pressuposto para o processo de inclusão dos participantes da rede, em que o compartilhamento de informações e o interesse comum possam evoluir e culminar para melhoria da oferta dos serviços prestados. Com isso, “[...] **coordenar e fazer contato com a rede**, [...] contato com várias políticas [...]” (PHI, 2021, p. 7) faz parte do trabalho interventivo de assistentes sociais.

O trabalho em rede também é uma ação profissional realizada na área socioambiental, configurando-se como uma intervenção construída no trabalho coletivo, composta pelos devidos atores sociais que buscam por qualificar a prestação de serviços a uma determinada população.

Portanto, a **categoria inicial trabalho interventivo** foi tratada analiticamente como *atuação* de assistentes sociais, *situada no fazer profissional pela dimensão técnico-operativa, com o objetivo de intervir na realidade social*.

O **trabalho profissional** tem, no interior de sua legislação, as competências e atribuições de assistentes sociais, e são estas as próximas categorias iniciais analisadas: **competências profissionais e atribuições privativas**.

As competências profissionais e as atribuições privativas estão respectivamente apresentadas nos artigos 4º e 5º da Lei de Regulamentação da

Profissão, lei n.º 8.662, datada em 7 de junho de 1993, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Vale destacar que no roteiro de entrevista, não havia questões relacionadas à competência profissional, apenas as atribuições. Logo, ao tratar analiticamente os elementos, categorizaram-se estas duas categorias iniciais justamente por haver a necessidade de diferenciação entre ambas no **trabalho profissional**.

O Parecer Jurídico n.º 27/1998⁷⁴, do CFESS, elaborado pela assessora Sylvia Terra, datado de 13 de setembro de 1998, trata das competências e atribuições de assistentes sociais e deixa claro que competência “[...] se insere na capacidade de apreciar e dar resolutividade a determinado assunto. É habilidade e aptidão para resolver determinada questão” (CFESS, 1998, p. 3). Iamamoto (2012, p. 37), com base no referido parecer, aponta que “[...] as *competências* expressam capacidade para apreciar ou dar resolutividade a determinado assunto, não sendo exclusivas de uma única especialidade profissional, mas a ela concernentes em função da capacitação dos sujeitos profissionais”. Abaixo, apresenta-se o artigo 4º que corresponde às **competências profissionais**.

Art. 4º Constituem competência do Assistente Social: I – elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II – elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; III – encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; IV – (VETADO); V – orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; VI – planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais; VII – planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; VIII – prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo; IX – prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; X – planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social; XI – realizar estudos sócio-econômicos com os

⁷⁴ O referido parecer busca “[...] prolar parecer jurídico acerca da visível e inquestionável dubiedade e contradição existentes nos incisos 4º da Lei 8662/1993 em relação ao artigo 5º da mesma lei, este último que estabelece as atribuições privativas do assistente social” (CFESS, 1998, p. 1). Conforme Matos (2015, p. 682), o parecer “[...] entende que quando há essas repetições no item competências, elas são entendidas automaticamente como atribuições privativas”. A presente tese não discute tal “dubiedade” conforme parecer.

usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades. (CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2009, p. 12).

Os incisos III e V tratam de duas competências profissionais que se referem ao profissional de Serviço Social prestar orientação social as pessoas e diferentes grupos sociais com o intuito na defesa dos direitos. Essas competências podem se dar de forma a “[...] **estimular** a questão da **organização**, da **mobilização**, da **participação social** [...]” (PANS, 2020, p. 2). Prates (2001, p. 92), ao abordar os processos sociais voltados à participação popular, indica que “[...] os processos de cunho educativo e organizativo potencializados apontam para uma capacitação de lideranças, fortalecimento de fóruns populares e população em geral que caminha rumo à autonomia e à emancipação”. Nogueira e Simionatto (2001) atentam para que os processos participativos superem as determinações da economia e do mercado para que de fato se constituam enquanto organização de espaços coletivos. A relação que se faz entre essas competências profissionais aqui destacadas e os elementos analíticos indicam que assistentes sociais intervirem junto a grupos sociais visando a mobilização social com vistas à autonomia das pessoas nos coletivos. Para isso, outra competência fundamental é necessária: a leitura de realidade do contexto social, econômico e político no qual as pessoas se encontram e a relação entre as expressões da questão socioambiental. A mesma leitura crítica do profissional deve perpassar as formas de encaminhamento e organização social juntos aos usuários dos serviços.

Outra competência profissional mais próxima da análise realizada é o inciso XI, referente à realização de estudos socioeconômicos junto aos usuários dos serviços, sendo o profissional de Serviço Social “[...] quem vai fazer a **análise social para tarifa social**, que é um **benefício**, que tem redução no valor das taxas básicas de águas e esgotos [...]” (SAEF, 2020, p. 1).

Closs (2017) recupera a importância das competências e atribuições profissionais e o movimento de reconceituação, trazendo ao momento uma reflexão crítica sobre a realidade. E é com olhares críticos que o profissional de Serviço Social deve ler a realidade social, fortalecendo cada vez mais a identidade crítica da profissão.

Em meio às análises, identifica-se que a leitura da realidade social, realizada a partir de lentes aguçadas de assistentes sociais, também compõem o trabalho profissional na área socioambiental. Conforme consta no segundo princípio das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996, p. 6), faz-se entender o “Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social”. Os elementos analisados possibilitam destacar que a leitura da realidade social é fundamental para o **trabalho profissional** de assistentes sociais, afinal:

[...] dentro da área socioambiental, uma primeira questão que salta aos olhos é na **análise de conjuntura** que nós sempre **temos que fazer para atuar** e aí vem uma atribuição que é específica, independente dessa leitura, a partir do olhar também daquele que vive a exposição, a degradação ou a injustiça socioambiental, então a especificidade está nesta escuta sensível que se faz, nesta **leitura ampliada de contextos** e identificando que por detrás da expressão tem um modelo de desenvolvimento e produção que determina, então é preciso identificar que é nossa especificidade a formulação de estratégias de enfrentamento a esse modelo, também faz parte da nossa especificidade a gente conseguir eleger com muita lucidez, clareza e compromisso ético-político com essas categorias que nos auxiliam a fazer essa **leitura da realidade** [...] (PSVSM, 2020, p. 4).

A competência de assistentes sociais em fazer a leitura da realidade social exige do profissional um conhecimento histórico de questões sociais, econômicas e políticas, que corroboram com a leitura de determinada expressão da questão socioambiental, manifestada aos profissionais.

O inciso VII menciona que o planejamento, a execução e a avaliação de pesquisas contribuem para a análise da realidade social. Mesmo reconhecendo a importância da leitura da realidade social para a realização de pesquisas, é imprescindível, no **trabalho profissional**, a leitura realizada pelo profissional de Serviço Social que atua nos serviços, tanto no atendimento direto aos usuários quanto na gestão dos espaços sócio-ocupacionais. Quando o profissional realiza um atendimento, são abordadas:

[...] **outras dimensões da vida**, até porque o usuário não é só consumidor de água, **ele é um ser integral**, tem sofrimento, tem alegrias, tem questões de saúde que se vê bastante, questões relacionadas a perda de benefícios sociais, principalmente em

relação ao BPC, pessoas com deficiência tem um corte bem significativo, um sucateamento dos serviços da assistência [...]. (SAEF, 2020, p. 3).

Nesse sentido, Torres (2005) aponta para a necessidade de assistentes sociais realizarem um estudo aprofundado sobre as condições de vida do usuário e, principalmente, o modo como se dão as relações sociais destas pessoas na esteira da realidade social.

A importância da leitura de realidade social para o trabalho profissional é ímpar, pois “[...] muitas vezes os usuários ultrapassam renda, só que tem questões que têm que ser garantidas **pela nossa visão hoje que tem o Serviço Social [...]**” (SAEF, 2020, p. 4). “Então, essas **análises** que se faz e se considera o **contexto social [...]**” (SAEF, 2020, p. 4) dos sujeitos está muito claro para os assistente sociais, afinal “[...] não é só dar um benefício, mas de estar fazendo essa **análise social** e estar articulado com o território, isso é uma coisa que só nós fazemos, **não existe outro nicho profissional que faz, que tá vendo as expressões da questão social [...]**” (SAEF, 2020, p. 7). O destaque é que “[...] essa questão da **análise social** de considerar as expressões da questão social nos faz diferente, faz a nossa intervenção ser diferente de qualquer outro setor [...]” (SAEF, 2020, p. 8). Portanto:

[...] é fundamental [...], um profissional que tenha sensibilidade para compreender as expressões da questão social para fazer uma **análise** para além dos decretos, existe decreto nacional de tarifa social, só que quando se faz uma concessão de benefício tem um impacto na vida da pessoa e muitas vezes o que não está no decreto é preciso ter uma **análise mais apurada, um olhar para esse conjunto** familiar. E isso vejo que falta muitas vezes, falta este olhar, de compreender, estar olhando aquele sujeito enquanto ser humano integral, que não é só ele consumir a água, a luz, mas conceber o sujeito enquanto ser humano, ele tem suas necessidades, ele tem suas debilidades, tem suas fraquezas, seus pontos fortes, e isso falta muito, tem muito a avançar [...] (SAEF, 2020, p. 16).

A mundialização do sistema de produção capitalista altera as expressões da questão socioambiental e o olhar atento político-crítico de assistentes sociais auxiliam no trabalho interventivo do trabalho profissional. Olhar para as pessoas de forma individual não possibilita avançar frente à dominação do sistema econômico. Logo, as competências profissionais de assistentes sociais são indispensáveis para qualquer processo de trabalho no qual o profissional está inserido.

Considerando o entendimento de **competências profissionais**, estas referem-se às *capacidades e habilidades* de assistentes sociais em trazerem contribuições efetivas para determinadas questões apresentadas.

Remetendo-se novamente ao parecer jurídico do CFESS, elaborado por Sylvia Terra, a definição de atribuições “[...] é faculdade inerente a profissão, e por isso mesmo o exercício daquelas atividades especificadas pelo art. 5º da lei n.º 8.662/1998 são prerrogativas do assistente social, e, conseqüentemente, somente ele poderá executá-las” (CFESS, 1998, p. 3). Iamamoto (2012, p. 37), também com base no referido parecer, aponta que as atribuições se referem “[...] às *funções privativas* do assistente social, isto é, suas prerrogativas exclusivas”. As **atribuições privativas** estão no artigo 5º da Lei de Regulamentação, como se vê aqui:

Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social: I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social; III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social; IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social; V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular; VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social; VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação; VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social; IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social; X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social; XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais; XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas; XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional. (CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2009, p. 13).

Viu-se que os dois primeiros incisos do referido artigo destacam a elaboração de planos e projetos; a coordenação de projetos e a execução de programas, no que compete ao profissional de Serviço Social. A primeira análise remete ao desenvolvimento de um programa no espaço sócio-ocupacional, relacionado com o

meio ambiente, em que consta no planejamento “[...] construir até o meio do ano que vem um **programa** do **Serviço Social com o meio ambiente** [...]” (SAEF, 2020, p. 1). “Outra coisa que tinha no **plano** de ação, é dar maior ênfase de publicizar a tarifa social e o trabalho em escolas, associações de bairro e fazendo isso estando no território que é super importante aos usuários [...]” (SAEF, 2020, p. 4). Além da elaboração de um plano com foco no benefício social do serviço, percebe-se a viabilidade de práticas educativas a serem executadas neste plano de ação.

É uma prática educativa de estar elucidando e colocando em um **plano** para institucionalizar. Práticas educativas não só com os usuários, mas também com os trabalhadores, o usuário não é malandro porque está pedindo a tarifa social, não é isso! A pessoa tem uma necessidade social que se consolida e inclusive legitima a própria tarifa, o próprio benefício. (SAEF, 2020, p. 8).

A importância da elaboração de um plano com vistas a legitimar um benefício social, tanto para a instituição quanto para os usuários do serviço, considera-se uma atribuição do profissional de Serviço Social. Nesse caso específico, a elaboração e execução do mesmo tem como finalidade mostrar à instituição, à comunidade local e às pessoas em situação de vulnerabilidade social, que esta população tem direito ao acesso que lhes confere, por meio de um benefício. Como forma de executar este plano, práticas educativas podem ser realizadas com vistas a elucidar o direito ao acesso e garantia de benefícios sociais.

O trabalho técnico social, no qual assistentes sociais planejam, organizam e administram programas e projetos, é uma atribuição privativa:

Comecei a dar continuidade no trabalho que já existia, que é o trabalho técnico social do **programa** água, vida e cidadania, [...]. Então quando comecei a atuar no **programa**, busquei os documentos desse **programa** água, vida e cidadania. Ele atende a um **projeto** estratégico da companhia que é a regularização de ligações clandestinas em áreas de ocupação [...] (SASAB, 2020, p. 1).

Segundo Dias (2012), o Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) surgiu com a extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH) em 1986. A Caixa Econômica Federal incorporou nas suas atribuições e no seu quadro técnico, profissionais que atuam junto com a comunidade. Em 1995, a inserção do Trabalho Social passou a ser um item obrigatório e de investimento nos programas.

Procurando realizar o trabalho social, o “[...] Serviço Social tem autonomia de destinar esses valores e é o assistente social que faz essa identificação. Existe um documento que dá elegibilidade para o **trabalho social**, em que diz que o profissional de Serviço Social é o responsável [...]” (PHI, 2021, p. 1).

Para Torres (2005, p. 196):

Na maioria das vezes o profissional é visto como o executor das atividades previamente estabelecidas pelo gestor responsável pelos programas e projetos das diversas esferas governamentais, o seu exercício profissional é limitado ao cumprimento de tarefas e à realização de ações para cumprir seu papel institucional. Nessa perspectiva o assistente social trabalha em programas e projetos para os quais há repasse de recursos materiais.

Criar e coordenar projetos também é outra atribuição destacada, pois “[...] o secretário não tem autonomia, é o assistente social que vai criar um **projeto** social no qual a financiadora vai aprovar ou não o **projeto**. Então o assistente social é que tem a autonomia de decidir.” (PHI, 2021, p. 1).

Para Guerra *et al.* (2016), há que se atentar para a expansão dos cursos tecnológicos que equivalem a cursos de nível superior⁷⁵. Estes cursos possuem as nomenclaturas voltadas à gestão pública de programas e projetos sociais e tem como objetivo desenvolver profissionais com competências para gerenciar política, programas e projetos.

A fim de compreender as **atribuições privativas** de assistentes sociais, estas *referem-se às capacidades próprias da profissão, específicas a serem realizadas pelo profissional.*

Como forma de sistematizar as competências e atribuições dos profissionais de Serviço Social apresentadas e analisadas, segue a Figura 6.

⁷⁵ A expansão dos cursos voltados à formação de tecnólogos, tanto na esfera privada quanto na pública, foi incentivada pela política do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), por meio do Decreto Nacional n.º 6096/2007.

Figura 7 – Competências profissionais e atribuições privativas

Competências profissionais	Atribuições privativas
Estimular a organização, mobilização e participação social	Elaborar planos e projetos
Analisar a concessão de benefícios sociais	Coordenar projetos
Analisar a realidade social	Executar programas

Fonte: a autora (2021).

A última categoria inicial analisada refere-se às **demandas institucionais**, que são identificadas por desenvolver um trabalho voltado a leituras e cumprimentos de “[...] **decreto, instrução normativa, e requisições** que alteram fluxos de trabalho [...]” (PSVSM, 2020, p. 1). Baptista (2000) aponta que “[...] a intervenção e o planejamento da ação do profissional se realizam primordialmente nas instituições, é a demanda institucional o ponto de partida e o ponto de referência para essa construção e para o planejamento da intervenção.” (BAPTISTA, 2000, p. 32).

É importante que o profissional conheça e entenda o leque de legislações dos espaços sócio-ocupacionais nos quais estão inseridos, para que possa embasar-se em normativas e documentos institucionais para subsidiar o trabalho técnico. Nesse rol de demandas, o profissional de Serviço Social também elabora “[...] **termo de referência** de novas contratações, [...]” (SASBA, 2020, p. 3) de serviços. Para que o profissional tenha uma base concreta para elaborar certos documentos e pareceres institucionais, é importante que utilize instrumentos de trabalho, como a visita nos locais em que se darão a realização dos projetos:

Procura-se fazer o contato para ter subsídios para **elaborar o termo de referência**, [...] ir lá com a equipe do programa, visitar a comunidade, conhecer se já tem alguma articulação. É dessa forma que se intervém e depois se **coloca no papel**. Claro que o termo, já está um pouco estruturado, mas se vai moldando para cada área, **para cada edital** de acordo com o que se entende como importante. (SASBA, 2020, p. 8).

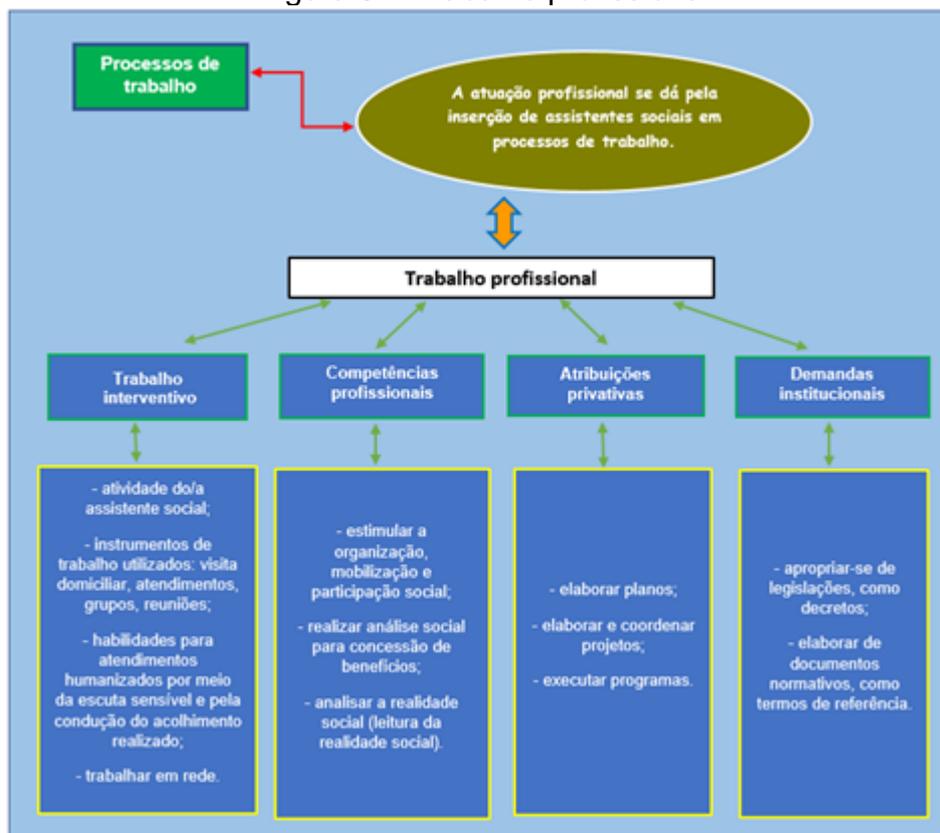
Rafael (2008), ao abordar a inserção de assistentes sociais em empresas privadas e públicas, especificamente na gestão socioambiental, identificou que a intervenção de assistentes sociais está voltada à administração institucional, a gestão de programas e projetos, atreladas a ações pautadas no caráter educativo e orientador. Especificamente, “[...] a demanda institucional por este profissional se

encerra na implementação de ações estratégicas que contribuam para que a instituição empregadora consolide o status [...]” (RAFAEL, 2008, p. 103) de comprometimento com a causa ambiental e social.

Com base na análise empírica, entende-se que as **demandas institucionais** se apresentam para o profissional de Serviço Social a partir das *necessidades de apropriação das regulações dos espaços sócio-ocupacionais e da área socioambiental e sua elaboração e aplicabilidade por meio de requerimentos normativos*.

Na finalização deste subitem, avalia-se que para a realização do **trabalho interventivo** de assistentes sociais, o componente trabalho identificado como dimensão técnico-operativa, conforme ABEPSS (1996), utiliza os seguintes meios: atendimentos, visitas domiciliares, reuniões e grupos (oficinas e dinâmicas), com os usuários que buscam pelos serviços. Como técnica de intervenção profissional, assistentes sociais utilizam a habilidade da escuta sensível e a forma de humanização no acolhimento as pessoas. Estas habilidades (competências profissionais) e capacidades (atribuições privativas) são fundamentais em qualquer espaço sócio-ocupacional no qual assistentes sociais estão inseridos. Elas possibilitam o desenvolvimento de vínculos entre os usuários, os serviços e os profissionais, qualificando o **trabalho profissional**. A seguir, apresenta-se a Figura 7 como forma de sistematização desta categoria intermediária.

Figura 8 – Trabalho profissional



Fonte: a autora (2021).

O Quadro 3, na sequência, foi elaborado com vistas a clarificar o desenvolvimento das categorias analíticas, apresentando a sua sintetização com a devida descrição de cada uma das categorias iniciais, intermediárias e final, as quais relacionam-se entre si por meio da categoria **trabalho profissional**.

Quadro 7 – Descrição das categorias II

Categorias finais	Categorias intermediárias	Categorias iniciais
<p>Processos de trabalho</p> <p><i>Se compõem de três elementos: trabalho profissional (atividade de trabalho em si); objeto de trabalho (matéria-prima) e instrumentos de trabalho (meios). Assistentes sociais se inserem em diferentes processos de trabalho encontrados nos espaços sócio-ocupacionais.</i></p>	<p>Trabalho profissional</p> <p><i>Resultado de uma totalidade formada por três dimensões: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa; e, pelas expressões profissionais: investigativa, interventiva e formativa.</i></p>	<p>Trabalho interventivo</p> <p><i>Atuação de assistentes sociais, situada no fazer profissional pela dimensão técnico-operativa, com o objetivo de intervir na realidade social.</i></p>
		<p>Competências profissionais</p> <p><i>Referem-se as capacidades e habilidades de assistentes sociais em trazerem contribuições efetivas para determinadas questões apresentadas.</i></p>
		<p>Atribuições privativas</p> <p><i>Referem-se as capacidades próprias da profissão, específicas a serem realizadas por assistentes sociais.</i></p>
		<p>Demandas institucionais</p> <p><i>Necessidades de apropriação das regulações dos espaços sócio-ocupacionais e da área socioambiental e sua elaboração e aplicabilidade por meio de requerimentos normativos.</i></p>

Fonte: a autora (2021).

4.3 EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL: SUBSÍDIOS PARA O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA ÁREA SOCIOAMBIENTAL

A presente pesquisa voltou-se sobre a possibilidade de elaborar subsídios interventivos para atuação de assistentes sociais na área socioambiental a partir das expressões da questão socioambiental apresentadas nos dados empíricos, sendo elas: as relações socioambientais, as demandas de usuários e usuárias e a falta de acesso e garantia as políticas sociais. A partir das expressões manifestadas, as quais advêm da questão socioambiental, o estudo apresenta a seguir a **educação socioambiental como um subsídio necessário para atuação de assistentes sociais** na referida área.

Nesta tese, o conceito de educação volta-se para uma prática educativa que segue na perspectiva do diálogo, do acesso à informação, ao debate e interação e participação de atores sociais. Segundo Freire (2018), a educação compreende um processo de conhecimento e formação política e é uma prática fundamental para os seres humanos que compõem a história como movimento, como luta. A educação socioambiental, como subsídio interventivo para o trabalho profissional de assistentes sociais, contribui de modo que os seres humanos se educam por meio de suas trocas, de suas vivências, a partir de uma reflexão crítica do mundo político, econômico e socioambiental.

Quanto à atuação profissional junto aos usuários, esta se dá nos espaços sócio-ocupacionais de forma individual e/ou coletiva, embora a atuação coletiva tenha maior relevância, conforme destacado na análise empírica, precisamente no subitem 4.2.1. O subsídio educação socioambiental é apresentado como categoria intermediária de análise juntamente com as três categorias iniciais, sendo estas: a **interdisciplinaridade**, o **processo educativo** e as **potências de transição socioeducativas**, as quais compõem o conjunto de subsídios.

Na área socioambiental, a **interdisciplinaridade** se faz presente no trabalho profissional de assistentes sociais. O caráter interdisciplinar considera o conhecimento das disciplinas de outras áreas e o compartilhamento destas entre os profissionais, fundamental para enriquecer as intervenções da atuação deles na realidade socioambiental. A partir da análise, identificaram-se as profissões que compõem uma equipe interdisciplinar na área socioambiental: agronomia, biologia, engenharia ambiental, química, pedagogia, geologia, psicologia, técnico em meio

ambiente, sociologia; profissionais da área jurídica e financeira também enquadram-se como profissionais da área socioambiental, pois, quando o profissional de Serviço Social está na gestão de políticas sociais, estas disciplinas de saberes colaboram com a prática profissional nesta área.

A educação, em seu sentido mais profundo, é prática mediadora privilegiada para formação humana, e se entendida sob esse conceito, é preciso que a prática educacional seja vista como um processo que implica uma necessária interdisciplinaridade, tanto sob o aspecto de sua compreensão teórica como sob aquele de sua realização prática. Por isso mesmo cabe enfatizar, [...] que a esfera curricular não é um espaço exclusivo nem principal do processo educacional. Ao contrário, são múltiplas as condições que determinam a natureza interdisciplinar da educação, todas elas vinculadas à condição fundamental da complexidade do existir histórico da espécie humana. (MARTINS DE SÁ, 2019, p. 30).

A interdisciplinaridade na área socioambiental requer aproximação com outras áreas de atuação, sendo realizada pelo amplo conjunto de trabalho interdisciplinar. Por isso, é indispensável que tais profissionais se apropriem do entendimento sobre a origem da questão socioambiental, que está na raiz do sistema de produção capitalista.

A crítica em relação à apropriação dos recursos naturais pelo sistema capitalista deve perpassar também pelo trabalho interventivo da equipe junto às ações profissionais realizadas com os usuários. Justamente estas ações requerem um dispositivo estratégico interventivo, categorizado como **processo educativo**, o qual não busca a alteração do comportamento humano, mas sim procura desalienar as pessoas promovendo movimentos reflexivos para ruptura entre a degradação socioambiental e o domínio capitalista. O processo educativo se baseia no diálogo, na educação crítica, na troca de informações, conhecimentos e experiências entre as pessoas e profissionais. O profissional de Serviço Social pode instigar pautas a serem debatidas a partir das expressões da questão socioambiental, considerando a realidade do território no qual os usuários vivem, relacionando com as questões políticas e econômicas envolvidas, partindo da esfera local, perpassando pela realidade do município, estado, país até o debate atingir o contexto global. Leitura de materiais e indicadores socioambientais provenientes de fontes fidedignas e seguras, como universidades, por exemplo, são dados que auxiliam no trabalho

interventivo de assistentes sociais junto à população, instigando-os a problematizar a crise socioambiental.

As relações sociais estabelecidas entre as pessoas ganham força no coletivo e, com isso, vislumbram uma mobilização social com vistas a uma realidade interventiva social frente ao sistema de produção capitalista. Vale lembrar Freire (2018) quando este escreve que a prática educativa é necessária para a prática social.

Mesmo sabendo da relevância de atendimentos individuais, o estudo destaca que as intervenções coletivas tendem a apresentar processos mais consistentes e rápidos para as microtransformações sociais. Neste momento, as **potências de transição socioeducativas** tornam-se ações de resistência e enfrentamento frente às expressões da questão socioambiental, as quais são abordadas através da mobilização social com grupos de usuários das políticas socioambientais, assim como em associações de bairros, movimentos sociais, conselhos de direitos e de políticas, fóruns e audiências públicas, espaços em que o profissional de Serviço Social atua com vistas a fortalecer a organização social para construção coletiva. Gohn (2005, p. 89) diz que “[...] exercer um papel ativo, que tem como perspectiva produzir conhecimentos e democratizar informações” é importante para o protagonismo de organizações sociais. Reafirma-se que, em meio a estes espaços, assistentes sociais intervêm de modo a mobilizar as pessoas instigando reflexões e práticas sociais transformadoras diante da degradante realidade socioambiental. Mas Dardot e Laval (2016, p. 9) destacam que os próprios argumentos subjetivos da mobilização:

[...] são enfraquecidos pelo sistema neoliberal: a ação coletiva se tornou mais difícil, porque os indivíduos são submetidos a um regime de concorrência em todos os níveis. [...] Se quisermos ultrapassar o neoliberalismo, abrindo uma alternativa positiva, temos que desenvolver uma capacidade coletiva que ponha a imaginação política para trabalhar a partir das experimentações e das lutas do presente.

Mesmo nesse contexto neoliberal que dificulta a organização social, acredita-se que o processo educativo corrobora com a constituição do ser humano enquanto pessoa sócio-histórica, o qual é capaz de resistir e enfrentar as expressões da questão socioambiental, perante a contradição do vigente sistema de produção. O

profissional inserido nos processos de trabalho nos espaços sócio-ocupacionais depara-se com a população usuária dos serviços, sendo esta aproximação um fator positivo para a construção de uma pequena abertura para futuras microtransformações socioambientais. Silva (2010, p. 159), ao escrever sobre a educação ambiental e a mobilização social, vislumbra a possibilidade de os:

[...] profissionais contribuirão para organização e mobilização de diversos agrupamentos sociais, a fim de que eles intervenham nos espaços institucionais e para além destes, demarcando, assim, uma atuação democrática e garanta ampla participação dos sujeitos. Reforçar a luta cotidiana contra as práticas privatizadas e pela apropriação social da natureza tenciona as bases da reprodução do sistema do capital e coloca em questão a necessidade de transformação de sua ordem societária.

A participação social da população nestes espaços coletivos é imprescindível para debater o acesso e a garantia de direitos dos usuários às políticas socioambientais. Tal discussão assume destaque no que se refere à apropriação do conhecimento da população no trato para com a questão socioambiental, cabendo ao processo educativo propiciar momentos de socialização de dados e informações. Cabe aqui destacar que os cinco exemplares da série (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2010, 2011, 2012, 2014, 2016) trazem a organização, a participação e a mobilização social como grandes eixos de atuação profissional. Porém, não há foco e direcionamento na perspectiva do processo educativo voltado à organização, participação e mobilização social na área socioambiental, conforme proposto neste estudo.

As instituições de ensino também são espaços de enfrentamento e resistência frente à questão socioambiental, podendo esta tomar forma e avançar no âmbito educacional. A partir destas análises avalia-se que a temática socioambiental deve ser incorporada no currículo escolar brasileiro, desde a educação infantil até o ensino médio, como matéria obrigatória para todos os anos de estudo. Da mesma forma, deve haver a incorporação da temática na grade curricular dos cursos de Serviço Social (NUNES, 2018), com disciplinas que tratem de políticas socioambientais. A partir da maior aproximação temática nas universidades, pesquisas podem ser iniciadas e ampliadas tanto no escopo teórico quanto prático, introduzindo e ampliando o conhecimento desta área juntos aos estudantes. Vale destacar o estudo de Nunes (2018, p. 24), que avaliou que a categoria profissional

“[...] ainda não aprofundou as formulações acerca da sua inserção e contribuição nesta área – aspecto este visível quando destacado em algumas pesquisas que os assistentes sociais vêm referindo não se sentirem preparados para atuar na questão socioambiental [...]”. A autora mostra que está havendo uma interface entre o Serviço Social e a questão socioambiental, mas que ainda não tem o devido destaque.

Para o aprofundamento da temática socioambiental nos cursos de Serviço Social, núcleos de pesquisa, fomento ao desenvolvimento de artigos científicos, apropriação e avanço teórico sobre a área socioambiental, entende-se que tanto os profissionais que realizam um trabalho interventivo junto à população, gestão de políticas socioambientais, como os que atuam no âmbito docente, têm o compromisso ético e profissional de problematizar, cada vez mais, as expressões da questão socioambiental, rebatendo as insanidades postas pelo sistema capitalista.

Considerando a série de volumes construídos e elaborados em nível nacional pelo conjunto CFESS e CRESS, ressalta-se que para atuação na área socioambiental é imprescindível considerar a **base legal** da profissão, legislações específicas do Serviço Social, as quais devem estar constantemente presentes no trabalho profissional. São tais legislações o Código de Ética Profissional, a Lei de Regulamentação e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, que constituem pontos de referência para os subsídios interventivos aqui propostos.

Assim como a referida legislação tem sua importância, o **Projeto Ético-político** também é imprescindível para o profissional de Serviço Social em qualquer área de atuação. Através da pesquisa realizada, identificou-se o que já preconiza o Projeto Ético-político profissional, sendo este direcionado para a luta da classe trabalhadora e para a articulação com outras categorias profissionais, as quais têm seus projetos voltados à defesa e à luta socioambiental. Tal articulação pode fazer parte de um escopo maior de compromisso profissional interdisciplinar, não perdendo o propósito do PEP em alcançar uma nova ordem societária.

Conforme visto no quadro 6, todos os cinco materiais apresentam as **Competências Gerais**, as quais foram construídas a partir das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, de 1996, especificamente no subitem 2.2 Diretrizes Curriculares. A edição que elaborou as Competências Gerais foi a primeira da série, intitulada “Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social”. Portanto, entende-se que as Competências Gerais são

fundamentais para atuação profissional de assistentes sociais em qualquer área de atuação, inclusive na socioambiental. Não menos importante, as atribuições privativas de assistentes sociais também são importantes para o profissional ter o conhecimento e o direcionamento da intervenção social, independentemente da área profissional de atuação. Com base no quadro 6, foi elaborada a quadro 7 a partir dos dados empíricos desta pesquisa, apresentando os temas e legislações debatidas.

Quadro 8 – Atuação de assistentes sociais na área socioambiental

Atuação de assistentes sociais na área socioambiental – subsídios para o trabalho profissional	
Ano de publicação	2021
Organização	Pesquisa de doutorado – PPGSS/PUCRS
Debate histórico da política e/ou área	Sim abordado
Debate sobre Processos de trabalho	Sim abordado
Debate sobre Questão Social	Sim abordado
Debate sobre Interdisciplinaridade	Sim abordado
Legislação base para elaboração do documento	- Código de Ética Profissional (1993)
	- Lei de Regulamentação da Profissão (1993)
	- Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996)
Competências Gerais (construídas com base nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS)	Sim abordado
Código de Ética	
> Princípios fundamentais	Apresentados na íntegra
> Artigos 2º e 3º Direitos e deveres	Apresentados na íntegra
> Artigos 4º e 5º Competências e atribuições	Apresentados na íntegra
Conceitos abordados	
Dimensões (interventivas)	Técnico-operativa
Atuação profissional	Trabalho profissional, interventivo e interdisciplinar
Ações profissionais	
Parâmetros para atuação profissional	Educação socioambiental apresentada como subsídio para atuação profissional

Fonte: a Autora (2021).

Entende-se que a temática socioambiental está inserida em espaços sócio-ocupacionais onde assistentes sociais atuam e que as lutas socioambientais e a

garantia de direitos são fundamentais ao direito à vida. É no campo de lutas que se vislumbram alicerçar e ampliar os espaços de debate como mecanismos de resistência contra as opressões neoliberais ao meio ambiente.

Diversas contradições e limites estão presentes na ação profissional, oriundos da própria inserção do Serviço Social na divisão sócio técnica do trabalho hoje vigente. Porém, é preciso ressaltar que em qualquer espaço institucional é possível e exequível uma prática comprometida com o projeto ético-político da profissão, desde que o assistente social tenha um alinhamento teórico político com tal projeto. O que varia nos diversos espaços de atuação são as estratégias e os níveis de avanço que esse procedimento pode alcançar, de acordo com os limites postos pela realidade institucional e o tipo de demanda que o profissional tem que atender. (SANT'ANA, 2000, p. 89).

O desafio posto perante os subsídios de atuação profissional para assistentes sociais na área socioambiental está fundamentalmente na leitura crítica do cenário de dominação econômica, política e socioambiental, através da apropriação dos recursos naturais.

O grande desafio socioambiental hoje é, portanto, romper com a ideia de um pensamento único e unidimensional, orientado rumo a um “progresso sem limites”, que vem reduzindo, sufocando e superexplorando a natureza. E para isso não basta se firmarem acordos e convenções, que depois de colocados em prática vão ser regidos por essa mesma racionalidade instrumental e econômica que hoje questionamos, mas sim ir legitimando outras formas de compreensão da vida e da complexidade do mundo e uma nova ética da práxis no mundo. (LEFF, 2007, p. 9).

Aproximando-se do final desta trilha do bosque, o próximo capítulo apresenta as considerações finais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa das considerações finais, evidencia-se que, mesmo com a devastação das árvores, o encantar de sua beleza não deixou de tocar a criança que existe dentro da assistente social, mulher trabalhadora da área socioambiental. Todo esse percorrer reafirmou a necessidade da luta pela igualdade de uma sociedade em que o meio ambiente deve ser primordial para a manutenção da vida no planeta.

Com vistas a responder os objetivos da pesquisa, o primeiro objetivo específico, isto é, ***compreender como se dá a relação entre natureza e processo de trabalho a partir do sistema de produção capitalista***, foi analisado no capítulo 2. A relação entre a natureza e o processo de trabalho a partir do atual sistema de produção começa por meio da ação humana, ou seja, pelo trabalho, através da relação estabelecida entre a humanidade e a natureza. O ser humano, um ser social, que se difere de todas as outras espécies vivas da Terra, mas que ao mesmo tempo se constitui de natureza e dela necessita para se reproduzir; e o processo de trabalho, atividade direcionada a um fim, a qual transforma a matéria-prima da natureza em objetos, gerenciada pelo sistema e realizada pelo ser humano, causa implicações na natureza, extrai recursos naturais não renováveis do meio ambiente.

O segundo objetivo específico, ***analisar o trabalho de assistentes sociais no contexto da questão socioambiental a partir das contradições do sistema de produção capitalista***, foi desenvolvido no capítulo 3. Identificou-se que o trabalho de assistentes sociais no contexto da questão socioambiental se dá a partir das expressões da questão socioambiental que se apresentam de três formas para os profissionais. A primeira se manifesta pelas relações socioambientais estabelecidas entre a humanidade e o meio ambiente, formas que se dão no seio de uma sociedade marcadamente lucrativa pela via extrativista dos recursos naturais por meio do sistema de produção capitalista, responsável pela questão social. A segunda expressão ocorre através da falta de acesso e garantia de políticas sociais marcadamente destacadas pela política de saneamento básico e habitação, ambas políticas implícitas. A política de saneamento básico tem como principal recurso natural a água, bem universal, mas que está submetida a uma política neoliberal. A terceira expressão da questão socioambiental apresenta-se aos profissionais de Serviço Social a partir das demandas vindas dos usuários, manifestadas através da poluição na água, bem como a falta dela quando não há saneamento básico. A falta

de energia elétrica e o trabalho insalubre do catador e da catadora de materiais recicláveis também são identificados como demandas dos usuários para os profissionais. Tais demandas materializadas apresentam-se na vida destas pessoas. Elas resultam da ação de exploração e dominação do sistema de produção capitalista. Os cidadãos e cidadãs que demandam aos profissionais de Serviço Social já vivenciam relações de exclusão e, ao chegarem nos serviços sociais, buscam orientações, encaminhamentos e resolução para os problemas socioambientais que perpassam seu cotidiano.

O trabalho de assistentes sociais na área socioambiental está condicionado à diversidade das múltiplas expressões da questão socioambiental e, para que assistentes sociais intervenham na realidade socioambiental, o profissional encontra na dimensão técnico-operativa⁷⁶ os instrumentos e as técnicas necessárias para planejar e desenvolver a prática profissional. Estas competências permitem que assistentes sociais desenvolvam ações profissionais junto aos usuários nos espaços sócio-ocupacionais, com vistas a responder às demandas da expressão da questão socioambiental. A dimensão técnico-operativa auxilia os profissionais a compreender os processos interventivos a serem realizados na prática profissional.

As técnicas e os instrumentos de intervenção profissional estão condicionados a um determinado momento histórico, e a prática profissional está relacionada a fatores externos das demandas apresentadas. Por isso, a importância de assistentes sociais se apropriarem da realidade social para traçar o objetivo a ser atingido, utilizando os instrumentos e as técnicas para intervir na situação a ele apresentado. A leitura da realidade social compreende a dimensão teórico-metodológica, que se baseia em uma formação analítica e reflexiva capaz de analisar criticamente o contexto apresentado relacionado com as demandas socioambientais.

Além da técnico-operativa e teórico-metodológica, outra dimensão que fundamenta o trabalho do profissional de Serviço Social é a ético-política, pois as mudanças e contradições socioambientais que ocorrem na ordem global requerem o compromisso profissional, baseado nos valores e princípios do código de ética, base para a dimensão ético-política. Viu-se que, na área socioambiental, a dimensão

⁷⁶ Vale destacar que as demais dimensões teórico-metodológica e ético-política também são importantes para o trabalho a ser desenvolvido. Nesta pesquisa, porém, a ênfase se deu na dimensão técnico-operativa, conforme apresentado no subitem 4.2.1.

técnico-operativa se dá pelo trabalho interventivo profissional em alcançar a articulação social coletiva. Portanto, o trabalho interventivo de assistentes sociais no contexto da questão socioambiental, a partir das contradições do sistema, ocorre via atuação na realidade socioambiental apresentada através das expressões socioambientais manifestadas. Mesmo com a especificidade de cada uma das três dimensões, há uma relação intrínseca entre elas, estando estas presentes na atuação de assistentes sociais na área socioambiental. Tal unidade implica diretamente no trabalho profissional de assistentes sociais.

O trabalho interventivo e interdisciplinar de assistentes sociais está na mobilização coletiva, seja na esfera social, seja na esfera “escolar”, conforme destacado nos dados analíticos. Ele está no fomento ao debate entre atores sociais envolvidos, os quais são instigados a analisar a realidade socioambiental com vistas a entender a relação do movimento contraditório entre o ser humano e a natureza, entre a forma de produção capitalista e a reprodução da vida humana, para que, através de pequenos movimentos locais, que tendem a expandir-se, possa haver a superação da dominação socioambiental. A peculiaridade analisada sobre o trabalho profissional, especificamente na área socioambiental, está exatamente na transversalidade da atuação profissional nesta área, composta de uma constelação de espaços sócio-ocupacionais, perpassando as políticas socioambientais.

O último objetivo específico, ***analisar como a educação socioambiental pode ser incorporada como subsídio para a atuação profissional de assistentes sociais***, foi desenvolvido e apresentado no capítulo 4. O presente estudo identificou que a educação socioambiental é percebida – e pode ser incorporada – como um subsídio interventivo importante no qual assistentes sociais podem intervir na área socioambiental. A referida educação se torna um subsídio por meio do processo educativo como estratégia de ação para mobilizar espaços coletivos ao diálogo. São nestes espaços de mobilização, participação social e organização social coletiva, incluindo as instituições de ensino, que existe a possibilidade de enfrentar e resistir às expressões da questão socioambiental.

Nestes espaços, as formas de resistência se materializam no debate sobre o contexto de degradação socioambiental, inicialmente com reflexões em esfera local, como nos exemplos mencionados envolvendo a organização de moradores de bairros e grupos de usuários de serviços sociais. A pauta socioambiental deve relacionar ao debate o contexto econômico e político, que perpassa o meio ambiente

e a sociedade. O processo educativo utilizado como forma estratégica interventiva é capaz de mobilizar espaços coletivos para o diálogo e troca de conhecimentos entre as pessoas. A organização da participação social nestes espaços baseia-se no diálogo e convívio entre estes, assim como a democratização e socialização das informações no que tange às expressões da questão socioambiental.

O trabalho interdisciplinar é imprescindível diante da questão socioambiental. Este se caracteriza por uma relação de troca dos saberes compartilhados entre diversas áreas do conhecimento, como biologia, geologia, engenharia ambiental, pedagogia e técnico de meio ambiente. Eles fazem parte do conjunto de profissões componentes do trabalho interdisciplinar na área socioambiental.

Desse modo, no capítulo 4 foi possível alcançar e apresentar o objetivo geral da tese, ***elaborar subsídios interventivos que possam nortear o trabalho de assistentes sociais na área socioambiental, a fim de contribuir para a produção do conhecimento no Serviço Social***. A elaboração dos subsídios interventivos para a atuação de assistentes sociais na área socioambiental contribui com a produção do conhecimento no Serviço Social. Vale destacar que os subsídios apresentados nesta tese podem servir de base para a elaboração de um conjunto maior de subsídios na área socioambiental. Assim como alguns dos documentos da série de volumes do conjunto CFESS-CRESS foram construídos em nível nacional, semelhantemente é viável o desenvolvimento de subsídios de atuação profissional na referida área. Acredita-se que o GT Questão Urbana Agrária, Ambiental, Movimentos Sociais e Serviço Social possa adentrar o debate sobre a área socioambiental com vistas a desenvolver um material específico com os subsídios interventivos para assistentes sociais nesta área.

Faz-se necessário que a categoria profissional inclua, nas bandeiras de luta e na agenda política profissional, o debate socioambiental e trace caminhos estratégicos para a área, em constante diálogo com o Projeto Ético-político do Serviço Social. “O envolvimento dos Assistentes Sociais nas questões ambientais está relacionado ao seu comprometimento com os princípios colocados pelo Código de Ética Profissional de 1993 e que se vincula a um projeto societário [...]” (SANTOS, 2007, p. 46).

O subsídio interventivo da educação socioambiental, por ser de cunho transversal e interdisciplinar, é necessário ser debatido e socializado na sociedade, onde o profissional de Serviço Social pode conduzir um processo democrático e

educativo. Nessa perspectiva, verificou-se que a educação socioambiental possui um caráter político, composto de ações participativas a partir de atores sociais coletivos. Como suporte para materializar a educação socioambiental, assistentes sociais utilizam-se das lentes da dialética verde, a fim de apontar horizontes interventivos para a categoria profissional na área socioambiental. Com vistas a adensar sobre a dialética verde, esta poderá ser aprofundada em futuros trabalhos empíricos e acadêmicos, contribuindo com o debate para categoria do Serviço Social.

O lenhador e a lenhadora, ao relacionar-se com os elementos que compõem o *habitat* natural do bosque, não deixa para trás as relações sociais estabelecidas, afinal o ser social é composto por natureza e esta dissociação não pode haver. Assim, a tese retorna-se ao final da história vivida, relatando que a árvore foi derrubada para atender aos anseios do sistema capitalista: a construção de um posto de gasolina.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: ABPSS, 1996. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 27 set. 2021.
- ABESS/CEDEPSS. **Edição Especial**. São Paulo: Cortez, 1997.
- ABEPSS. **História**. Rio de Janeiro: ABEPSS, c2021. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/historia-7>. Acesso em: 2 fev. 2021.
- ABREU, Marina Maciel. **O Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. 5. ed. São Paulo: Cortez. 2016.
- ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/hSdks4fkGYGb4fDVhmb6yxk/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 27 set. 2021.
- ACSELRAD, Henri; COLI, Luís Régis. Disputas territoriais e disputas cartográficas. *In*: ACSELRAD, Henri (org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008.
- ALVES, Giovanni. Crise Estrutural do capital, maquinofatura e precarização do trabalho. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, 2013. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/15882/10735>. Acesso em: 31 maio 2021.
- ALVES, Gláucia Lelis. Processos de trabalho, precarização e Serviço Social: uma relação necessária! **Revista O Social em Questão**, Rio de Janeiro, Ano XVIII, n. 34, p. 181-204, 2015.
- AMARO, Sarita. **Visita domiciliar: teoria e prática**. Campinas: Papel Social, 2014.
- ANDRADE, José Célio Silveira; COSTA, Paulo. Mudança climática, protocolo de Kyoto e mercado de crédito de carbono: desafios à governança ambiental global. **Revista Organizações & Sociedade**, v. 15, n. 45, abr./jun. 2008.
- ANGELIM, Yanne; NUNES, Carla Alessandra da Silva. Destrutividade ambiental: Fundamentos históricos e a sua acentuação no capitalismo contemporâneo. *In*: ARAÚJO, Nailsa Maria Souza (org.) **Estado, “questão ambiental” e conflitos socioambientais**. São Cristóvão-SE: UFS, 2020. p. 77-98.
- ANTUNES, Ricardo. **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão popular, 2013.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 4. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

ARAÚJO, Nailsa Maria Souza. O Serviço Social como trabalho: alguns apontamentos sobre o debate. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, 2008.

ARAÚJO, Nailsa Maria Souza. COSTA, Jane Mara de Araujo. “Questão ambiental”: Breve reflexão sobre seus fundamentos históricos e conceituais. *In*: ARAÚJO, Nailsa Maria Souza (org.). **Estado, “questão ambiental” e conflitos socioambientais**. São Cristóvão, SE: Editora: UFS, 2020.

BACKX, Sheila; FILHO, Rodrigo de Souza; SANTOS, Cláudia Mônica dos. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: questões para reflexão. *In*: BACKX, Sheila. GUERRA, Yolanda. SANTOS, Cláudia Mônica dos. **A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: desafios contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2017. p. 25-47.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação**. São Paulo: Veras Editora. 2000.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2005.

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. *In*: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (org.). **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

BAUD, Michiel; MARTÍNEZ-ALIER, Joan; SEJENOVICH, Héctor. O ambientalismo e o ecologismo na América Latina. *In*: BAUD, Michiel; CASTO, Fabio de; HOGENBOOM, Barbara (coord.). **Governança ambiental na América Latina**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Amsterdam: Engov, 2015. *E-book*.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 9. ed. Cortez: São Paulo, 2011.

BELLEN, Hans Michael van. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BORJA, Patrícia Campos. Política pública de saneamento básico: uma análise da recente experiência brasileira. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 432-447, 2014.

BOTO-ROSA. *In*: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. [San Francisco: Wikimedia Foundation, 2021]. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Boto-cor-de-rosa>. Acesso em: 15 jul. 2020.

BRAGA, Ricardo. **Instrumentos para gestão ambiental e recursos hídricos**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

BRASIL. Ministério do trabalho. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Brasília, DF: Ministério do Trabalho, 2002. Disponível em: <http://www.mteco.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>. Acesso em: 17 abr. 2021.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Responsabilidade Socioambiental. **Agenda 21**: Agenda 21 Global. Brasília, DF: MMA, 1992. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global.html>. Acesso em: 24 ago. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto integral. São Paulo: Ática, 1990.

BRASIL. **Lei n.º 14.026, de 15 de julho de 2020**. Atualiza o marco legal de Saneamento Básico; e dá outras providências. Brasília, DF: Planalto, 2020. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2020/lei-14026-15-julho-2020-790419-publicacaooriginal-161096-pl.html>. Acesso em: 3 fev. 2021.

BRASIL. **Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, DF: Planalto, 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 18 fev. 2021.

BRASIL. **Lei n.º 11.124, de 16 de junho de 2005**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. Brasília, DF: Planalto, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11124.htm. Acesso em: 3 fev. 2021.

BRASIL. **Política Nacional de Resíduos Sólidos**. 2. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2012.

BRAZ, Marcelo. O governo Lula e o projeto ético-político do Serviço Social. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, p. 48-68, jun. 2004.

BRAZ, Marcelo. TEIXEIRA, Joaquina Barata. O projeto ético-político do Serviço Social. *In*: CFESS; ABEPSS (org.) **Serviço social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: 2009. p. 1-19.

BRAZ, Marcelo. Capitalismo, crise e lutas de classes contemporâneas: questões e polêmicas. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 111, p. 468-492, jul./set. 2012.

CAETANO, Marina. **Coletoras de materiais recicláveis**: uma nova perspectiva de renda a partir da resignificação do material. 2015. 110 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2015.

CAETANO, Marina. **Famílias catadoras de materiais recicláveis**: uma nova demanda social face às repercussões no mundo do trabalho. 2009. Monografia

(Graduação em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2009.

CALDAS, Ricardo Melito. **Gerenciamento dos aspectos e impactos ambientais**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

CAPUTI, Lesliane; MOREIRA, Tales Willyan Fornazier. As diretrizes curriculares da ABEPSS e os valores éticos e políticos para a formação profissional em Serviço Social. **Revista Temporalis**, Brasília, DF, ano 16, n. 32, jul./dez. 2016.

CARNELOSSI, Bruna. O trabalho do Assistente Social no Programa Bolsa Família: desafios ao Código de Ética. **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 125, p. 124-147, São Paulo, jan./abr. 2016.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2003.

CHAVES, Maria Marta Nolasco. PERNA, Paulo de Oliveira. O materialismo histórico-dialético e a teoria da intervenção prático da enfermagem em saúde coletiva: a demarcação do 'coletivo' para a ação da enfermagem. **Revista Trabalho Necessário**, Rio de Janeiro, ano 6, n. 6, p. 1-28. 2008.

CLOSS, Thaísa Teixeira. **Fundamentos do Serviço Social: um estudo a partir da produção da área**. Curitiba: CRV, 2017.

COIMBRA, José de Ávila Aguiar. Considerações sobre a Interdisciplinaridade. *In*: HOGAN, Daniel Joseph; NAVGANTES, Raul; Philippi Jr., Arlindo; TUCCI, Carlos Eduardo Morelli (ed.). **Interdisciplinaridade em ciências ambientais: Programa das Nações Unidas para o meio ambiente**. São Paulo: Signus Editora, 2000. p. 52-70.

CONAMA. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução n.º 1, de 23 de janeiro de 1986. **Diário Oficial da União**, de 17 de fevereiro de 1986, Seção 1, p. 2548-2549. 1986. Disponível em: <http://www.ima.al.gov.br/wizard/docs/RESOLU%C3%87%C3%83O%20CONAMA%20N%C2%BA001.1986.pdf>. Acesso em 12 mar. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de saúde: série trabalho e projeto profissional nas políticas sociais**. Brasília, DF: CFSS, 2010. v. 2.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de assistência social: série trabalho e projeto profissional nas políticas sociais**. Brasília, DF: CFSS, 2011. v. 1.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Subsídios para atuação de assistentes sociais na Política de Educação: série trabalho e projeto profissional nas políticas sociais**. Brasília, DF: CFSS, 2012a. v. 3.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Atribuições privativas do/a Assistente Social**: Em questão. Brasília: 2012b.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Atuação de assistentes sociais no Sociojurídico: subsídios para reflexão**: série trabalho e projeto profissional nas políticas sociais. Brasília, DF: 2014. v. 4.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Atuação de assistentes sociais na Política Urbana: subsídios para reflexão. Série trabalho e projeto profissional nas políticas sociais**. Brasília, DF: 2016. v. 5.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parecer jurídico n.º 27/1998**. Análise das competências do Assistente Social em relação aos parâmetros normativos previstos pelo art. 5º da Lei 8662/93, que estabelece as atribuições privativas do mesmo profissional. Brasília, DF: CFSS, 1998.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Coletânea de leis**. Porto Alegre: CRESS, 2009.

COSTA, Damares Ismael da. **Sustentabilidade socioambiental no trabalho dos catadores de materiais recicláveis**: condições de acesso à Previdência Social. 2017. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

COSTA, Nátane Oliveira da *et al.* Cartografia social uma ferramenta para a construção do conhecimento territorial: reflexões teóricas acerca das possibilidades de desenvolvimento do mapeamento participativo em pesquisas qualitativas. **Revista ACTA Geográfica**, Boa Vista, esp. p. 73-86, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DESLAURIES, Jean-Pierre; KERISIT, Michele. O delineamento de pesquisa qualitativa. *In*: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 127-153.

DIAS, Edna Cardozo. Convenção do Clima. **Revista Fórum de Direito Urbano e Ambiental**, Editora Fórum, n.º 13. p. 1335 a 1339, jan./fev. 2004.

DIAS, Mara Regina. **A atuação do assistente social como educador ambiental nos Projetos de Trabalho Técnico Social (PTTS)**. Universidade Estadual Paulista (UNESP). Dissertação de mestrado. 2012.

DUMÉNIL, Gérard. LÖWY, Michael; RENAULT, Emmanuel. **100 palavras do marxismo**. São Paulo: Cortez, 2015.

EGRY, Emiko Yoshikawa. Compreendendo a dialética na aproximação com o fenômeno saúde-doença. *In*: EGRY, E.Y.; CUBAS, M.R. **O trabalho da enfermagem em saúde coletiva no cenário Cipesec**: guia para pesquisadores. Curitiba, ABEn-EEUSP, 2006. p. 63-84.

EGRY, Emiko Yoshikawa. QUEIROZ, Vilma Machado de. Bases metodológicas para a assistência de enfermagem em saúde coletiva, fundamentadas no materialismo histórico e dialético. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Brasília, 41, 1, 26-33, jan./mar. 1988.

ENGELS, Friedrich. **A dialética da natureza**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FEITOSA, Germina de Souza. OLIVEIRA, Denise de Lima. A atuação do Serviço Social na área ambiental. Artigo Científico elaborado a partir do Manual de Artigo Científico do Athenas Grupo Educacional e das Normas da ABNT solicitado no curso de pós-graduação em Auditoria e Perícia em Gestão Ambiental pela Faculdade São Paulo – FSP, s.d.

FIGUEIRA. *In*: **WIKIPÉDIA**, a enciclopédia livre. 2021. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Figueira>. Acesso em: 14 abr. 2021.

FLORIANI, Dimas. Marcos Conceituais para o Desenvolvimento da Interdisciplinaridade. *In*: HOGAN, Daniel Joseph; NAVEGANTES, Raul; Philippi Jr., Arlindo; TUCCI, Carlos Eduardo Morelli (Editores). **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais**. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Rede de formação ambiental. Série Textos Básicos para Formação Ambiental 5. Oficina regional para América Latina e Caribe. São Paulo: Signus Editora, 2000. p. 95-108. FOLADORI, Guillermo. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas: Unicamp, 2001.

FOLADORI, Guillermo; Renato, KILPP; Gustavo, MELAZZI. **A economia da sociedade capitalista e suas crises recorrentes**. São Paulo: Outras expressões, 2016.

FRAGA, Cristina Kologeski. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. **Revista Serviço Social & Sociedade**, n.º 101, 2010. p. 40-64.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2018.

FRITSCH, Ivânea Elisabete. **Resíduos sólidos e seus aspectos legais, doutrinários e jurisprudenciais**. Porto Alegre: EU/Secretaria Municipal da Cultura, 2000.

FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento**. Enfoque histórico-estrutural. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GIAMBIAGI, Fabio. VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André. Determinantes do “Milagre” Econômico Brasileiro (1968-1973): Uma análise Empírica. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro. v. 62, n. 2, p. 221-246, abr./jun. 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GODEFROID, Rodrigo Santiago. **Ecologia de sistemas**. Curitiba: InterSaberes, 2016.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005.

GONZÁLEZ-GAUDIANO, Edgar. Interdisciplinaridade e educação ambiental: explorando novos territórios epistêmicos. *In*: SATO, M.; CARVALHO, I. (Orgs.). **Educação Ambiental**: pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 119-133.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. *In*: **Serviço Social**: Direitos Sociais e Competências Profissionais. CFESS e ABEPSS (Org.). p. 1-40. Brasília: 2009.

GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. *In*: BACKX, Sheila. GUERRA, Yolanda. SANTOS, Cláudia Mônica dos. **A dimensão técnico-operativa do Serviço Social**: desafios contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2017. p. 49-78.

GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade no trabalho do assistente social. *In*: **Cadernos do Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais**, Capacitação em Serviço Social e Política Social, Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais, CFESS/ABEPSS-UnB, 2000b.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 62, Cortez, 2000a.

GUERRA, Yolanda; REPETTI, Gustavo Javier; SILVA, Platini Boniek Sardou da; FILHO, Antonio Andrade; ALCANTARA, Elton Luiz da Costa. Atribuições, competências, demandas e requisições: o trabalho do assistente social em debate. *In*: **Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, p. 1-14. 2016.

GUIMARÃES, Mauro. Educação ambiental crítica. *In*: LAYRARGUES, P. P. (org.). **Identities da educação ambiental brasileira**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos extremos**: o breve século XX 1914-1991. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, Marilda. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**,. Ano II, n. 3. p. 9-32, jan./jun. 2001.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, Marilda. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. *In*: CFESS e ABEPSS (org.) **Serviço social**: direitos sociais e competências profissionais, Brasília: 2009, p. 1-40.

IAMAMOTO, Marilda. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. *In*: CFESS. **Atribuições privativas do/a assistente social**: em questão. Brasília, DF: CFESS2012.

JACOBS, Jane. **A natureza das economias**. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001.

JAMES, Barbara. **Lixo e reciclagem**. São Paulo: Scipione, 1997.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

LA FARE, Mônica de; SCMITT, Lilian Alves. Educação Ambiental e formação inicial de professores: Pesquisas sobre currículo. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 12., 2015, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: Educere, 2015. p. 405-418.

LACAZ, Francisco Antonio de Castro; PORTO, Marcelo Firpo de Souza. Megamineração e capitalismo: flagelo à saúde ambiental e do trabalhador. *In*: SOUZA, Edvânia A. de; OLIVEIRA E SILVA, Maria Liduína. **Trabalho, Questão Social e Serviço Social**: a autofagia do capital. São Paulo: Cortez, 2019. p. 159-173.

LEFF, Enrique. **Discursos sustentáveis**. São Paulo: Cortez, 2010.

LEFF, Enrique. Precisamos de uma nova racionalidade. **SENAC e Educação**, [s. l.], ano 16, v. 1, n. 1, p. 8-12, jan./abr. 2007.

LEMOS, Patrícia Faga Iglecias. **Resíduos sólidos e responsabilidade civil pós-consumo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Educação ambiental crítica: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, ano 1, v. 35, n. 1, p. 145-163, jan./abr. 2009.

LIMA, Myrian Del Vecchio; RONCAGLIO, Cynthia. Degradação socioambiental urbana, políticas públicas e cidadania. **Desenvolvimento e meio ambiente**, [s. l.], n. 3, p. 53-63, jan./jun. 2001.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. *In*: CASTRO, Ronaldo Souza de; LAYRARGUES, Philippe Pomier; LOUREIRO, Carlos Frederico (org.) **Educação ambiental**: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2011. p. 73-104.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Sustentabilidade e educação**: um olhar da ecologia política. São Paulo: Cortez, 2012a.v. 39.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Trajetórias e fundamentos da educação ambiental**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012b.

LÖWI, Michael. O que é eco-socialismo. **Revista Combate**, [s. l.], n. 286, 2006. Disponível em: <http://combate.info/pdf/combate286.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2021.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MACEDO, Maria Katarina da Silva. Serviço social e questão ambiental: uma análise da crise ambiental e seus desdobramentos na sociedade e no meio profissional. In: IV JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 4., 2009, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2009.

MAMA-CADELA. In: **WIKIPÉDIA**, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2020. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Mama-cadela&oldid=58631935>. Acesso em: 15 jul. 2020.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MARTINS DE SÁ, Jeanete Liasch. Da interdisciplinaridade constitutiva do Serviço Social à ação interdisciplinar no ensino e na extensão. In: MARTINS DE SÁ, Jeanete Liasch. **Serviço Social e Interdisciplinaridade**. São Paulo: Cortez, 2019. p. 37-62.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2017a.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017b.

MATOS, Maurílio Castro de. Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade. **Revista Serviço Social & Sociedade**, [s. l.], n. 124, p. 678-698, 2015.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo. 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Revista de Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], 17, 3, p. 621-626, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 9, 3, 239-262, jul./set., 1993.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Sistematização, Planejamento e Avaliação das Ações dos Assistentes Sociais no Campo da Saúde. In: MOTA, A. E. et al. (org.). **Serviço social e saúde**: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

MONTEIRO, José Henrique Penido *et al.* **Gestão integrada de resíduos**: manual de gerenciamento integrado de resíduos sólidos. Rio de Janeiro: IBAM, 2001. Disponível em: <http://www.resol.com.br/cartilha4/manual.pdf>. Acesso em: 20 set. 2017.

MORAES, Roque. GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007. p. 11-46.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**: educação-PUCRS. Porto Alegre, ano XXII, 37, p. 7-32, mar. 1999.

MORAES, Roque. Uma experiência de pesquisa coletiva: introdução à análise de conteúdo. *In*: GRILLO, Marlene Corroero; MEDEIROS, Marluí Fontoura de. (org.). **A construção do conhecimento e sua mediação metodológica**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 1998. p.111-130.

NAÇÕES UNIDAS, BRASIL. **Notícias**, [s. l.], 22 set. 2015. Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/70810-comeca-sexta-feira-25-cupula-das-nacoes-unidas-sobre-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 4 març. 2021.

NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho. Questão agrária, urbana e ambiental na Amazônia brasileira: expressões da “questão social” na região. **Revista Temporalis**, Brasília,DF, ano 12, n. 24, p. 171-189, jul./dez. 2012.

NEGRETTI, Carlos. **As relações entre a concepção de natureza de F. Engels e a hipótese de A. I. Oparin sobre o problema da origem da vida na Terra**. 2006. Dissertação (Mestrado em História da Ciência) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. *In*: **CFESS/ABEPSS; CEAD/UnB** (org.). Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Capacitação em Serviço Social e política social. Brasília, DF: CEAD/UnB, 1999. p. 1-22.

NETTO, José Paulo. BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez. 2012.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Revista Temporalis**, [s. l.], Ano II, n. 3. p. 41-50, jan./jun. 2001.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. SIMIONATTO, Ivete. Pobreza e participação: o jogo das aparências e as armadilhas do discurso das agências multilaterais. **Revista Serviço Social & Sociedade**, [s. l.], n. 66, p. 145-164, jul. 2011.

NUNES, Letícia Soares. **A implementação da política de educação ambiental do município de Florianópolis**: novas demandas ao Serviço Social. 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social. Programa de pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

NUNES, Letícia Soares. A questão socioambiental e a atuação do assistente social. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 196 - 212, jan./jun. 2013.

NUNES, Letícia Soares. A Questão Socioambiental e os Desafios ao Serviço Social. **Revista O Social em Questão**, [s. l.], Ano XXI, n. 40, p. 209-228, jan./abr. 2018.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. v. 17.

PEARSON, Education do Brasil. **Gestão ambiental**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

PEREIRA, Mariana Figueiredo de Castro. **Política socioambiental: construindo o conceito através do Projeto EcoBarreiras**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de pós-graduação em Serviço Social, Centro de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política social: temas & questões**. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, Potyara. Questão Social Serviço Social e Direitos de Cidadania. **Revista Temporalis**, [s. l.], Ano II, n. 3. p. 51-62, jan./jun. 2001.

PÉREZ, Carlota. **Revoluciones Tecnológicas y Capital Financiero: la dinámica de las grandes burbujas financieras y las épocas de bonanza**. México, D.F.: Siglo XXI editores, 2004.

PETO, Lucas Carvalho. VERISSIMO, Danilo Saretta. Natureza e processo de trabalho em Marx. **Revista Psicologia & Sociedade**, [s. l.], v. 30, 2018. p. 1-11.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza. SCHÜTZ, Gabriel Eduardo. Gestão ambiental e democracia: análise crítica, cenários e desafios. **Ciências & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, p. 1447-1456, 2012.

PRATES, Jane. A democratização do poder local por meio do Orçamento Participativo da Assistência Social. **Revista Serviço Social & Sociedade**, [s. l.], n. 66, jul. 2011. p. 91-108.

RAFAEL, Paula Raquel Bezerra. **A “questão ambiental” e o trabalho das assistentes sociais nos programas socioambientais das empresas de Recife**. 2008. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

RAICHELIS, Raquel. O trabalho do assistente social na esfera estatal. *In*: CFESS; ABEPSS (org.). **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS, 2009. p. 1-40.

RAMMÊ, Rogério Santos. **Da justiça ambiental aos direitos e deveres ecológicos**: conjecturas político-filosóficas para uma nova ordem jurídico-ecológica. Caxias do Sul: Educs, 2012. E-book.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

UNITED NATIONS. **Relatório de Brundtland**: General Assembly. [S. l.: s. n.], 1987. Disponível em: <https://ambiente.files.wordpress.com/2011/03/brundtland-report-our-common-future.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2021.

RIBEIRO, Edaléa Maria. SAUER, Mariane. Meio ambiente e Serviço Social: desafios ao exercício profissional. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 390-398, ago./dez. 2012.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Economia ou economia política da sustentabilidade. *In*: MAY, Peter H.; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da (org.). **Economia do meio ambiente**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

ROSA, Ana Lucia Ribeiro da. Política Pública Habitacional: desafios da equipe social com a interdisciplinaridade. **Revista de Psicologia Política**, [s. l.], v. 18, n. 41, p. 86-95, jan./abr. 2018.

SALVI, Luciane Teresa. YAMAWAKI, Yumi. **Introdução à gestão do meio urbano**. Curitiba: InterSaberes, 2013.

SANT'ANA, Raquel Santos. O desafio da implantação do projeto ético-político do Serviço Social. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 62, p. 73-92, mar., 2000.

SANT'ANA, Raquel Santos. **Trabalho bruto no canavial**: questão agrária, assistência e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, Raquel dos. **Serviço Social e Meio Ambiente**. 2007. 78f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. Código de Ética comentado: reflexões para o fortalecimento do projeto ético-político na formação e no trabalho do (a) assistente social. *In*: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de ética do/a assistente social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 9-17.

SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. Instrumental técnico e o Serviço Social. *In*: BACKX, Sheila. GUERRA, Yolanda. SANTOS, Cláudia Mônica dos. **A dimensão técnico-operativa do Serviço Social**: desafios contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2017. p. 25-47.

SCHMIED-KOWARZIK, Wolfdietrich. **A relação dialética do homem com a natureza**: estudos histórico-filosóficos sobre o problema da natureza em Marx. Cascavel/PR: Edunioeste. 2019.

SILVA, Amanda Gomes de Medeiros. **Atuação do Assistente Social no âmbito da questão socioambiental**. 2012. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Centro Sócio-Econômico Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

SILVA, Darly Henriques da. Protocolos de Montreal e Kyoto: pontos em comum e diferenças fundamentais. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s. l.], v. 52, n. 2, p. 155-172, 2009.

SILVA, Inês Amaro da. Educação social responsável na graduação: a interdisciplinaridade como um desafio. *In*: BELLINI, Maria Isabel Barros; FALER, Camília Susana; SHERER, Patricia Teresinha. **Intersectorialidade e políticas sociais**: uma concentração possível. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2017.

SILVA, Maria das Graças e. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável**: um desafio ético-político ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Marta Borba Silva. Usuários. *In*: FERNANDES, Rosa M. Castilhos. HELLMANN, Aline (org.). **Dicionário crítico**: política de assistência social no Brasil. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016a. p. 293-295.

SILVA, Tatiane Pereira da. **Questão socioambiental e suas inter-relações com o Serviço Social**. 2016b. 122f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2016b.

SILVEIRA, Jucimeri Isolda. Sistema Único de Assistência Social: institucionalidade e processos interventivos. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 98, Cortez, abr./jun. 2009. p. 335-361.

SPEROTTO, Neila. **Instrumentalidade do Serviço Social**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2009.

TEITELBAUM, Alejandro. **El papel de la educación ambiental en América Latina**. [S. l.]: Unesco, 1978.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O papel político das associações. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, p. 71-90, ano XXIII, nov. 2002.

TORRES, Mabel Mascarenhas. Atribuições privativas presentes no exercício profissional do assistente social: uma contribuição para o debate. **Revista On Line Libertas**, Juiz de Fora, v. 4-5, n. esp., jan./dez. 2004, jan./dez. 2005. p. 192-219.

TÜRCK, Maria da Graça Maurer Gomes. **Rede interna e rede social**: o desafio permanente na teia das relações sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2002.

VALENCIA, Adrián Sotelo. Toyotismo, automatização flexível e superexploração do trabalho na América Latina. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro: v. 20, n. 2, p. 61-72, 2010.

VEIGA, José Eli. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VIEIRA, Jane Eyre Gonçalves. Educação para a sustentabilidade: um pressuposto da participação comunitária na gestão ambiental nas cidades. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, p. 62-70, ano XXIII, Cortez, nov- 2002.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. Conjunturas: desafios e perspectivas. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XXII, n. 66, p. 5-33, julho, 2001.

YAZBEK, Maria Carmelita. A dimensão política do trabalho do assistente social. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 677-693, out./dez. 2014.

APÊNDICE A – RELAÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES

Palavras-chave para busca: 1) parâmetros para atuação AND assistentes sociais			
Localizado: 7 dissertações , 3 selecionadas			
Universidade	PPG	Título	Ano
Universidade Federal de Pernambuco (UFP)	Programa de Pós-graduação em Serviço Social	Avaliação do processo de implementação dos parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de saúde em Pernambuco	2012
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Programa de Pós-graduação em Serviço Social	O serviço social no Hospital Universitário Ana Bezerra: reflexões sobre a influência dos parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de saúde	2015
Fundação Oswaldo Cruz. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio	Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional em Saúde	O processo de renovação do serviço social e a Política Nacional de Humanização em Saúde: concepções, dinâmicas e possibilidades de convergência	2017
Localizado: 4 teses , 3 selecionadas			
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)	Programa de Pós-graduação em Serviço Social	A relativa autonomia profissional do/a assistente social: mediações subjetivas e objetivas para seu exercício	2016
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Programa de Pós-graduação em Serviço Social	A interiorização e a expansão dos espaços sócio-ocupacionais no RN (2004-2008): um estudo das competências profissionais	2010
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Programa de Pós-graduação em Serviço Social	Promoção da Saúde e Serviço Social: uma análise do debate profissional	2013

Palavras-chave para busca: 2) subsídios para atuação AND assistentes sociais			
Localizado: 20 dissertações (uma já selecionada), 3 selecionadas			
Universidade	PPG	Título	Ano
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	Programa de Pós-graduação em Política Social	O trabalho de Assistentes Sociais nas Secretarias Municipais de Educação do Espírito Santo	2016
Universidade Estadual Paulista (UNESP)	Programa de Pós-graduação em Serviço Social	Serviço Social e Educação: Uma aproximação a partir do Estado da Arte	2016
Universidade Estadual Paulista (UNESP)	Programa de Pós-graduação em Serviço Social	Questão socioambiental e suas inter-relações com o serviço social	2016
Localizado: 1 tese (já mencionada)			

Palavras-chave para busca: 3) atuação de assistentes sociais AND socioambiental			
Localizado: 4 dissertações (uma já selecionada), 3 selecionadas			
Universidade	PPG	Título	Ano
Universidade Estadual Paulista (UNESP)	Não localizado	A atuação do assistente social como educador ambiental nos Projetos de Trabalho Técnico Social (PTTS)	2012
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Programa de Pós-graduação em Serviço Social	Faces do desastre socioambiental do Vale do Itajaí: análise sobre os desafios lançados ao serviço social	2011
Universidade Federal de Pernambuco (UFP)	Programa de Pós-graduação em Serviço Social	A questão ambiental e a intervenção do serviço social nos programas socioambientais das empresas	2008
Localizado: nenhuma tese localizada			

Palavras-chave para busca: 4) questão socioambiental AND serviço social			
Localizado: 36 dissertações (três já mencionadas), 8 selecionadas			
Universidade	PPG	Título	Ano
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	Programa de Pós-graduação em Serviço Social	Tecnologia social e extensão universitária: análise da organização do trabalho da ARPA em Manaus/AM	2011
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP)	Programa de Pós-graduação em Serviço Social	Responsabilidade socioambiental empresarial na loja Extra Hipermercado Santa Rosália do Grupo Pão de Açúcar: uma experiência em questão - Sorocaba/SP 2000/2009	2009
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	Programa de Pós-graduação em Serviço Social	Sustentabilidade socioambiental no trabalho dos catadores de materiais recicláveis: condições de acesso à Previdência Social	2017
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	Programa de Pós-graduação em Serviço Social	Gestão social e sustentabilidade socioambiental: um estudo de caso sobre a política de promoção da saúde em Boa Vista - RR	2014
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Programa de Pós-graduação em Serviço Social	Produção de Conhecimento do Serviço Social Sobre a Questão Ambiental: uma análise de seus fundamentos teórico-metodológicos e ideopolíticos	2015
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	Programa de Pós-graduação em Serviço Social	Educação Ambiental na Política de Assistência Social: a prática das ONGs no âmbito da proteção social básica em Manaus	2016
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUCRJ)	Programa de Pós-graduação em Serviço Social	Política socioambiental: construindo o conceito através do projeto ecobarreiras	2010
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUCRJ)	Programa de Pós-graduação em Serviço Social	A importância da mobilização comunitária no enfrentamento da questão do lixo no Morro dos Prazeres	2016
Localizado: 18 teses, 3 selecionadas			
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP)	Programa de Pós-graduação em Serviço Social	Do Serviço Social no Brasil e da questão socioambiental do século XXI: uma abordagem à ecologia de Marx	2017
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Programa de Pós-graduação em Serviço Social	As populações tradicionais e a carcinicultura no capitalismo contemporâneo: uma análise da questão socioambiental na luta pelo território	2009
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP)	Programa de Pós-graduação em Serviço Social	Territorialidades e proteção social: conflitos socioambientais indígenas vivenciados na pesca artesanal no litoral norte da Paraíba	2015

APÊNCIDE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

- 1) Como você identifica as demandas institucionais e dos usuários no que se refere a questão socioambiental no seu trabalho?
- 2) De que forma são realizadas as intervenções profissionais diante das demandas que se apresentam no trabalho profissional?
- 3) Como se caracteriza o trabalho interdisciplinar diante da questão socioambiental?
- 4) Quais são as atribuições específicas do profissional, que possibilitam a atuação diante das expressões da questão socioambiental?
- 5) O que você compreende como área socioambiental?
- 6) Como você identifica as expressões da questão socioambiental no seu trabalho?
- 7) Como você relaciona as expressões da questão socioambiental com a questão social?
- 8) Você visualiza alguma forma de enfrentamento e resistência frente a questão socioambiental?
- 9) Como você percebe a educação socioambiental no trabalho profissional?
- 10) De que forma a educação socioambiental pode se tornar um subsídio para a intervenção profissional?

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Eu professora Gleny T. D. Guimarães e a doutoranda Marina Caetano, responsáveis pela pesquisa ATUAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA ÁREA SOCIOAMBIENTAL: subsídios para o trabalho profissional, estamos fazendo um convite para você participar como voluntário nesse estudo. Esta pesquisa pretende contribuir com a sistematização de subsídios interventivos para assistentes sociais a partir dos seguintes objetivos:

Objetivo Geral

Elaborar subsídios interventivos que possam nortear o trabalho de assistentes sociais na área socioambiental, a fim de contribuir para a produção do conhecimento no Serviço Social.

Objetivos Específicos

- Compreender como se dá a relação entre natureza e processo de trabalho a partir do sistema de produção capitalista;
- Analisar o trabalho de assistentes sociais no contexto da questão socioambiental a partir das contradições do sistema de produção capitalista;
- Analisar como a educação socioambiental pode ser incorporada como subsídio para a atuação profissional de assistentes sociais.

Acreditamos que ela seja de extrema importância contendo um grande valor acadêmico para a área do Serviço Social e que trará subsídios reais para profissão, vislumbrando um terreno recentemente novo de atuação profissional no campo de luta e de organização socioambiental. O problema de pesquisa apresenta-se em: Quais são os subsídios necessários para a atuação profissional de assistentes sociais diante das expressões da questão socioambiental? A pesquisa se dará nos municípios de Porto Alegre, São Leopoldo, sendo sua predominância no município de Gravataí. Para sua realização será feita entrevista semiestruturada com assistentes sociais que atuam em políticas sociais e atores sociais de entidades da área socioambiental. A presente entrevista tem previsão de 30 a 40 minutos de duração.

Os benefícios que esperamos com o estudo são: Ampliar conhecimento sobre a questão ambiental e o Serviço Social. Durante todo o período da pesquisa você tem o direito de esclarecer qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento, bastando para isso entrar em contato a qualquer momento com Gleny T. D.

Guimarães pelos telefones (51) 9.8442.2888 e 3320.4178 e com Marina Caetano pelo telefone (51) 9.9652.4445. Em caso de algum problema relacionado com a pesquisa você poderá contatar-nos via telefone acima mencionados, bem como estaremos disponíveis para atendê-lo na sala 204 do núcleo de pesquisa, localizada no 2º andar, prédio 9 na PUCRS, as quartas-feiras das 14 às 17 horas.

Você tem garantido o seu direito de não aceitar participar ou de retirar sua permissão, a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo ou retaliação, pela sua decisão. As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos participantes, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação. É possível que aconteçam os riscos mínimos, tais como desconfortos ou cansaço em responder às perguntas. Você tem o direito de pedir uma indenização por qualquer dano que resulte da sua participação no estudo.

Caso você tenha qualquer dúvida quanto a seus direitos como participante de pesquisa, entre em contato com Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (CEP-PUCRS) em (51) 3320.3345, Av. Ipiranga, 6681/prédio 50 sala 703, CEP: 90619-900, Bairro Partenon, Porto Alegre – RS, e-mail: cep@pucrs.br, de segunda a sexta-feira das 8h às 12h e das 13h30 às 17h. O Comitê de Ética é um órgão independente constituído de profissionais das diferentes áreas do conhecimento e membros da comunidade. Sua responsabilidade é garantir a proteção dos direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes por meio da revisão e da aprovação do estudo, entre outras ações.

Ao assinar este termo de consentimento, você não abre mão de nenhum direito legal que teria de outra forma. Não assine este termo de consentimento a menos que tenha tido a oportunidade de fazer perguntas e tenha recebido respostas satisfatórias para todas as suas dúvidas.

Se você concordar em participar deste estudo, você rubricará todas as páginas e assinará e datará duas vias originais deste termo de consentimento. Você receberá uma das vias para seus registros e a outra será arquivada pelo responsável pelo estudo.

Eu, _____ após a leitura deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, acredito estar suficientemente informado, ficando claro para mim que minha participação é

voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar.

Diante do exposto expressei minha concordância de espontânea vontade em participar deste estudo.

Assinatura do participante da pesquisa
ou de seu representante legal

Assinatura de uma testemunha

Declaração do profissional que obteve o consentimento

Expliquei integralmente este estudo ao participante.

Assinatura do investigador

Nome do investigador (letras de forma)

Data: ___/___/___



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br